

UNIÃO EUROPEIA

LISTA DE COMPROMISSOS EM MATÉRIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
TRANSFRONTEIRIÇOS
EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 10.3 E 10.4

1. A lista de compromissos a seguir apresentada indica os setores de serviços liberalizados nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4 e especifica, mediante o estabelecimento de reservas, as limitações em matéria de acesso ao mercado e tratamento nacional aplicáveis aos serviços e prestadores de serviços dos Estados do MERCOSUL signatários nos referidos setores. É composta por duas colunas que indicam os seguintes elementos, respectivamente:
 - a) o setor ou subsetor em que o compromisso é assumido pela União Europeia e o âmbito de liberalização a que se aplicam as reservas; e
 - b) uma descrição das reservas aplicáveis.

2. A União Europeia não assume quaisquer compromissos em matéria de prestação de serviços transfronteiriços em setores ou subsetores abrangidos pelo presente Acordo que não sejam mencionados no presente Anexo.

3. Para efeitos do presente Anexo, para identificar os setores e subsetores, entende-se por:
 - a) “CPC”: a Classificação Central dos Produtos provisória, tal como definida no Artigo 1.3, alínea c); e
 - b) “CPC versão 1.0”: a Classificação Central de Produtos, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 77, CPC ver 1.0, 1998.
4. A lista constante deste Anexo não inclui medidas relativas a requisitos e procedimentos de qualificação, normas técnicas e requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento que não constituam qualquer limitação nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4, respectivamente. Essas medidas (por exemplo, a necessidade de obtenção de licença, obrigações de serviço universal, a necessidade de obter o reconhecimento de qualificações em setores regulados e a exigência de aprovação em exames específicos, incluindo exames de idiomas), mesmo que não listadas, são aplicáveis em qualquer caso aos serviços e aos prestadores de serviços dos Estados do MERCOSUL signatários.
5. A lista a seguir apresentada não prejudica a viabilidade da prestação de serviços transfronteiriços, conforme definido no Artigo 10.2, alínea b), em certos setores e subsetores dos serviços nem a existência de monopólios públicos e direitos exclusivos, tal como descrito na lista de compromissos em matéria de estabelecimento.
6. A União Europeia assume compromissos em matéria de acesso ao mercado, como estabelecido no Artigo 10.3, eventualmente diferenciados em função dos Estados-Membros quando aplicável.

7. Para maior clareza, a obrigação de conceder o tratamento nacional não comporta, para a União Europeia, a obrigação de tornar extensivo às pessoas físicas ou jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários o tratamento concedido em um Estado-Membro da União Europeia em virtude do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ou de qualquer medida adotada no âmbito do mesmo, incluindo a aplicação do Tratado ou de medidas nos Estados-Membros da União Europeia:

- a) às pessoas físicas ou residentes de um Estado-Membro da União Europeia; ou
- b) às pessoas jurídicas constituídas ou organizadas nos termos da legislação de outro Estado-Membro da União Europeia ou da legislação da União Europeia e que tenham a sua sede social, administração central ou local de atividade principal em um dos Estados-Membros.

Esse tratamento nacional é concedido a pessoas jurídicas que estejam constituídas ou organizadas nos termos da legislação de um Estado-Membro ou da União Europeia e que tenham sua sede social, sua administração central ou seu local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia, incluindo as que sejam detidas ou controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um Estado do MERCOSUL signatário.

8. Na lista abaixo são utilizadas as seguintes abreviaturas:

- UE União Europeia, incluindo todos os Estados-Membros
- EEE Espaço Econômico Europeu
- AT Áustria
- BE Bélgica
- BG Bulgária
- CY Chipre

- CZ República Tcheca
- DE Alemanha
- DK Dinamarca
- EE Estônia
- EL Grécia
- ES Espanha
- FI Finlândia
- FR França
- HR Croácia
- HU Hungria
- IE Irlanda
- IT Itália
- LT Lituânia
- LU Luxemburgo
- LV Letônia
- MT Malta
- NL Países Baixos
- OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PL Polônia
- PT Portugal
- RO Romênia
- SE Suécia
- SI Eslovênia
- SK República Eslovaca

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| Todos os setores | <p data-bbox="770 220 920 248">Imobiliário</p> <p data-bbox="770 272 1032 301">Para os Modos 1 e 2</p> <p data-bbox="770 325 2069 392">Em todos os Estados-Membros, exceto AT, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, FI, HU, IE, IT, LT, MT, PL, RO, SI, SK: Nenhuma.</p> <p data-bbox="770 416 2069 518">Na AT: A aquisição, compra ou arrendamento de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras está sujeita a autorização das autoridades regionais competentes (<i>Länder</i>) que determinam se são ou não afetados os interesses econômicos, sociais ou culturais.</p> <p data-bbox="770 542 2069 683">Na BG: As pessoas jurídicas estrangeiras e os cidadãos estrangeiros com residência permanente no estrangeiro podem adquirir a propriedade de edifícios e direitos de propriedade limitados¹ sobre bens imóveis mediante autorização do Ministério das Finanças. O requisito de autorização não é aplicável às pessoas que tenham efetuado investimentos na Bulgária.</p> <p data-bbox="770 707 2069 847">Os cidadãos estrangeiros com residência permanente no estrangeiro, as pessoas jurídicas estrangeiras e as sociedades em que a participação estrangeira assegure a maioria necessária para adotar ou bloquear decisões podem adquirir direitos de propriedade sobre bens imóveis em regiões geográficas específicas designadas pelo Conselho de Ministros mediante autorização.</p> <p data-bbox="770 871 1111 900">Em CY: Não consolidado.</p> <p data-bbox="770 924 2069 1026">Na CZ: Os terrenos agrícolas e florestais só podem ser adquiridos por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras com residência permanente na República Tcheca. Aos terrenos agrícolas e florestais de propriedade do Estado aplicam-se regras específicas.</p> |

¹ A legislação búlgara em matéria de propriedade reconhece os seguintes direitos de propriedade limitados sobre bens imóveis: direito de uso, direito de construção, direito de erigir uma superestrutura e servidões.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na DK: São aplicáveis limitações à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas não residentes. São aplicáveis limitações à compra de propriedades agrícolas por pessoas físicas ou por entidades jurídicas estrangeiras.</p> <p>Na DE: Podem aplicar-se certas condições de reciprocidade.</p> <p>Na EL: Em conformidade com a Lei nº 1892/90, um cidadão deve solicitar ao Ministro da Defesa autorização para adquirir terrenos nas zonas fronteiriças.</p> <p>Em FI (Ilhas Alanda): São aplicáveis restrições ao direito de adquirir e deter bens imóveis, sem autorização prévia das autoridades competentes das Ilhas Alanda, para pessoas físicas que não possuam a cidadania regional das Ilhas Alanda e para pessoas jurídicas. São aplicáveis restrições ao direito de estabelecimento e ao direito de prestar serviços, sem autorização prévia das autoridades competentes das Ilhas Alanda, para pessoas físicas que não possuam a cidadania regional das Ilhas Alanda e para quaisquer pessoas jurídicas.</p> <p>Na HU: Não consolidado em relação à aquisição de imóveis públicos. Limitações na aquisição de terrenos e bens imóveis por investidores estrangeiros¹.</p> <p>Na IE: A aquisição, por empresas nacionais ou estrangeiras ou por cidadãos estrangeiros, de quaisquer direitos sobre terrenos na Irlanda está sujeita a um consentimento prévio por escrito da Comissão Fundiária. Se esses terrenos se destinarem a fins industriais (distintos da indústria agrícola), prescinde-se desse requisito, desde que seja apresentado um certificado emitido para o efeito pelo ministro da Atividade Empresarial, das Empresas e da Inovação. Esta exigência não se aplica aos terrenos situados dentro dos limites urbanos.</p> |

¹ Em relação aos setores de serviços, estas limitações não vão além das limitações refletidas nos compromissos do GATS em vigor.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na IT: A compra de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras está sujeita à condição de reciprocidade.</p> <p>Na LT: Não consolidado para a aquisição de terrenos.</p> <p>Em MT: São aplicáveis as disposições legislativas e regulamentares maltesas em matéria de aquisição de bens imóveis.</p> <p>Na PL: A aquisição, direta ou indireta, de bens imóveis por estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras) requer autorização. Não consolidado para a aquisição de propriedade pública (por exemplo, a regulamentação que rege o processo de privatização).</p> <p>Na RO: As pessoas físicas que não tenham nem nacionalidade romena nem residência na Romênia, bem como as pessoas jurídicas que não tenham nem nacionalidade romena nem a sua sede social na Romênia, não podem adquirir direitos de propriedade sobre qualquer tipo de parcelas de terreno mediante transmissão <i>inter vivos</i>.</p> <p>Na SI: As pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia com participação de capitais estrangeiros podem adquirir bens imóveis no território nacional. As sucursais¹ estabelecidas na Eslovênia por estrangeiros só podem adquirir bens imóveis, com exclusão de terrenos, indispensáveis para realizar as atividades econômicas para as quais se tenham estabelecido.</p> <p>Na SK: São aplicáveis limitações à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. As entidades estrangeiras podem adquirir bens imóveis mediante o estabelecimento de pessoas jurídicas eslovacas ou a participação em empresas comuns. Não consolidado para os terrenos, incluindo recursos naturais, lagos, rios e vias públicas.</p> |

¹ Em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais, uma sucursal estabelecida na Eslovênia não é considerada pessoa jurídica, mas, em relação ao seu funcionamento, é assimilada a uma filial, o que está em consonância com o Artigo XXVIII, alínea g), do GATS.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 1. Serviços às empresas | |
| A. Serviços Profissionais | |
| a) Serviços jurídicos (CPC 861) ¹ excluindo serviços de consultoria, de documentação e certificação jurídicas prestados por juristas profissionais a quem estejam cometidas funções públicas, como notários, “huissiers de justice” ou outros “officiers publics et ministériels”. | Para os Modos 1 e 2 Em AT, EL, LT, MT, PL, SK: A plena admissão na Ordem dos Advogados, exigida para a prática do direito interno (da UE e do Estado-Membro), está sujeita ao requisito de nacionalidade. Na SK, juntamente com o requisito de residência no país. Na FI: A plena admissão na Ordem dos Advogados, exigida para os serviços de representação jurídica, está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com o requisito de residência. |

¹ Inclui serviços de assessoria jurídica, serviços de representação jurídica, serviços de arbitragem e conciliação/ mediação jurídica, bem como serviços de documentação e certificação jurídicas. A prestação de serviços jurídicos é autorizada somente em relação ao direito internacional público, ao direito da UE e ao direito de qualquer jurisdição se o prestador de serviços ou o seu pessoal estiverem qualificados para exercer como advogados e, tal como a prestação de outros serviços, está sujeita aos requisitos e procedimentos de licenciamento aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Para advogados que prestam serviços jurídicos em matéria de direito internacional público e direito estrangeiro, estes requisitos e procedimentos de licenciamento podem revestir, por exemplo, a forma de cumprimento dos códigos deontológicos locais, a utilização do título do país de origem (a não ser que tenha sido reconhecido equivalente a um título do país de acolhimento), requisitos de seguros, simples registo na Ordem dos Advogados do país de acolhimento ou admissão simplificada na Ordem dos Advogados do país de acolhimento, através de um teste de aptidão e de um domicílio legal ou profissional no país de acolhimento. Os serviços jurídicos em relação ao direito da UE são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado, admitido na Ordem dos Advogados de um Estado-Membro da União Europeia e que atua pessoalmente, e os serviços jurídicos em relação ao direito de um Estado-Membro da União Europeia são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado e admitido na Ordem dos Advogados desse Estado-Membro da União Europeia que atua pessoalmente. A plena admissão na Ordem dos Advogados do Estado-Membro da União Europeia em causa pode ser necessária para a representação perante os tribunais e outras autoridades competentes na União Europeia, uma vez que implica a prática do direito da UE e do direito processual nacional. Contudo, em alguns Estados-Membros da União Europeia, os advogados estrangeiros não admitidos plenamente na Ordem dos Advogados são autorizados a representar em processos civis uma parte que seja nacional ou pertença ao Estado em que o advogado tem direito a exercer.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em CY: São aplicáveis os requisitos de nacionalidade e de residência. Para prestar serviços jurídicos em Chipre é exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados. A plena admissão na Ordem dos Advogados está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com o requisito de residência. Só os advogados inscritos na Ordem dos Advogados podem ser sócios, acionistas ou membros do conselho de administração de sociedades de advogados em Chipre.</p> <p>Na BE: A plena admissão na Ordem dos Advogados para serviços de representação jurídica está sujeita ao requisito de nacionalidade. Em determinadas condições (por exemplo, requisito de residência e de reciprocidade) podem ser concedidas derrogações. Nos processos que não sejam de caráter penal, são aplicadas quotas para a representação perante a “Cour de cassation”.</p> <p>Na BG: Os juristas estrangeiros só podem prestar serviços de representação jurídica a nacionais do seu país de origem e sujeito a reciprocidade e cooperação com um jurista búlgaro. Para os serviços de mediação jurídica é exigida a residência permanente.</p> <p>Na CZ: É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos, incluindo a representação perante os tribunais. Aplicam-se requisitos de forma jurídica, não discriminatórios. A prestação de serviços jurídicos em relação ao direito interno (da UE e do Estado-Membro), incluindo a representação perante os tribunais, exige a nacionalidade do EEE ou da Suíça e a residência na República Tcheca.</p> <p>Na DK: A prestação de serviços jurídicos com o título de “Advokat” (advogado) só é permitida aos advogados titulares de uma licença dinamarquesa para exercer. A representação perante os tribunais está sobretudo reservada aos advogados titulares de uma licença dinamarquesa para exercer. Pode prestar serviços jurídicos nos termos da Lei dos Serviços Jurídicos dinamarquesa qualquer pessoa que possua licença dinamarquesa para exercer, ainda que não seja advogado, não podendo, porém, utilizar o título de “Advokat”. Para obter uma licença para exercer a profissão, uma pessoa deve ter um diploma dinamarquês de licenciatura e mestrado em Direito e ter exercido a profissão de assistente de advogado durante pelo menos três anos.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em ES: A plena admissão na Ordem dos Advogados é exigida para prestar serviços jurídicos em relação ao direito da UE e dos Estados-Membros, incluindo a representação perante os tribunais. À prestação de serviços jurídicos no âmbito do direito da UE e dos Estados-Membros, incluindo a representação perante tribunais, aplica-se o requisito da nacionalidade do EEE ou da Suíça. As autoridades competentes podem conceder derrogações em matéria de nacionalidade. Aplicam-se requisitos de forma jurídica, não discriminatórios. Para prestar serviços de agente de propriedade industrial é exigida a nacionalidade do EEE.</p> <p>Em FR: Para prestar serviços jurídicos em relação ao direito francês, incluindo a representação perante os tribunais, é exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados. Para obter a admissão plena na Ordem dos Advogados, é exigida a residência (presença comercial). Para prestar serviços jurídicos em relação ao direito interno (da UE e dos Estados-Membros), pode ser requerido que a presença comercial assuma uma das formas jurídicas autorizadas ao abrigo do direito nacional em base não discriminatória. Alguns tipos de forma jurídica podem ser reservados exclusivamente aos advogados admitidos na Ordem dos Advogados, também em base não discriminatória. A representação perante a “Cour de Cassation” e o “Conseil d'Etat” está sujeita a cotas. Em uma sociedade de advogados que preste serviços no âmbito do direito francês ou do direito da UE, os direitos de participação e de voto podem ser sujeitos a restrições quantitativas, relacionadas com a atividade profissional dos sócios.</p> <p>Na FI: Um agente de patentes tem de ser residente no EEE para se poder registar no registro dos agentes de patentes, condição necessária para exercer a profissão.</p> <p>Na HR: Não consolidado em relação à prática do direito croata.</p> <p>Na HU: A plena admissão na Ordem dos Advogados está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com o requisito de residência. Para os advogados estrangeiros, o âmbito das atividades jurídicas é limitado à prestação de consultoria jurídica.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na IE: É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos em relação ao direito da UE irlandês, incluindo a representação perante os tribunais. Para obter a admissão plena na Ordem dos Advogados, é exigida a residência (presença comercial). Na Irlanda, os advogados dividem-se em duas categorias distintas: <i>solicitors</i> e <i>barristers</i>. A Law Society of Ireland é o organismo profissional legal que rege a admissão dos <i>solicitors</i> na Irlanda. A admissão dos <i>barristers</i> é regida pela Honorable Society of King's Inns.</p> <p>Na LV: Requisito de nacionalidade para os advogados juramentados, para os quais está reservada a representação jurídica em processos penais.</p> <p>Em PT: O reconhecimento das qualificações para exercer o direito português está sujeito à condição de reciprocidade. É aplicável o requisito da nacionalidade ao acesso às profissões de advogado e agente de propriedade industrial.</p> <p>Na SI: A presença comercial na Eslovênia constitui requisito para a representação remunerada de clientes perante os tribunais. Os advogados estrangeiros autorizados a exercer advocacia em outro país podem exercê-la igualmente e prestar outros serviços jurídicos nos termos do Artigo 34-A da Lei da Advocacia, contanto que exista reciprocidade efetiva. A satisfação desta condição é verificada pelo Ministério da Justiça. A presença comercial de advogados designados pela Ordem dos Advogados da Eslovênia está limitada à forma de sociedade em nome individual, sociedade de advogados de responsabilidade limitada (sociedade de pessoas) ou sociedade de advogados em nome coletivo de responsabilidade ilimitada. As atividades de uma sociedade de advogados são limitadas ao exercício do direito. Só os advogados podem ser associados em uma sociedade de advogados.</p> <p>Na SE: A admissão na Ordem dos Advogados, necessária para a utilização do título sueco de “advokat”, está sujeita ao requisito de residência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>b) 1. Serviços de contabilidade e escrituração (CPC 86212 exceto serviços de auditoria, 86213, 86219 e 86220)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em HU, IT, MT, RO, SI, CY: Não consolidado.</p> <p>Na AT: A representação perante as autoridades competentes está sujeita ao requisito da nacionalidade.</p> <p>Em FR: A prestação de serviços por um prestador de serviços estrangeiro depende de uma decisão do ministro da Economia, das Finanças e da Indústria, em acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>b) 2. Serviços de auditoria (CPC 86211 e 86212, exceto serviços de contabilidade)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em BE, BG, CY, DE, ES, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LU, MT, NL, PT, RO, SI: Não consolidado.</p> <p>Na AT: É requerida a nacionalidade para a representação perante as autoridades competentes e para efetuar auditorias previstas na legislação austríaca específica (por exemplo, lei das sociedades anônimas, lei da bolsa, lei bancária, etc.).</p> <p>Na HR: As sociedades de auditoria estrangeiras podem prestar serviços de auditoria no território croata onde tenham estabelecido uma sucursal.</p> <p>Na SE: Apenas os auditores aprovados na Suécia, os auditores autorizados e as sociedades de auditoria registradas podem assegurar serviços de revisão oficial de contas em certas entidades jurídicas, designadamente em todas as sociedades de responsabilidade limitada, bem como para pessoas físicas. Só os auditores aprovados na Suécia e as firmas de contabilidade pública registradas podem ser acionistas ou associados em empresas que efetuem auditoria qualificada (para fins oficiais). A autorização ou aprovação está sujeita ao requisito da residência no EEE. Os títulos de “auditor aprovado” e “auditor autorizado” só podem ser usados por auditores aprovados ou autorizados na Suécia. Os auditores de associações econômicas cooperativas e de determinadas empresas que não sejam contadores autorizados ou aprovados devem residir no EEE. A autoridade competente pode autorizar derrogações a este requisito.</p> <p>Na LT: Os relatórios dos auditores devem ser preparados em colaboração com um auditor autorizado a exercer na Lituânia.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> <p>CY: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>c) Serviços de consultoria tributária (CPC 863)¹</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Na AT: Para a representação perante as autoridades competentes é requerida a nacionalidade.</p> <p>Em CY: A autorização está sujeita ao teste de necessidade econômica. O principal critério é a situação do emprego no subsetor.</p> <p>Em BG, CY, MT, RO, SI: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |
| <p>d) Serviços de arquitetura;</p> <p>e</p> <p>e) Serviços de planejamento urbano e de arquitetura paisagística (CPC 8671 e 8674)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito.</p> <p>Em BE, BG, CY, CZ, EL, IT, MT, PL, PT, SI: Não consolidado.</p> <p>Em HU, RO: Não consolidado para serviços de arquitetura paisagística.</p> <p>Na HR: As pessoas físicas e jurídicas podem prestar serviços de arquitetura mediante aprovação da Câmara de Arquitetos da Croácia. Os desenhos ou projetos elaborados no estrangeiro devem ser validados por uma pessoa singular ou jurídica autorizada na Croácia quanto à sua conformidade com a legislação croata. Não consolidado para planejamento urbano.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

¹ Não inclui os serviços de assessoria jurídica e de representação jurídica em matéria fiscal que figuram no ponto 1.A.a) Serviços jurídicos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>f) Serviços de engenharia; e g) Serviços integrados de engenharia (CPC 8672 e 8673)</p> | <p>Para o Modo 1 Em AT, SI: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito. Em BG, CY, EL, IT, MT, PT: Não consolidado. Na HR: As pessoas físicas e jurídicas podem prestar serviços de engenharia mediante aprovação da Câmara de Engenheiros da Croácia. Os desenhos ou projetos elaborados no estrangeiro devem ser validados por uma pessoa singular ou jurídica autorizada na Croácia quanto à sua conformidade com a legislação croata.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>h) Serviços médicos (incluindo psicólogos) e dentários (CPC 9312 e parte de 85201)</p> | <p>Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, IE, IT, LU, MT, NL, PT, RO, SK: Não consolidado. Na SI: Todas as pessoas que prestem serviços diretamente a doentes ou que tratem doentes necessitam de uma licença e autorização para prestar serviços de saúde emitida pelo Ministério da Saúde ou pela Ordem dos Médicos. Não consolidado para serviços de medicina social, serviços sanitários, serviços epidemiológicos, serviços médico/ecológicos, provisionamento de sangue, preparações de sangue, transplantes e autópsias. Na CZ: O acesso está limitado às pessoas físicas. Na HR: Não consolidado, exceto para a telemedicina:</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| i) Serviços de veterinária (CPC 932) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FR, HU, IE, IT, LV, MT, NL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| j) 1. Serviços prestados por parteiros (parte de CPC 93191) j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas e pessoal paramédico (parte de CPC 93191) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FR, HU, IE, IT, LV, LT, LU, MT, NL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado. Em FI, PL: Não consolidado, exceto para enfermeiros. Na HR: Não consolidado, exceto para a telemedicina: Para o Modo 2 Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>k) Venda a varejo de produtos farmacêuticos ou de produtos médicos e ortopédicos (CPC 63211)</p> <p>e outros serviços prestados por farmacêuticos¹</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SK, SI: Não consolidado.</p> <p>Na LV: Não consolidado, exceto para encomendas por correio.</p> <p>Na LT: É necessária a autorização das autoridades competentes. É proibida a venda de produtos farmacêuticos por correspondência.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |
| <p>B. Serviços de informática e serviços conexos (CPC 84)</p> | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

¹ O fornecimento de produtos farmacêuticos ao público em geral, assim como a prestação de outros serviços, está sujeito aos requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento e qualificação aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Em geral, esta atividade está reservada aos farmacêuticos. Nalguns Estados-Membros da União Europeia, só o fornecimento de medicamentos prescritos está reservado aos farmacêuticos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| C. Serviços de pesquisa e desenvolvimento (P&D) | |
| Serviços de P&D em ciências sociais e humanas (CPC 852, excluindo serviços de psicólogos) ¹ | Nenhuma. |
| Serviços de P&D em ciências naturais (CPC 851) Serviços interdisciplinares de P&D (CPC 853) | UE: Para os serviços de P&D financiados pelo setor público, só podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE que tenham sede na UE. |
| D. Serviços imobiliários ² | |
| a) Relacionados com bens imóveis próprios ou locados (CPC 821) | Para o Modo 1 Em BG, CY, CZ, EE, HU, IE, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. Na HR: Presença comercial obrigatória. Para o Modo 2 Nenhuma. |

¹ Parte da CPC 85201 que figura no ponto 1.A.h) Serviços médicos (incluindo psicólogos) e dentários.

² Os serviços em causa correspondem ao exercício da profissão de agente imobiliário e não afetam eventuais direitos nem restrições à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| b) À comissão ou por contrato (CPC 822) | Para o Modo 1 Em BG, CY, CZ, EE, HU, IE, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. Na HR: Presença comercial obrigatória. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| E. Serviços de locação a curto/longo prazo sem operadores | |
| a) Relacionados com navios (CPC 83103) | Para o Modo 1 Em BG, CY, HU, MT, RO: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| b) Relacionados com aeronaves (CPC 83104) | Para o Modo 1 e 2 UE: Para a locação de aeronaves sem tripulação (<i>dry lease</i>), as aeronaves utilizadas por uma transportadora aérea da UE estão sujeitas aos requisitos aplicáveis em matéria de registro de aeronaves. Um acordo de locação sem tripulação em que seja parte uma transportadora da UE fica sujeito aos requisitos da UE ou do direito nacional em matéria de segurança da aviação, tais como a aprovação prévia e outras condições aplicáveis à utilização de aeronaves registradas como aeronaves de terceiros países. Ao registro de aeronaves pode aplicar-se o requisito de que estas sejam propriedade de pessoas físicas que satisfaçam determinados critérios de nacionalidade ou de empresas jurídicas que satisfaçam determinados critérios relativos à propriedade do capital e ao controle. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>c) Relacionados com outro equipamento de transporte (CPC 83101, 83102 e 83105)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, HU, LV, MT, PL, RO, SI: Não consolidado.</p> <p>Na SE: Os prestadores de serviços de aluguel ou de leasing de automóveis e de certos veículos fora de estrada (<i>terrängmotorfordon</i>) sem condutor, alugados ou em leasing por um período inferior a um ano, são obrigados a designar uma pessoa responsável por assegurar, nomeadamente, que o negócio é conduzido em conformidade com as regras e regulamentos aplicáveis e que são cumpridas as regras de segurança rodoviária. A pessoa responsável deve residir na Suécia.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>d) Relacionados com outras máquinas e equipamento (CPC 83106, 83107, 83108 e 83109)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, CZ, HU, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>e) Relacionados com bens de uso pessoal e doméstico (CPC 832)</p> | <p>Para os Modos 1 e 2 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Na EE: Não consolidado, exceto para serviços de leasing/aluguel relativos a cassetes vídeo pré-gravadas para utilização em equipamento doméstico.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| f) Aluguel de equipamento de telecomunicações (CPC 7541) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| F. Outros serviços às empresas | |
| a) Publicidade (CPC 871) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| b) Estudos de mercado e sondagens de opinião (CPC 864) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| c) Serviços de consultoria de gestão (CPC 865) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| d) Serviços relacionados com consultoria de gestão (CPC 866) | Para os Modos 1 e 2 Na HU: Não consolidado para serviços de arbitragem e conciliação (CPC 86602). |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>e) Serviços técnicos de análise e testes técnicos (CPC 8676)</p> | <p>Para o Modo 1 Na IT: Não consolidado para a profissão de biólogo e analista químico. Na HR: Não consolidado para serviços relacionados com a emissão de certificados obrigatórios e documentos oficiais similares. Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SE, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SK, SE: Não consolidado. Na HR: Não consolidado para serviços relacionados com a emissão de certificados obrigatórios e documentos oficiais similares.</p> |
| <p>f) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça e silvicultura (parte de CPC 881)</p> | <p>Para o Modo 1 Na IT: Não consolidado para as atividades reservadas aos agrônomos “<i>periti agrari</i>”. Em RO, SI: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| g) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com a pesca (parte de CPC 882) | Para o Modo 1 Em LT, LV, MT, RO, SI: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| h) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com as Indústrias de transformação (parte da CPC 884 e parte da CPC 885) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| i) Serviços de colocação e fornecimento de pessoal | |
| i) 1. Recrutamento e seleção de quadros (CPC 87201) | Para o Modo 1 Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, ES, FI, HR, IE, LT LV, MT, PL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado. Para o Modo 2 Em AT, BG, CY, CZ, EE, FI, HR, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. |
| i) 2. Serviços de colocação de pessoal (CPC 87202) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Em AT, BG, CY, CZ, EE, FI, HR, LT, LV, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| i) 3. Serviços de fornecimento de pessoal auxiliar de escritório (CPC 87203) | Para o Modo 1 Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, FI, FR, HR, IT, IE, LT, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Em AT, BG, CY, CZ, EE, FI, HR, LT, LV, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. |
| i) 4. Serviços de fornecimento de pessoal auxiliar doméstico, outros trabalhadores comerciais ou industriais, enfermeiros e outro pessoal (CPC 87204, 87205, 87206, 87209) | Para os Modos 1 e 2 Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto HU: Não consolidado. Na HU: Nenhuma. |
| j) 1. Serviços de pesquisa (CPC 87301) | Para os Modos 1 e 2 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>j) 2. Serviços de segurança (CPC 87302, 87303, 87304 e 87305)</p> | <p>Para o Modo 1 Na HU: Não consolidado para CPC 87304 e CPC 87305. Em BE, BG, CY, CZ, EE, ES, FI, FR, HR, IT, LT, LV, MT, PL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Na HU: Não consolidado para CPC 87304 e CPC 87305. Em BG, CY, CZ, EE, HR, LT, LV, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> |
| <p>k) Serviços conexos de consultoria científica e técnica; (CPC 8675)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BE, BG, CY, DE, DK, EL, ES, FR, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO: Não consolidado para serviços de exploração (em FR: e de prospecção). Na SI: A exploração e a utilização de recursos minerais, incluindo a extração mineral regulamentada, estão sujeitas ao estabelecimento ou à nacionalidade do EEE, da Confederação Suíça ou de um membro da OCDE ou ainda de um país terceiro, sob condição de reciprocidade substancial. A satisfação da condição de reciprocidade é verificada pelo ministério responsável pela exploração mineral. Na HR: Os serviços de consultoria geológica, geodésica e mineira, bem como os serviços conexos de consultoria em matéria ambiental no território da Croácia, só podem ser prestados juntamente com ou por intermédio de pessoas jurídicas nacionais.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| l) 1. Manutenção e reparo de embarcações (parte de CPC 8868) | Para o Modo 1 Para navios de transporte marítimo: Em BE, BG, CY, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI: Não consolidado. Para embarcações de transporte por vias interiores navegáveis: Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto a Estônia, a Hungria e a Letônia: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| l) 2. Manutenção e reparo de equipamento de transporte ferroviário (parte de CPC 8868) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, DE, CY, CZ, DK, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| l) 3. Manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas, “ <i>snowmobiles</i> ” e equipamento de transporte rodoviário (CPC 6112, 6122, parte de 8867 e parte de 8868) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| l) 4. Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes (parte de CPC 8868) | Para o Modo 1 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| l) 5. Serviços de manutenção e reparo de produtos metálicos, de máquinas (exceto de escritório), de equipamento (exceto de transporte e de escritório) e de bens de uso pessoal e doméstico ¹ (CPC 633, 7545, 8861, 8862, 8864, 8865 e 8866) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |

Os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte (CPC 6112, 6122, 8867 e 8868) figuram no ponto 1. F. l) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 1. F. l) 4 Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes. Os serviços de manutenção e reparo de máquinas e material de escritório incluindo computadores (CPC 845) figuram no ponto 1.B. Serviços de informática e serviços conexos

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| m) Serviços de limpeza de edifícios (CPC 874) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| n) Serviços fotográficos (CPC 875) | Para o Modo 1 Em BG, EE, MT, PL: Não consolidado para a prestação de serviços fotográficos aéreos. Em HR, LV: Não consolidado para serviços fotográficos especializados (CPC 87504). Para o Modo 2 Nenhuma. |
| o) Serviços de embalagem (CPC 876) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| p) Impressão e edição (CPC 88442) | Para os Modos 1 e 2 Na SE: Requisito de residência para os editores e proprietários de editoras e tipografias. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| q) Serviços de organização de congressos (parte de CPC 87909) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| r) 1. Serviços de tradução e interpretação (CPC 87905) | Para o Modo 1 Na FI: É exigida residência no EEE para os tradutores certificados. Na PL: Não consolidado para serviços de intérpretes ajuramentados. Em HU, SK: Não consolidado para a tradução e a interpretação oficial. Na HR: Não consolidado para documentos oficiais. Em CY: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| r) 2. Serviços de design de interiores e outros serviços de design especializado (CPC 87907) | Para o Modo 1 Na DE: Aplicação das regras nacionais relativos a honorários e emolumentos a todos os serviços prestados a partir do estrangeiro. Para o Modo 2 Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| r) 3. Serviços de agências de cobrança (CPC 87902) | Para os Modos 1 e 2 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado. |
| r) 4. Serviços de informação financeira sobre clientela (CPC 87901) | Para os Modos 1 e 2 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado. |
| r) 5. Serviços de reprodução de documentos (CPC 87904) ¹ | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SI, SE, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |

Não inclui os serviços de impressão que são cobertos pela CPC 88442 e figuram no ponto 1.F.p) Impressão e edição.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| r) 6. Serviços de consultoria de telecomunicações (CPC 7544) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| r) 7. Serviços de atendimento de telefones (CPC 87903) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| s) Vendas e marketing t) Serviços de sistemas de reserva informatizados (CRS) | Para os Modos 1 e 2 UE: Se os prestadores de serviços SIR fora da UE não concederem às transportadoras aéreas da UE um tratamento equivalente (ou seja, não discriminatório) ao concedido na UE, ou se as transportadoras aéreas não UE não concederem aos prestadores de serviços SIR da UE um tratamento equivalente ao concedido na UE, podem ser tomadas medidas para conceder um tratamento equivalente, respectivamente, às transportadoras aéreas não UE pelos prestadores de serviços SIR na UE, ou aos prestadores de serviços SIR não UE pelas transportadoras aéreas da UE. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 2. Serviços de comunicação | |
| <p>A. Serviços postais e de correio rápido</p> <p>Serviços relacionados com o tratamento¹ de produtos postais² de acordo com a seguinte lista de subsetores, para destinos nacionais ou estrangeiros: i) Tratamento de comunicações escritas com destinatário em todos os tipos de suportes físicos³, incluindo serviços de correio híbridos e correio direto; ii) Tratamento de encomendas com destinatário⁴; iii) Tratamento de produtos de imprensa com destinatário⁵; iv) Tratamento dos produtos referidos em i) a iii) supra sob a forma de correio registrado ou segurado; v) Serviços de correio expresso⁶ para os produtos referidos em i) a iii) supra; vi) Tratamento de produtos sem destinatário específico; e vii) Intercâmbio de documentos⁷.</p> | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Nenhuma (sob condição de existirem obrigações equivalentes no quadro da liberalização autônoma pelos Estados do MERCOSUL signatários).</p> |

¹ Por “tratamento”, entende-se a coleta, triagem, transporte e distribuição.

² Por “produto postal” entende-se os produtos cujo tratamento é assegurado por todo o tipo de operadores comerciais dos setores público e privado.

³ Por exemplo, cartas e postais.

⁴ Estão incluídos os livros e os catálogos.

⁵ Revistas, jornais e outros periódicos.

⁶ Os serviços de correio expresso podem incluir, além da rapidez e confiabilidade, elementos de valor agregado tais como a coleta na origem, entrega em mãos ao destinatário, serviços de localização do envio, possibilidade de alteração do destinatário na fase de trânsito ou a confirmação do recebimento no destino.

⁷ Disponibilização de meios, incluindo a oferta de instalações temporárias, bem como transporte por uma parte terceira, que permitam a auto-entrega através do intercâmbio mútuo de produtos postais entre usuários que tenham uma assinatura deste serviço. Por “produto postal” entende-se os produtos cujo tratamento é assegurado por todo o tipo de operadores comerciais dos setores público e privado.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| <p>São, porém, excluídos os subsetores i), iv) e v) se forem abrangidos pelo âmbito dos serviços que podem ser reservados para a correspondência cujo preço seja 5 (cinco) vezes inferior à tarifa pública de base, quando o seu peso seja inferior a 50 (cinquenta) gramas¹, e para o serviço de registro de correio utilizado em caso de procedimentos judiciais ou administrativos.</p> <p>(parte de CPC 751, parte de 71235² e parte de 73210³)</p> | |

-
- 1 Por “objetos de correspondência”, entende-se uma comunicação escrita em um suporte físico de qualquer natureza a transportar e entregar no endereço indicado pelo remetente no próprio envio ou na sua embalagem. Livros, catálogos, jornais e periódicos não são considerados objetos de correspondência.
- 2 Transporte de objetos postais e de correio rápido por conta própria por qualquer modo terrestre.
- 3 Transporte de correio por conta própria por via aérea.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>B. Serviços de telecomunicações</p> <p>Os serviços de telecomunicações excluem os serviços que prestem ou exerçam controle editorial sobre os conteúdos transmitidos.</p> | |
| <p>a) Todos os serviços que consistam na transmissão e recepção de sinais eletromagnéticos por qualquer meio eletromagnético¹, excluindo a radiodifusão²</p> | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Nenhuma.</p> |
| <p>3. Serviços de construção e serviços de engenharia conexos</p> <p>(CPC 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517 e 518)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>LT: Necessidade de autorização.</p> <p>CY: Aplicam-se condições específicas, sendo exigida autorização.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

¹ Estes serviços não incluem a informação em linha ou o processamento de dados (incluindo processamento de transações) (parte da CPC 843) que figuram no ponto 1.B. Serviços de informática e serviços conexos

² Entende-se por “radiodifusão” as radiocomunicações em que as transmissões se destinam a recepção direta pelo público em geral, podendo incluir a transmissão sonora e televisiva.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>4. Serviços de distribuição (excluindo a distribuição de armas, munições, explosivos e outro material de guerra)</p> <p>A. Serviços de comissionistas</p> <p>a) Serviços de comissionista de veículos automotores, motocicletas e “<i>snowmobiles</i>”, seus acessórios e peças (parte de CPC 61111, parte de 6113 e parte de 6121)</p> <p>b) Outros serviços de comissionista (CPC 621)</p> | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto AT, FI, HR, SE, SI: Não consolidado para a distribuição de produtos químicos e de pedras e metais preciosos.</p> <p>Na AT: Não consolidado para a distribuição de produtos de pirotecnia, de artigos inflamáveis e dispositivos explosivos e de substâncias tóxicas.</p> <p>Em AT, BG: Não consolidado para a distribuição de produtos para uso médico, tais como dispositivos médicos e cirúrgicos, produtos farmacêuticos, substâncias e objetos para uso médico.</p> <p>Na HR: Não consolidado para a distribuição de produtos do tabaco.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>B. Comércio atacadista</p> <p>Serviços de comércio por atacado de veículos automotores, motocicletas e “<i>snowmobiles</i>” e suas partes e acessórios</p> <p>(parte de CPC 61111, parte de 6113 e parte de 6121)</p> <p>Serviços de comércio por atacado de equipamentos terminais de telecomunicações</p> <p>(parte de CPC 7542)</p> <p>Outros serviços de comércio por atacado</p> <p>(CPC 622, excluindo serviços de comércio por atacado de produtos energéticos¹)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BG, FR, PL, RO: Não consolidado para a distribuição de tabaco e produtos do tabaco.</p> <p>Na IT: Para serviços de venda por atacado, monopólio estatal do tabaco.</p> <p>Em BG, FI, PL, RO: Não consolidado para a distribuição de bebidas alcoólicas.</p> <p>Na SE: Não consolidado para a distribuição a varejo de bebidas alcoólicas.</p> <p>Em CY, CZ, FI, FR, RO, SI, SK: Não consolidado para a distribuição de produtos farmacêuticos.</p> <p>Em BG, HU, PL: Não consolidado para serviços de corretagem de mercadorias.</p> <p>Em FR: No caso dos serviços de comissionista, não consolidado para comerciantes e corretores que operam em 17 (dezesete) mercados de produtos alimentares frescos de interesse nacional.</p> <p>Em MT: Não consolidado para serviços de comissionistas.</p> <p>Em BE, BG, CY, DE, DK, EL, ES, FR, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, SK: Para os serviços de comércio a varejo, não consolidado, exceto para encomendas por correio.</p> <p>Na LT: a distribuição de produtos pirotécnicos está sujeita a licença. A licença só é concedida a pessoas jurídicas estabelecidas na UE.</p> <p>Em ES: Monopólio estatal sobre a venda a varejo ou o fornecimento de tabaco.</p> |

¹ Estes serviços, que abrangem a CPC 62271, figuram no ponto 14.D. Serviços de comércio por atacado de combustíveis sólidos, líquidos, gasosos e produtos derivados, e serviços de comércio por atacado de eletricidade, vapor e água quente.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| <p>C. Serviços de venda a varejo¹</p> <p>Serviços de venda a varejo de veículos automotores, motocicletas e “<i>snowmobiles</i>” e suas partes e acessórios</p> <p>(CPC 61112, parte de 6113 e parte de 6121)</p> <p>Serviços de venda a varejo de equipamentos terminais de telecomunicações</p> <p>(parte de CPC 7542)</p> <p>Serviços de venda a varejo de produtos alimentares</p> <p>(CPC 631)</p> | |

¹ Não inclui os serviços de manutenção e reparo que figuram nas reservas 1.B Serviços de informática e serviços conexos e 1.F.1) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 1. F. 1) 4 Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes.
 Não inclui os serviços de venda a varejo de produtos energéticos que figuram nos pontos 14.E Serviços de venda a varejo de carburantes e 14.F Serviços de venda a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha e serviços de venda a varejo de eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| Serviços de venda a varejo de outros produtos (não energéticos), exceto vendas a varejo de produtos farmacêuticos, médicos e ortopédicos ¹ (CPC 632 exceto 63211 (salvo para HU) e 63297) D. Serviços de franquia (<i>franchising</i>) (CPC 8929) | |

¹ A venda a varejo de produtos farmacêuticos, médicos e ortopédicos figuram em Serviços profissionais no ponto 1.A.k) Venda a varejo de produtos farmacêuticos e venda a varejo de produtos médicos e ortopédicos e outros serviços prestados por farmacêuticos. Para maior clareza, os compromissos assumidos pela Hungria quanto ao modo 1 na CPC 63211 a título de serviços de distribuição é “nenhuma”, sendo “não consolidado” para a CPC 63211 de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do serviços profissionais.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| 5. Serviços de educação (unicamente os financiados pelo setor privado) | |
| A. Serviços de ensino primário (CPC 921) | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, FI, FR, HR, IT, MT, RO, SE, SI: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Em CY, FI, HR, MT, RO, SE, SI: Não consolidado.</p> |
| B. Serviços de ensino secundário (CPC 922) | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, FI, FR, HR, IT, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Em CY, FI, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> <p>Para os Modos 1 e 2 Na LV: Não consolidado para a prestação de serviços de educação relacionados com serviços de ensino secundário de tipo técnico e profissional para estudantes com deficiência (CPC 9224).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>C. Serviços de ensino superior (CPC 923)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BG, CY, FI, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> <p>Em FR: É exigida a nacionalidade francesa ou outra nacionalidade da UE para poder lecionar nos estabelecimentos de ensino financiados pelo setor privado. Os nacionais de outros países podem contudo obter autorização das autoridades competentes para lecionar em um estabelecimento do ensino superior. Podem também obter autorização das autoridades competentes para abrir e explorar estabelecimentos de ensino superior. Essa autorização é concedida de forma discricionária.</p> <p>Na IT: Para os prestadores de serviços poderem emitir diplomas reconhecidos pelo Estado é requerida a nacionalidade.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Em AT, BG, CY, FI, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Em CZ, SK: Não consolidado para os serviços de ensino superior, exceto para os serviços de ensino técnico e profissional pós-secundário (CPC 92310).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| D. Serviços de educação de adultos (CPC 924) | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Em CY, FI, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 1</p> <p>Na AT: Não consolidado para serviços de educação de adultos por rádio ou televisão.</p> |
| E. Outros serviços de educação (CPC 929) | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Em AT, BE, BG, CY, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 1</p> <p>Na HR: Nenhuma para o ensino por correspondência ou o ensino por telecomunicação.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>6. Serviços ambientais</p> <p>A. Serviços de tratamento de esgoto (CPC 9401)¹</p> <p>B. Gestão de resíduos sólidos ou perigosos, excluindo o transporte transfronteiriço de resíduos perigosos</p> <p>a) Serviços de eliminação de resíduos (CPC 9402)</p> <p>b) Serviços de saneamento e similares (CPC 9403)</p> <p>C. Proteção do ar ambiente e do clima (CPC 9404)²</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>UE: Não consolidado, exceto para serviços de consultoria.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

¹ Corresponde a serviços de esgotos.

² Corresponde a serviços de limpeza de gases de escape.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| <p>D. Serviços de remediação e limpeza do solo e águas</p> <p>a) Tratamento e remediação do solo e águas contaminados ou poluídos (parte de CPC 94060)¹</p> <p>E. Redução do ruído e vibrações (CPC 9405)</p> <p>F. Proteção da biodiversidade e da paisagem</p> <p>a) Serviços de proteção natural e paisagística (parte de CPC 9406)</p> <p>G. Outros serviços ambientais e conexos (CPC 94090)</p> | |

¹ Corresponde a partes dos serviços de proteção natural e paisagística.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 7. Serviços financeiros | |
| A. Serviços de seguros e serviços conexos | <p>Para os Modos 1 e 2</p> <p>Em AT, BE, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, NL, PL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado para serviços de seguros diretos, exceto para seguros de riscos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) transporte marítimo, aviação comercial e lançamento e transporte espacial (incluindo satélites), devendo esse seguro cobrir um ou todos os seguintes elementos: as cargas objeto do transporte, o veículo que transporta essas cargas e a responsabilidade civil correspondente; ou b) as cargas em trânsito internacional. <p>Na AT: São proibidas as atividades de promoção e a intermediação em nome de uma filial não estabelecida na UE ou de uma sucursal não estabelecida na Áustria (exceto em matéria de resseguro e de retrocessão). O seguro obrigatório de transporte aéreo, exceto para seguros de transporte aéreo comercial, só pode ser subscrito junto de uma filial estabelecida na UE ou de uma sucursal estabelecida na Áustria.</p> <p>Na DK: O seguro obrigatório de transporte aéreo só pode ser subscrito por empresas estabelecidas na UE. Nenhuma pessoa ou empresa (incluindo as companhias de seguros) pode, para fins comerciais, participar na execução de contratos de seguro direto para pessoas residentes na Dinamarca, navios dinamarqueses ou bens situados na Dinamarca, excetuando as companhias de seguros autorizadas pela legislação dinamarquesa ou pelas autoridades dinamarquesas competentes.</p> |

| Setor ou subsector | Descrição das reservas |
|--------------------|--|
| | <p>Na DE: As apólices de seguro obrigatório de transporte aéreo só podem ser subscritas junto de uma filial estabelecida na UE ou de uma sucursal estabelecida na Alemanha. Se uma companhia de seguros estrangeira tiver estabelecido uma sucursal na Alemanha, só pode celebrar neste país contratos de seguro relacionados com o transporte internacional através dessa sucursal.</p> <p>Em FR: O seguro de riscos relacionados com o transporte terrestre só pode ser subscrito por companhias de seguros estabelecidas na UE.</p> <p>Na PL: Não consolidado, exceto em relação ao resseguro, à retrocessão e ao seguro de cargas no âmbito do comércio internacional.</p> <p>Em PT: O seguro de transporte aéreo e marítimo (cargas, aeronaves, cascos e responsabilidade civil) só pode ser subscrito por empresas estabelecidas na UE. Só as pessoas ou empresas estabelecidas na UE podem ser intermediários de tais atividades de seguro em Portugal.</p> <p>Na RO: O resseguro no mercado internacional só é autorizado se o risco ressegurado não puder ser colocado no mercado romeno.</p> <p>SK: O seguro no setor dos transportes aéreo e marítimo, que cobre as aeronaves ou navios e a responsabilidade, só pode ser assumido por companhias de seguros estabelecidas na UE ou por sucursais de companhias de seguros que não estejam estabelecidas na UE mas que sejam autorizadas na República Eslovaca.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BE, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, NL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado para serviços de intermediação de seguros diretos, exceto para seguros de riscos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Transporte marítimo, aviação comercial e lançamento e transporte espacial (incluindo satélites), devendo o seguro cobrir, pelo menos, um dos seguintes elementos: as cargas objeto do transporte, o veículo que transporta essas cargas e a responsabilidade civil correspondente; ou b) as cargas em trânsito internacional. <p>Na BG: Não consolidado para seguros diretos, exceto para serviços prestados por prestadores estrangeiros a pessoas estrangeiras no território da Bulgária. O seguro de transporte de cargas, o seguro de veículos propriamente ditos e o seguro de responsabilidade civil em relação a riscos situados na Bulgária não podem ser subscritos diretamente junto de companhias de seguros estrangeiras. As companhias de seguros estrangeiras só podem celebrar contratos de seguros através de uma sucursal na UE. Não consolidado para seguro de depósitos e regimes de compensação análogos, bem como para regimes de seguros obrigatórios.</p> <p>Em CY, LV, MT: Não consolidado para serviços de seguros diretos, exceto para seguros de riscos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Transporte marítimo, aviação comercial e lançamento e transporte espacial (incluindo satélites), devendo o seguro cobrir, pelo menos, um dos seguintes elementos: as cargas objeto do transporte, o veículo que transporta essas cargas e a responsabilidade civil correspondente; ou b) as cargas em trânsito internacional. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na LT: Não consolidado para serviços de seguros diretos, exceto para seguros de riscos relacionados com:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Transporte marítimo, aviação comercial e lançamento e transporte espacial (incluindo satélites), devendo o seguro cobrir, pelo menos, um dos seguintes elementos: as cargas objeto do transporte, o veículo que transporta essas cargas e a responsabilidade civil correspondente; ou b) cargas em trânsito internacional, exceto as relacionadas com o transporte por terra quando o risco se situa na Lituânia. <p>Em BG, LT, LV, PL: Não consolidado para intermediação de seguros.</p> <p>Na FI: Só as seguradoras com sede na UE ou sucursal na Finlândia podem oferecer serviços de seguros diretos (incluindo cosseguros). A prestação de serviços de corretagem de seguros está subordinada à existência de um estabelecimento permanente na UE. Pelo menos metade dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal e o diretor executivo das companhias de seguros que ofereçam um seguro de pensões obrigatório devem ter o seu local de residência no EEE, salvo derrogação concedida pelas autoridades competentes. Pelo menos um auditor deve ter residência permanente no EEE. Os agentes gerais de companhias de seguros de Estados do MERCOSUL signatários devem ter o seu local de residência na Finlândia, a não ser que a companhia tenha a sua sede principal na UE.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na HR: Não consolidado para seguros diretos e serviços de intermediação de seguros diretos, exceto</p> <ul style="list-style-type: none"> a) para a prestação de seguros de vida a pessoas estrangeiras residentes na Croácia; b) para a prestação de serviços de seguro não-vida, que não seguros de responsabilidade civil automóvel, a pessoas estrangeiras residentes na Croácia; e c) para a prestação de serviços de seguros não-vida nos setores marítimo, da aviação e dos transportes. <p>Na HU: A prestação de serviços de seguros diretos no território da Hungria por companhias de seguros não estabelecidas na UE só é permitida através de uma sucursal registrada neste país.</p> <p>Na IT: Não consolidado para a profissão atuarial. O seguro de transportes de cargas, o seguro de veículos e de responsabilidade civil contra riscos registrados na Itália só podem ser subscritos junto de companhias de seguros estabelecidas na UE. Esta reserva não se aplica aos transportes internacionais que envolvam importações para Itália.</p> <p>Na SE: A oferta de seguros diretos só é permitida através de uma companhia de seguros autorizada na Suécia, desde que o prestador de serviços estrangeiro e a companhia de seguros sueca pertençam ao mesmo grupo de empresas ou tenham celebrado entre si um acordo de cooperação.</p> <p>Em ES: Para se exercer a profissão atuarial, é exigida a residência ou, em alternativa, dois anos de experiência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Para o Modo 2</p> <p>Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado para a intermediação.</p> <p>Na BG: Para seguros diretos, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas búlgaras, bem como os estrangeiros com atividade empresarial no território da Bulgária, podem celebrar contratos de seguro em relação à sua atividade neste país com prestadores licenciados para exercer atividades de seguros na Bulgária. As indemnizações resultantes destes contratos serão pagas na Bulgária. Não consolidado para seguro de depósitos e regimes de compensação análogos, bem como para regimes de seguros obrigatórios.</p> <p>Na HR: Não consolidado para seguros diretos e serviços de intermediação de seguros diretos, exceto</p> <ol style="list-style-type: none"> a) No que se refere aos seguros de vida: para a capacidade de pessoas estrangeiras residentes na Croácia obterem seguros de vida; b) No que diz respeito aos seguro não-vida, para a capacidade de pessoas estrangeiras residentes na Croácia obterem seguros não-vida, que não seguros de responsabilidade civil automóvel, ou seguros contra riscos pessoais ou de propriedade não disponíveis na Croácia; empresas que subscrevem seguros no estrangeiro, em ligação com obras de investimento no estrangeiro, incluindo o equipamento para essas obras; para segurar o retorno de empréstimos estrangeiros (seguro de garantia); seguros pessoais e de propriedade de empresas detidas a 100 % e empresas comuns que exercem uma atividade económica em um país estrangeiro, se tal corresponder à regulamentação desse país ou for requerido para o seu registro; navios em construção e reparo, se tal for estipulado pelo contrato celebrado com o cliente (comprador) estrangeiro; e |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>c) Para a prestação de serviços de seguros não-vida nos setores marítimo, da aviação e dos transportes.</p> <p>Na IT: O seguro de transportes de cargas, o seguro de veículos e de responsabilidade civil contra riscos registrados na Itália só podem ser subscritos junto de companhias de seguros estabelecidas na UE. Esta reserva não se aplica aos transportes internacionais que envolvam importações para Itália.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| B. Serviços bancários e outros serviços financeiros (excluindo seguros) | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BE, BG, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HU, IE, IT, LU, NL, PL, PT, SE, SK: Não consolidado, exceto para a prestação de informações financeiras e o processamento de dados financeiros, bem como para serviços de consultoria e outros serviços auxiliares excluindo intermediação.</p> <p>Na BE: A prestação de serviços de consultoria em matéria de investimento está sujeita ao estabelecimento no país.</p> <p>Na BG: Podem ser aplicáveis limitações e condições relativamente à utilização da rede de telecomunicações.</p> <p>Em CY: Não consolidado, exceto para o comércio de valores mobiliários transferíveis, para a prestação de informações financeiras e o processamento de dados financeiros, bem como para serviços de consultoria e outros serviços auxiliares excluindo intermediação.</p> <p>Na EE: Para a aceitação de depósitos, é necessária uma autorização da autoridade de supervisão financeira da Estônia e a constituição de uma sociedade por ações, de uma filial ou de uma sucursal, em conformidade com a legislação deste país.</p> <p>É necessário o estabelecimento de uma empresa de gestão especializada para efetuar as atividades de gestão dos fundos de investimento, e só as empresas com sede social na UE podem atuar como depositárias dos ativos dos fundos de investimento.</p> <p>Na HR: Não consolidado, exceto para concessão de empréstimos, leasing financeiro, serviços de pagamento e de transferências monetárias, garantias e compromissos, corretagem monetária, prestação e transferência de informações financeiras e de serviços de consultoria, e outros serviços financeiros auxiliares, excluindo intermediação.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na LT: É necessário o estabelecimento de uma empresa de gestão especializada para efetuar a gestão dos fundos de investimento e das sociedades de investimento e só as empresas com sede social na UE podem atuar como depositárias dos ativos dos fundos de investimento.</p> <p>Na IE: Para a prestação de serviços de investimento ou de consultoria sobre investimentos é necessário obter: a) uma autorização na Irlanda, sendo neste caso exigida a constituição em sociedade ou parceria ou sociedade unipessoal, e sempre com estabelecimento principal/registro na Irlanda (essa autorização poderá ser dispensada em certos casos, por exemplo, se o prestador de serviços estrangeiro não tiver presença comercial na Irlanda e o serviço não for prestado a particulares); ou b) uma autorização de outro Estado-Membro da União Europeia, em conformidade com a Diretiva 2014/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros e que altera a Diretiva 2002/92/CE e a Diretiva 2011/61/UE, JO L 173 de 12.6.2014, p. 349.</p> <p>Na IT: Não consolidado para vendedores de produtos financeiros “promotori di servizi finanziari”.</p> <p>Na LV: Não consolidado, exceto para a participação na emissão de qualquer tipo de valores mobiliários, a prestação de informações financeiras e o processamento de dados financeiros e para os serviços de consultoria e outros serviços auxiliares excluindo a intermediação.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na LT: Para a gestão de fundos de pensões é exigida uma presença comercial.</p> <p>Em MT: Não consolidado, exceto para a aceitação de depósitos, a concessão de empréstimos de qualquer tipo, a prestação de informações financeiras e o processamento de dados financeiros e para os serviços de consultoria e outros serviços auxiliares excluindo intermediação.</p> <p>Na PL: Para a prestação e a transferência de informações financeiras, processamento de dados financeiros e <i>software</i> conexo: exigência de utilização da rede pública de telecomunicações ou da rede de outro operador autorizado.</p> <p>Na RO: Não consolidado para o leasing financeiro, para o comércio de instrumentos do mercado monetário, operações cambiais, produtos derivados, instrumentos de taxa de câmbio e de taxa de juro, valores mobiliários transferíveis e outros instrumentos e ativos financeiros transacionáveis, para a participação na emissão de qualquer tipo de títulos, para a gestão de ativos e serviços de liquidação e de compensação de ativos financeiro. Os serviços de pagamentos e transferências monetárias só são permitidos através de um banco estabelecido na Romênia.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p data-bbox="770 217 857 244">Na SI:</p> <p data-bbox="770 272 2074 336">a) Participação na emissão de obrigações do Tesouro, gestão de fundos de pensões: Não consolidado.</p> <p data-bbox="770 360 2074 612">b) Não consolidado, exceto em relação: À concessão de empréstimos de qualquer tipo; À aceitação de garantias e de compromissos de instituições de crédito estrangeiras por parte de entidades jurídicas nacionais e de empresários em nome individual; À prestação e transferência de informações financeiras, processamento de dados financeiros e fornecimento de programas de computadores conexos, realizados por prestadores de outros serviços financeiros; Aos serviços de consultoria e outros serviços financeiros auxiliares relacionados com serviços bancários e outros serviços financeiros.</p> <p data-bbox="770 636 2074 700">Os membros da Bolsa de Valores da Eslovênia devem estar constituídos em sociedade na Eslovênia ou ser sucursais de sociedades de investimento ou bancos estrangeiros.</p> <p data-bbox="770 724 2074 940">Os regimes de pensões podem ser oferecidos através de um fundo mútuo (que não é uma entidade jurídica e é, por conseguinte, gerido por uma companhia de seguros, um banco ou uma sociedade de gestão de fundos de pensões), uma sociedade de gestão de fundos de pensões ou uma companhia de seguros. Além disso, os regimes de pensões podem ser igualmente propostos por prestadores de regimes de pensões estabelecidos nos termos da regulamentação aplicável em um Estado-Membro da União Europeia.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| | <p>Para o Modo 2</p> <p>Na BG: Podem ser aplicáveis limitações e condições relativamente à utilização da rede de telecomunicações.</p> <p>Na PL: Para a prestação e transferência de informações financeiras, processamento de dados financeiros e <i>software</i> conexo, requisito de utilização da rede pública de telecomunicações ou da rede de outro operador autorizado.</p> |
| <p>8. Serviços de saúde e serviços sociais (apenas serviços financiados pelo setor privado)</p> | <p>UE: Não consolidado para as atividades ou serviços que façam parte de um plano de pensões público ou de um regime legal de segurança social.</p> |
| <p>A. Serviços hospitalares (CPC 9311)</p> <p>C. Serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares (CPC 93193)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BE, BG, DE, CY, CZ, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| D. Serviços sociais (CPC 933) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, HR, HU, IE, IT, LU, MT, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Em FR: Não consolidado para serviços sociais que não sejam serviços relacionados com instituições de convalescença e repouso e lares de idosos. Para o Modo 2 Na BE: Não consolidado, exceto para instituições de convalescença e repouso e para lares de idosos. |
| 9. Serviços relacionados com o turismo e viagens | |
| A. Hotéis, restaurantes e fornecimento de refeições (<i>catering</i>) (CPC 641, 642 e 643) excluindo <i>catering</i> nos serviços de transporte aéreo ¹ | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FR, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado, exceto para fornecimento de refeições (<i>catering</i>). Na HR: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |

¹ O *catering* nos serviços de transporte aéreo figura em Serviços auxiliares de transporte no ponto 12.E.a) Serviços de assistência em solo (“ground handling”) (incluindo serviços de *catering*).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>B. Serviços de agências de viagem e de operadores turísticos (incluindo organizadores de viagens) (CPC 7471)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, HU: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>C. Serviços de guias turísticos (CPC 7472)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BG, CY, CZ, HU, IT, LT, MT, PL, SI, SK: Não consolidado. Em FR: É exigida a nacionalidade de um Estado-Membro da União Europeia para a prestação de serviços de guia turístico no seu território. Em ES: Aplica-se o requisito da nacionalidade. Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 10. Serviços recreativos, culturais e desportivos (exceto serviços audiovisuais) | |
| <p>Serviços de entretenimento (incluindo serviços de teatro, conjuntos musicais, circos e discotecas)</p> <p>(CPC 9619)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Em CY, CZ, FI, HR, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Na BG: Não consolidado, exceto para serviços de entretenimento prestados por produtores teatrais, grupos de cantores, conjuntos musicais e orquestras (CPC 96191); serviços prestados por autores, compositores, escultores, artistas e outros artistas individuais (CPC 96192); e serviços auxiliares de atividades teatrais (CPC 96193).</p> <p>Na EE: Não consolidado para outros serviços de entretenimento (CPC 96199), exceto para serviços de teatro e cinema.</p> <p>Em LT, LV: Não consolidado, exceto para serviços de exploração de estabelecimentos de teatro e cinema (parte da CPC 96199).</p> |
| <p>B. Serviços de agências de notícias</p> <p>(CPC 962)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em BG, CY, CZ, HU, LT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Em BG, CY, CZ, HU, LT, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>C. Serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais (CPC 963)</p> | <p>Para o Modo 1 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HR, HU, IE, IT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> |
| <p>D. Serviços desportivos (CPC 9641)</p> | <p>Para os Modos 1 e 2 Na AT: Não consolidado para serviços de escolas de esqui e serviços de guias de montanha. Em BG, CZ, HR, LV, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 1 Em CY, EE: Não consolidado.</p> |
| <p>E. Serviços de parques recreativos e praias (CPC 96491)</p> | <p>Para os Modos 1 e 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|-------------------------------------|
| 11. Serviços de transporte | |
| A. Transporte marítimo a) Transporte internacional de passageiros (CPC 7211 menos transporte nacional de cabotagem ¹) b) Transporte internacional de carga (CPC 7212 menos transporte nacional de cabotagem ²) | Para os Modos 1 e 2 UE: Nenhuma. |

¹ Sem prejuízo do âmbito de atividades que podem ser consideradas “cabotagem” de acordo com a legislação nacional aplicável, a presente lista não inclui o transporte de cabotagem nacional, que, em princípio, cobre o transporte de passageiros ou de cargas entre um porto ou ponto situado num Estado-Membro da União Europeia e outro porto ou ponto situado no mesmo Estado-Membro, inclusivamente na sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o tráfego com origem e destino no mesmo porto ou ponto situado num Estado-Membro da União Europeia.

² Sem prejuízo do âmbito de atividades que podem ser consideradas “cabotagem” de acordo com a legislação nacional aplicável, a presente lista não inclui o transporte de cabotagem nacional, que, em princípio, cobre o transporte de passageiros ou de cargas entre um porto ou ponto situado num Estado-Membro da União Europeia e outro porto ou ponto situado no mesmo Estado-Membro, inclusivamente na sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o tráfego com origem e destino no mesmo porto ou ponto situado num Estado-Membro da União Europeia.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>D. Transporte rodoviário</p> <p>a) Transporte de passageiros (CPC 7121 e 7122)</p> <p>b) Transporte de carga (CPC 7123, excluindo transporte de objetos postais e de correio rápido por conta própria¹).</p> | <p>Para o Modo 1 UE: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>E. Transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>)² (CPC 7139)</p> | <p>Para o Modo 1 UE: Não consolidado.</p> <p>Para o Modo 2 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, IE, IT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SE, SI: Não consolidado.</p> |

¹ Parte da CPC 71235, que se encontra em Serviços de comunicação, no ponto 2.A. Serviços postais e de correio rápido.

² O transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figura em Serviços energéticos no ponto 14.B.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| 12. Serviços auxiliares de transporte ¹ | |
| <p>A. Serviços auxiliares do transporte marítimo</p> <p>a) Serviços de ova/desova marítima</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de desembarço aduaneiro</p> <p>d) Serviços de contêineres e de depósito</p> <p>e) Serviços de agência marítima</p> <p>f) Serviços de trânsito de frete marítimo</p> <p>g) Aluguel de embarcações com tripulação (CPC 7213)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>UE: Não consolidado para os serviços de ova/desova marítima e serviços de reboque e tração.</p> <p>UE: Nenhuma, exceto o requisito de residência para os serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, HU, LT, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Não consolidado para aluguel de embarcações com tripulação.</p> <p>Na HR: Não consolidado, exceto para serviços de agência de transporte de cargas.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

¹ Não inclui os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte, que figuram em Serviços às empresas no ponto 1.F.1) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 1. F. 1) 4 Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| h) Serviços de reboque e tração (CPC 7214) i) Serviços de apoio ao transporte marítimo (parte de CPC 745) j) Outros serviços de apoio e auxiliares (parte de CPC 749) | |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>C. Serviços auxiliares do transporte ferroviário</p> <p>a) Serviços de carga e descarga (parte de CPC 741)</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748)</p> <p>d) Serviços de reboque e tração (CPC 7113)</p> <p>e) Serviços de apoio aos serviços de transporte ferroviário (CPC 743)</p> <p>f) Outros serviços de apoio e auxiliares (parte de CPC 749)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>UE: Não consolidado para serviços de reboque e tração.</p> <p>Na HR: Não consolidado, exceto para serviços de agência de transporte de cargas.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>D. Serviços auxiliares do transporte rodoviário</p> <p>a) Serviços de carga e descarga (parte de CPC 741)</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748)</p> <p>d) Aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor (CPC 7124)</p> <p>e) Serviços de apoio ao transporte rodoviário (CPC 744)</p> <p>f) Outros serviços de apoio e auxiliares (parte de CPC 749)</p> | <p>Para o Modo 1</p> <p>Em AT, BG, CY, CZ, EE, HU, LT, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Não consolidado para aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor.</p> <p>Na HR: Não consolidado, exceto para serviços de agências de transporte de cargas e serviços de apoio ao transporte rodoviário.</p> <p>Para o Modo 2</p> <p>Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| E. Serviços auxiliares dos serviços de transporte aéreo | |
| a) Serviços de assistência em solo (“ground handling”) (incluindo <i>catering</i>) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado, exceto para fornecimento de refeições (<i>catering</i>). Para o Modo 2 Em BG, CY, CZ, HR, HU, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado. |
| b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |
| F. Serviços auxiliares do transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>) ¹ a) Serviços de entreposto e armazenagem de produtos transportados por dutos (<i>pipelines</i>), exceto combustíveis (parte de CPC 742) | Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |

¹ Os serviços auxiliares do transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figuram em Serviços energéticos no ponto 14.C Serviços de entreposto e armazenagem de combustíveis transportados por dutos (*pipelines*).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 13. Outros serviços de transporte | |
| Prestação de serviços de transporte combinado | Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto AT, BG, CY, CZ, EE, HU, LT, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Nenhuma, sem prejuízo das limitações inscritas na presente lista que afetem qualquer modo de transporte. Em AT, BG, CY, CZ, EE, HR, HU, LT, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. |
| 14. Serviços energéticos | |
| A. Serviços relacionados com a mineração (CPC 883) ¹ | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. Na SI: A exploração e a utilização de recursos minerais, incluindo a extração mineral regulamentada, estão sujeitas ao estabelecimento ou à nacionalidade do EEE, da Confederação Suíça ou de um membro da OCDE ou ainda de um país terceiro, sob condição de reciprocidade substancial. A satisfação da condição de reciprocidade é verificada pelo ministério responsável pela exploração mineral. Na SK: Relativamente à extração mineral, às atividades relacionadas com a extração mineral e às atividades geológicas, é exigida a constituição em sociedade (não sucursais). |

¹ Inclui os seguintes serviços prestados à comissão ou por contrato: serviços de assessoria e consultoria relacionados com a exploração mineral, nomeadamente preparo do terreno, instalação de uma plataforma de perfuração em terra, perfuração, serviços relacionados com coroas de perfuração, serviços de revestimento e tubagem de poços, fornecimento e engenharia de fluidos de perfuração, controle de sólidos, pescagem e operações especiais de perfuração descendente, geologia de poços e controle de perfuração, carotagem, ensaio do poço, serviços de *wireline*, fornecimento e operação de fluidos de completação (salmouras), fornecimento e instalação de dispositivos de completação, cimentação (bombeamento sob pressão), serviços de estimulação (fraturação, acidificação e bombeamento sob pressão), serviços de acondicionamento e reparo de poços, serviços de obturação e abandono de poços.
Não inclui o acesso direto ou a exploração de recursos naturais.
Não inclui o preparo do canteiro de obras para a mineração de recursos que não petróleo e gás (CPC 5115) que figuram no ponto 3. Serviços de construção e serviços de engenharia conexos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>B. Transporte de combustíveis por dutos (<i>pipelines</i>) (CPC 7131)</p> | <p>Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, ES, FI, FR, IE, IT, LU, LV, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> |
| <p>C. Serviços de entreposto e armazenagem de combustíveis transportados por dutos (<i>pipelines</i>) (parte de CPC 742)</p> | <p>Para o Modo 1 Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |
| <p>D. Venda por atacado de combustíveis sólidos, líquidos, gasosos e produtos derivados (CPC 62271) e serviços de venda por atacado de eletricidade, vapor e água quente</p> | <p>Para o Modo 1 UE: Não consolidado para serviços de venda por atacado de eletricidade, vapor e água quente. Na SK: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade) para combustíveis líquidos e gasosos. Para o Modo 2 Nenhuma.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| E. Serviços de venda a varejo de carburantes (CPC 613) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| F. Venda a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha (CPC 63297) e serviços de venda a varejo de eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente | Para o Modo 1 UE: Não consolidado para serviços de venda a varejo de eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente. Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, EL, ES, FR, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, SK: Para vendas a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha, não consolidado, exceto para encomendas por correio (nenhuma para as encomendas por correio). Para o Modo 2 Nenhuma. |
| G. Serviços relacionados com a distribuição de energia (CPC 887) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado, exceto para serviços de consultoria (nenhuma para os serviços de consultoria). Para o Modo 2 Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 15. Outros serviços não incluídos em outra parte | |
| a) Serviços de lavanderia, limpeza e tinturaria (CPC 9701) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| b) Serviços de cabeleireiro (CPC 97021) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| c) Serviços de cosmética, manicure e pedicure (CPC 97022) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| d) Outros serviços de tratamento de beleza não classificados em outras categorias (CPC 97029) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| Serviços de spa e de massagens não terapêuticas, na medida em que sejam prestados como serviços de bem-estar físico e de relaxamento e não para fins médicos ou de reabilitação ¹ (CPC ver. 1.0 97230) | Para o Modo 1 UE: Não consolidado. Para o Modo 2 Nenhuma. |
| g) Serviços de conexão de telecomunicações (CPC 7543) | Para os Modos 1 e 2 Nenhuma. |

¹ Os serviços de massagem terapêutica e de cura termal encontram-se nos pontos 1.A.h Serviços médicos e dentários (incluindo psicólogos) e 1.A.j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas e pessoal paramédico. Os serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas, pessoal paramédico e serviços de saúde figuram nos pontos 8.A Serviços hospitalares e 8.C serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares.

UNIÃO EUROPEIA

LISTA DE COMPROMISSOS EM MATÉRIA DE ESTABELECIMENTO
EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 10.3 E 10.4

1. A lista de compromissos que consta do presente Anexo indica as atividades econômicas liberalizadas nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4 e especifica as limitações em matéria de acesso ao mercado e de tratamento nacional aplicáveis às empresas e investidores do MERCOSUL nessas atividades, mediante o estabelecimento de reservas. A lista é composta por duas colunas que indicam os seguintes elementos, respectivamente:
 - a) o setor ou subsetor em que o compromisso é assumido pela União Europeia e o âmbito de liberalização a que se aplicam as reservas; e
 - b) uma descrição das reservas aplicáveis.
2. O estabelecimento em setores ou subsetores abrangidos pelo presente Acordo que não sejam mencionados na lista que consta do presente Anexo não é objeto de compromissos.
3. Para efeitos do presente Anexo, para identificar os setores e subsetores, entende-se por:
 - a) “CPC”, a Classificação Central dos Produtos provisória, tal como definida no Artigo 1.3, alínea c);

- b) “CPC versão 1.0” a Classificação Central de Produtos, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 77, CPC ver 1.0, 1998; e
 - c) “ISIC rev 3.1”, a Classificação Internacional Tipo, por Atividades, de todos os Ramos de Atividade Econômica, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 4, ISIC REV 3.1, 2002.
4. A lista que consta deste Anexo não inclui medidas referentes a requisitos e procedimentos de qualificação, normas técnicas e requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento, quando não constituam uma limitação em matéria de acesso ao mercado ou de tratamento nacional nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4, respectivamente. Essas medidas (por exemplo, necessidade de obtenção de uma licença, obrigações de serviço universal, necessidade de obtenção do reconhecimento de qualificações em setores regulados, necessidade de aprovação em exames específicos, incluindo exames de idiomas, requisito não discriminatório de que certas atividades não sejam exercidas em zonas ambientais protegidas, ou de particular interesse histórico e artístico), ainda que não constem da lista, aplicam-se em qualquer caso às empresas e aos investidores dos Estados do MERCOSUL signatários.
5. A União Europeia assume compromissos em matéria de acesso ao mercado, como estabelecido no Artigo 10.3, parágrafo 1, eventualmente diferenciados em função dos Estados-Membros quando aplicável.
6. Para maior clareza, a obrigação de conceder o tratamento nacional não comporta, para a União Europeia, a obrigação de tornar extensivo às pessoas físicas ou jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários o tratamento concedido em um Estado-Membro da União Europeia em virtude do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ou de qualquer medida adotada no âmbito do mesmo, incluindo a aplicação do Tratado ou de medidas nos Estados-Membros da União Europeia:
- a) às pessoas físicas ou residentes de um Estado-Membro da União Europeia; ou

- b) às pessoas jurídicas constituídas ou organizadas nos termos da legislação de outro Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede estatutária, a sua administração central ou local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia.

Esse tratamento nacional é concedido a pessoas jurídicas que estejam constituídas ou organizadas nos termos da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede social, a sua administração central ou o seu local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia, incluindo as que sejam detidas ou controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um Estado do MERCOSUL signatário.

7. Na lista que consta do presente Anexo são utilizadas as seguintes abreviaturas:

- UE União Europeia, incluindo todos os Estados-Membros
- EEE Espaço Econômico Europeu
- AT Áustria
- BE Bélgica
- BG Bulgária
- CY Chipre
- CZ República Tcheca
- DE Alemanha
- DK Dinamarca
- EE Estônia
- EL Grécia
- ES Espanha
- FI Finlândia
- FR França
- HR Croácia

- HU Hungria
- IE Irlanda
- IT Itália
- LV Letônia
- LT Lituânia
- LU Luxemburgo
- MT Malta
- NL Países Baixos
- PL Polônia
- PT Portugal
- RO Romênia
- SK República Eslovaca
- SI Eslovênia
- SE Suécia

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------------|---|
| <p>TODOS OS SETORES</p> | <p>Imobiliário</p> <p>Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto AT, BG, CY, CZ, DE, DK, EE, EL, FI, HU, IE, IT, LV, LT, MT, PL, RO, SI, SK, ES: Nenhuma.</p> <p>Na AT: A aquisição, compra ou arrendamento de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras estão sujeitos a autorização das autoridades regionais competentes (<i>Länder</i>), que determinarão se serão ou não afetados os interesses econômicos, sociais ou culturais importantes.</p> <p>Na BG: As pessoas físicas e jurídicas estrangeiras (incluindo através de sucursais) não podem adquirir a propriedade de terrenos. As pessoas jurídicas búlgaras com participação de capitais estrangeiros não podem adquirir a propriedade de terrenos agrícolas. As pessoas jurídicas estrangeiras e os cidadãos estrangeiros com residência permanente no estrangeiro podem adquirir a propriedade de edifícios e direitos de propriedade limitados¹ sobre bens imóveis mediante autorização do Ministério das Finanças. O requisito de autorização não é aplicável às pessoas que tenham efetuado investimentos na Bulgária. Os cidadãos estrangeiros com residência permanente no estrangeiro, as pessoas jurídicas estrangeiras e as empresas em que a participação estrangeira assegure a maioria necessária para adotar ou bloquear decisões podem adquirir direitos de propriedade sobre bens imóveis em regiões geográficas específicas designadas pelo Conselho de Ministros mediante autorização.</p> |

¹ A legislação búlgara em matéria de propriedade reconhece os seguintes direitos de propriedade limitados sobre bens imóveis: direito de uso, direito de construção, direito de erigir uma superestrutura e servidões.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Em CY: Não consolidado.</p> <p>Na CZ: Só podem ser adquiridos terrenos agrícolas e florestais por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras com residência permanente na República Tcheca. Aos terrenos agrícolas e florestas de propriedade estatal aplicam-se regras específicas.</p> <p>Na DE: Podem aplicar-se certas condições de reciprocidade.</p> <p>Na DK: Limitações em relação à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas não residentes. Limitações à compra de propriedades agrícolas por pessoas físicas e por entidades jurídicas estrangeiras.</p> <p>Na EE: Não consolidado em relação à aquisição de terrenos agrícolas e florestais¹.</p> <p>Na EL: Em conformidade com a Lei nº 1892/90, um cidadão deve solicitar ao ministro da Defesa autorização para adquirir terrenos nas zonas fronteiriças.</p> <p>Na FI: (Ilhas Alanda): Restrições ao direito de adquirir e deter bens imóveis, sem autorização prévia das autoridades competentes das Ilhas Alanda, para as pessoas físicas que não possuam a cidadania regional das Ilhas Alanda e para as pessoas jurídicas. Restrições ao direito de estabelecimento e prestação de serviços, sem autorização prévia das autoridades competentes das Ilhas Alanda, para as pessoas físicas que não possuam a cidadania regional das Ilhas Alanda e para as pessoas jurídicas.</p> |

¹ Em relação aos setores de serviços, estas limitações não vão além das limitações refletidas nos compromissos do GATS em vigor.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na HR: Não consolidado para a aquisição de bens imóveis por prestadores de serviços não estabelecidos nem constituídos na Croácia. É permitida a aquisição de bens imóveis necessários para a prestação de serviços por empresas estabelecidas e constituídas na Croácia como pessoas jurídicas. A aquisição de bens imóveis necessários para a prestação de serviços por sucursais requer a aprovação do Ministério da Justiça. Os estrangeiros não podem adquirir terrenos agrícolas.</p> <p>Na HU: Limitações na aquisição de terrenos e bens imóveis por investidores estrangeiros¹.</p> <p>Na IE: A aquisição, por empresas nacionais ou estrangeiras ou por cidadãos estrangeiros, de quaisquer direitos sobre terrenos na Irlanda está sujeita a um consentimento prévio por escrito da Comissão Fundiária. Sempre que esses terrenos se destinarem a fins industriais (distintos da indústria agrícola), prescinde-se desse requisito, desde que seja apresentado um certificado emitido para esse efeito pelo ministro das Empresas, do Comércio e do Emprego. Esta disposição não se aplica aos terrenos situados dentro dos limites urbanos.</p> <p>Na IT: A compra de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras está sujeita à condição de reciprocidade.</p> <p>Na LV: Não consolidado para a aquisição de terrenos; é autorizado o arrendamento de terrenos por um período não superior a 99 (noventa e nove) anos.</p> |

¹ Em relação aos setores de serviços, estas limitações não vão além das limitações refletidas nos compromissos do GATS em vigor.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na LT: Não consolidado para a aquisição de terrenos¹.</p> <p>Em MT: Continuam a ser aplicáveis as disposições regulamentares e legislativas maltesas em matéria de aquisição de bens imóveis.</p> <p>Na PL: A aquisição, direta ou indireta, de bens imóveis por estrangeiros (pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras) requer uma autorização. Não consolidado para a aquisição de propriedade pública (por exemplo, a regulamentação que rege o processo de privatização).</p> <p>Na RO: As pessoas físicas que não tenham nem nacionalidade romena nem residência na Romênia, bem como as pessoas jurídicas que não tenham nem nacionalidade romena nem a sua sede social na Romênia, não podem adquirir direitos de propriedade sobre qualquer tipo de parcelas de terreno mediante transmissão <i>inter vivos</i>.</p> <p>Na SI: As pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia com participação de capitais estrangeiros podem adquirir bens imóveis no território da Eslovênia. As sucursais² estabelecidas na Eslovênia por estrangeiros só podem adquirir bens imóveis, com exclusão de terrenos, indispensáveis para realizar as atividades econômicas para as quais se tenham estabelecido.</p> |

¹ Em relação aos setores de serviços, estas limitações não vão além das limitações refletidas nos compromissos do GATS em vigor.

² Em conformidade com a Lei das Sociedades Comerciais, uma sucursal estabelecida na Eslovênia não é considerada pessoa jurídica, mas, em relação ao seu funcionamento, é assimilada a uma filial, o que está em consonância com o Artigo XXVIII, alínea g), do GATS.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na SK: Limitações em relação à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. As entidades estrangeiras podem adquirir bens imóveis mediante o estabelecimento de pessoas jurídicas eslovacas ou a participação em empresas comuns. Não consolidado para os terrenos, incluindo por exemplo recursos naturais, lagos, rios e vias públicas.</p> <p>Em ES: O investimento estrangeiro em atividades diretamente relacionadas com imóveis destinados a missões diplomáticas de Estados que não são membros da UE requer uma autorização administrativa do Conselho de Ministros de Espanha, a não ser que haja um acordo para os liberalizar em regime de reciprocidade.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| TODOS OS SETORES | Serviços públicos UE: Os serviços considerados de utilidade pública, a nível local ou nacional, podem estar sujeitos a monopólios públicos ou ser objeto de direitos exclusivos concedidos a operadores privados ¹² . |

-
- ¹ Há serviços de utilidade pública em diversos setores, nomeadamente os serviços conexos de consultoria científica e técnica, serviços de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em ciências sociais e humanas, serviços técnicos de análise e testes técnicos, serviços ambientais, serviços de saúde, serviços de transporte e serviços auxiliares de todos os modos de transporte. As autoridades públicas concedem, frequentemente, os direitos exclusivos de prestação desses serviços a operadores privados, nomeadamente a empresas sujeitas a obrigações de serviço específicas. Dado que existem frequentemente serviços públicos a nível descentralizado, não se afigura praticável apresentar listas pormenorizadas e exaustivas por setor.
- ² Esta limitação não se aplica aos serviços de telecomunicações e aos serviços de informática e serviços conexos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| TODOS OS SETORES | <p data-bbox="768 220 1099 252">Tipos de estabelecimento</p> <p data-bbox="768 268 2080 451">UE: O tratamento concedido a filiais (de pessoas jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários), constituídas em conformidade com a legislação dos Estados-Membros da União e que tenham a sua sede social, administração central ou estabelecimento principal na União, não é extensivo a sucursais ou agências estabelecidas nos Estados-Membros da União Europeia por pessoas jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários¹.</p> <p data-bbox="768 475 2080 691">Na BG: O estabelecimento de prestadores de serviços estrangeiros, incluindo as empresas comuns, só pode assumir a forma de sociedades de responsabilidade limitada ou de sociedades anônimas com pelo menos dois acionistas. O estabelecimento de sucursais está sujeito a autorização. Não consolidado para os escritórios de representação. Os escritórios de representação não podem exercer atividades econômicas. Nas empresas em que a participação pública (estatal ou municipal) no respectivo capital social seja superior a 30 %, a transferência dessas ações para terceiros está sujeita a autorização.</p> <p data-bbox="768 715 2080 930">Em CY: É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos em relação ao direito nacional (da UE e dos Estados-Membros da União Europeia), incluindo a representação perante os tribunais. É exigida a residência (presença comercial) e a nacionalidade da UE para obter a plena admissão na Ordem dos Advogados. Só os advogados inscritos na Ordem dos Advogados podem ser sócios, acionistas ou membros do conselho de administração de sociedades de advogados em Chipre.</p> |

¹ Em conformidade com o Artigo 54.º do TFUE, estas filiais são consideradas pessoas jurídicas da UE. Na medida em que tenham uma ligação contínua e efetiva com a economia da UE, são beneficiárias do mercado interno da UE, que inclui, nomeadamente, a liberdade de estabelecimento e de prestação de serviços em todos os Estados-Membros da União Europeia.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p data-bbox="770 220 2072 284">Na EE: Pelo menos metade dos membros do conselho de administração deve ter a sua residência na UE.</p> <p data-bbox="770 309 2072 783">Na FI: Os nacionais de Estados do MERCOSUL signatários que exerçam atividades comerciais como sócios de sociedades finlandesas em comandita simples ou em nome coletivo devem requerer uma licença de comércio e ter residência permanente na UE. Para todos os setores, exceto serviços de telecomunicações, é exigida a nacionalidade e residência para, pelo menos, metade dos membros ordinários e suplentes do conselho de administração e para o diretor executivo; podem, contudo, ser concedidas derrogações a certas empresas. Para os serviços de telecomunicações, é exigida a residência permanente para metade dos fundadores e metade dos membros do conselho de administração, assim como para o diretor executivo. Se o fundador for uma pessoa jurídica, ela está igualmente sujeita ao requisito de residência. Se uma organização de um Estado do MERCOSUL signatário pretender exercer uma atividade empresarial ou comercial mediante o estabelecimento de uma sucursal na Finlândia, é exigida uma licença de comércio. Para poder atuar como fundador de uma sociedade de responsabilidade limitada, uma organização de um Estado do MERCOSUL signatário ou pessoa física que não seja nacional da União deve obter uma autorização.</p> <p data-bbox="770 809 2072 873">Em FR: Se não for titular de uma autorização de residência, o diretor executivo de uma atividade industrial, comercial ou artesanal precisa de uma autorização específica.</p> <p data-bbox="770 898 2072 994">Na HU: A presença comercial deve assumir a forma de sociedades de responsabilidade limitada e sociedades por ações, ou escritórios de representação. Não é permitida a entrada inicial sob a forma de sucursal, salvo para os serviços financeiros.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na IT: O acesso a atividades industriais, comerciais e artesanais está sujeito a uma autorização de residência e a uma autorização específica.</p> <p>Em BG, PL: As atividades de uma representação apenas podem incluir a publicidade e a promoção da sociedade-mãe estrangeira representada.</p> <p>Na PL: Com exceção dos serviços financeiros, não consolidado para sucursais. Os investidores dos Estados do MERCOSUL signatários só podem estabelecer e exercer uma atividade econômica sob a forma de uma sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade de responsabilidade limitada ou sociedade por ações (e, no caso de serviços jurídicos, sob a forma de sociedade de pessoas registrada e de sociedade em comandita simples). Os prestadores de serviços estrangeiros podem estabelecer escritórios de representação com sede na Polônia. O âmbito dos escritórios de representação só poderá abranger o exercício de atividades de publicidade e de promoção dos prestadores de serviços estrangeiros.</p> <p>Na RO: Salvo disposição em contrário no contrato de sociedade ou nos estatutos, o administrador único ou o presidente do conselho de administração, bem como metade do número total de administradores das sociedades comerciais, devem ser nacionais da Romênia. A maioria dos auditores das sociedades comerciais e seus adjuntos devem ser nacionais da Romênia.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na SE: As sociedades estrangeiras, que não tenham estabelecido uma entidade jurídica na Suécia ou conduzam o seu negócio através de um agente comercial, devem realizar as suas operações comerciais através de uma sucursal, registrada na Suécia, com administração independente e contabilidade separada. O diretor executivo e o vice-diretor executivo da sucursal têm de residir no EEE. Qualquer pessoa física não residente no EEE, que efetue operações comerciais na Suécia, deverá designar um residente responsável pelas operações no país. Deve ser mantida uma contabilidade separada para as operações na Suécia. A autoridade competente pode, em casos individuais, conceder derrogações quanto aos requisitos em matéria de sucursais e de residência. Os projetos de obras de construção com duração inferior a um ano, realizados por uma empresa localizada, ou uma pessoa física residente, fora do EEE, beneficiam de uma derrogação à regra de estabelecimento de uma sucursal ou de designação de um representante residente. Podem constituir sociedades de responsabilidade limitada na Suécia as pessoas físicas residentes no EEE, as pessoas jurídicas suecas ou as pessoas jurídicas que tenham sido constituídas nos termos da lei em um Estado do EEE e que tenham a sua sede estatutária, administração central ou local de atividade principal no EEE. Uma sociedade de pessoas só pode ser um fundador se todos os proprietários com responsabilidade pessoal ilimitada forem residentes no EEE. Os fundadores fora do EEE podem solicitar autorização junto da autoridade competente. Para sociedades de responsabilidade limitada e associações econômicas cooperativas, pelo menos 50 % (cinquenta por cento) dos membros do conselho de administração, pelo menos 50 % (cinquenta por cento) dos membros adjuntos do conselho de administração, o diretor executivo, o vice-diretor executivo e, pelo menos, uma das pessoas autorizadas a assinar pela empresa, se for o caso, têm de residir no EEE. A autoridade competente pode autorizar derrogações a este requisito. Se nenhum dos representantes da empresa ou sociedade residir na Suécia, o conselho de administração deve designar e registrar uma pessoa residente na Suécia, que tenha sido autorizada a eleger domicílio em nome da empresa ou sociedade. Aplicam-se condições correspondentes à constituição de todos os outros tipos de pessoas jurídicas.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------------|---|
| | <p>Na SK: As pessoas físicas dos Estados do MERCOSUL signatários que solicitem o registro do seu nome no registro comercial na qualidade de pessoas habilitadas a agir em nome do empresário devem apresentar um pedido de autorização de residência na República Eslovaca.</p> |
| <p>TODOS OS SETORES</p> | <p>Investimento</p> <p>UE: Não consolidado para as atividades ou serviços que façam parte de um plano de pensões público ou de um regime legal de segurança social.</p> <p>Na BG: Nas empresas em que a participação pública (estatal ou municipal) no respectivo capital social seja superior a 30 %, a transferência dessas ações para terceiros está sujeita a autorização. Determinadas atividades econômicas relacionadas com a exploração ou utilização de patrimônio público ou estatal estão subordinadas à atribuição de uma concessão nos termos da Lei sobre as concessões. Os investidores estrangeiros não podem participar na privatização. Os investidores estrangeiros e as pessoas jurídicas búlgaras com uma participação de controle estrangeira precisam de obter autorização para: a) A prospecção, o desenvolvimento ou a exploração de recursos naturais das águas territoriais, da plataforma continental ou da zona econômica exclusiva do país; b) A aquisição de uma participação maioritária necessária em sociedades que participem em qualquer das atividades indicadas na alínea a).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em CY: As entidades com participação estrangeira devem dispor de capital realizado proporcional às suas necessidades de financiamento e os não-residentes devem financiar a respectiva contribuição através da importação de divisas. Se a participação dos não-residentes exceder 24 % (vinte e quatro por cento), todas as participações adicionais para cobrir as necessidades de capital circulante ou outro devem ser obtidas junto de fontes locais e estrangeiras de forma proporcional à participação dos residentes e dos não-residentes no capital social da entidade. No caso de sucursais de sociedades estrangeiras, a totalidade do capital destinado ao investimento inicial deve provir de fontes estrangeiras. A obtenção de empréstimos a nível local só é permitida após uma fase inicial de execução do projeto, para financiar o capital circulante necessário.</p> <p>Na FI: A aquisição por estrangeiros de ações que lhes assegurem mais de um terço dos direitos de voto de uma importante sociedade finlandesa ou grande empresa [com mais de 1 000 (mil) assalariados ou um volume de negócios superior a 168 (cento e sessenta e oito) milhões de EUR ou um balanço total¹ superior a 168 (cento e sessenta e oito) milhões de EUR] está sujeita à aprovação pelas autoridades finlandesas. Tal aprovação só pode ser recusada se estiverem em causa interesses nacionais importantes. Estas limitações não se aplicam aos serviços de telecomunicações.</p> |

¹ Soma total dos ativos, ou soma total das dívidas mais capital.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em FR: Por força dos Artigos L151-1 e R153-1 e seguintes do Código Financeiro e Monetário, os investimentos estrangeiros na França nos setores listados no Artigo R153-2 do referido código estão sujeitos à autorização prévia do ministro da Economia. A França reserva-se o direito de limitar a participação estrangeira em empresas recentemente privatizadas a um montante variável, determinado pelo governo francês caso a caso, em relação ao capital em oferta pública.</p> <p>Na HU: Não consolidado para a participação estrangeira em empresas recentemente privatizadas.</p> <p>Na IT: Podem ser concedidos ou mantidos direitos exclusivos quanto a empresas recentemente privatizadas. Em alguns casos, os direitos de voto podem ser restringidos em empresas recentemente privatizadas. Durante um período de 5 (cinco) anos, a contar da data de entrada em vigor do Acordo, a aquisição de importantes participações no capital de sociedades que operam nos setores da defesa, serviços de transporte, telecomunicações e energia pode ficar sujeita à aprovação pelas autoridades competentes.</p> <p>Na LT: Empresas de importância estratégica para a segurança nacional que têm de pertencer ao Estado graças ao direito de propriedade (proporção do capital que pode ser detido por pessoas privadas nacionais ou estrangeiras em conformidade com os interesses da segurança nacional, no que diz respeito ao investimento em empresas, setores e instalações de importância estratégica para a segurança nacional, e procedimento e critérios para determinação da conformidade de potenciais investidores nacionais e potenciais participantes empresariais, etc.).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------------|---|
| | <p>Em MT: As sociedades com uma participação de pessoas físicas ou jurídicas não residentes devem dispor de um capital social mínimo realizado de 50 % (cinquenta por cento) . A participação acionista dos não residentes deve ser paga com fundos provenientes do estrangeiro. Nos termos do Artigo 17 da Lei de controle cambial, os não residentes em Malta que desejem prestar serviços através da presença comercial neste país só podem fazê-lo mediante o registro de uma empresa local com a autorização prévia do Banco Central de Malta.</p> <p>Em PT: A participação de nacionais estrangeiros em empresas recentemente privatizadas pode ser limitada a uma percentagem variável do capital em oferta pública, determinada caso a caso pelo governo português.</p> <p>Na SI: Relativamente aos serviços financeiros, é emitida uma autorização pelas entidades indicadas nos compromissos específicos do setor e de acordo com as condições estipuladas nesses compromissos. Não há quaisquer limites ao estabelecimento de empresas (lista verde de investimentos).</p> |
| <p>TODOS OS SETORES</p> | <p>Zonas geográficas</p> <p>Na FI: Nas Ilhas Alanda, limitações do direito de estabelecimento para as pessoas físicas que não possuam a cidadania regional das Ilhas Alanda e para todas as pessoas jurídicas.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 1. AGRICULTURA, CAÇA, SILVICULTURA | |
| A. Agricultura e caça (ISIC rev 3.1: 011, 012, 013, 014, 015), exceto serviços de assessoria e consultoria ¹ | <p>UE: São aplicadas restrições quantitativas à produção de produtos agrícolas.</p> <p>Em AT, HR, HU, MT, RO: Não consolidado para as atividades agrícolas.</p> <p>Em CY: A participação de investidores de um Estado do MERCOSUL signatário só é permitida até 49 % (quarenta e nove por cento).</p> <p>Na FI: Só os nacionais do EEE que residam na zona de criação de renas podem possuir estes animais e dedicar-se à sua criação. Podem ser concedidos direitos exclusivos.</p> <p>Em FR: O estabelecimento de explorações agrícolas ou de cooperativas agrícolas por investidores de fora da UE está sujeito a autorização.</p> <p>Na IE: O estabelecimento por residentes nos Estados do MERCOSUL signatários para exercer atividades de moagem de farinha está sujeito a autorização.</p> <p>Na SE: A criação de renas está reservada ao povo sámi.</p> |

¹ Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em Serviços às empresas, nos pontos 6.F.f) e 6.F.g).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| B. Silvicultura e exploração florestal (ISIC rev 3.1: 020), exceto serviços de assessoria e consultoria ¹ | Na BG: Não consolidado para as atividades de exploração florestal. |
| 2. PESCA E AQUICULTURA (ISIC rev. 3.1: 0501, 0502), exceto serviços de assessoria e consultoria ² | UE: Não consolidado. |

¹ Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em Serviços às empresas, nos pontos 6.F.f) e 6.F.g).

² Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em Serviços às empresas, nos pontos 6.F.f) e 6.F.g).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>3. INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</p> <p>A. Extração de carvão e lenhite; extração de turfa (ISIC rev 3.1: 10)</p> <p>B. Extração de petróleo bruto e de gás natural¹ (ISIC rev 3.1: 1110)</p> <p>C. Extração e preparo de minérios metálicos (ISIC rev 3.1: 13)</p> <p>D. Outras indústrias extrativas (ISIC rev 3.1: 14)</p> | <p>UE: Não consolidado para as pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um país não membro da UE que represente mais de 5 % (cinco por cento) das importações de petróleo ou de gás natural da UE. Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>UE: Reserva em relação à prospecção e exploração de hidrocarbonetos: em conformidade com a Diretiva 94/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 1994, relativa às condições de concessão e de utilização das autorizações de prospecção, pesquisa e produção de hidrocarbonetos, JO L 164 de 30.6.1994, p. 3, sempre que se verifique que um terceiro país não concede às entidades da UE, no que se refere ao acesso e ao exercício dessas atividades, um tratamento comparável ao concedido pela UE a entidades desse país, o Conselho pode, sob proposta da Comissão, autorizar um Estado-Membro da União Europeia a recusar a autorização a uma entidade que seja efetivamente controlada por esse terceiro país em causa ou por nacionais desse país (reciprocidade).</p> <p>UE: Não consolidado para a extração de petróleo bruto e de gás natural.</p> <p>Em BG, HU, LT, MT, CZ, SK, CY: Não consolidado.</p> <p>Em ES: Reserva quanto aos investimentos em minerais estratégicos provenientes de terceiros países.</p> |

¹ Não inclui serviços relacionados com a exploração mineral prestados à comissão ou por contrato em jazidas de petróleo e de gás que figuram em Serviços energéticos, no ponto 19.A Serviços relacionados com a mineração.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na DK: O direito de exploração e produção de hidrocarbonetos e do potencial geotérmico está sujeito a uma concessão do ministro dos Assuntos Econômicos e Empresariais. É exigida a participação do Estado na prospecção para a produção de hidrocarbonetos. O Estado pode exigir que o titular da licença celebre um acordo de associação a outros titulares de licenças que disponham de concessões para zonas adjacentes. Os operadores que solicitem uma licença e que tenham residência fora da Dinamarca devem ter sede estatutária no território da UE.</p> <p>Na EL: O direito de prospecção e de exploração de todos os minerais, exceto de hidrocarbonetos, de combustíveis sólidos, de minerais radioativos e do potencial geotérmico, está dependente de uma concessão pela Grécia, sujeita a aprovação do Conselho de Ministros.</p> <p>Em FR: O estabelecimento de não residentes na área das indústrias extrativas deve ser efetuado por intermédio de uma filial francesa ou europeia cujo diretor deve residir na França ou em outro Estado-Membro da União Europeia e comunicar o seu local de residência à prefeitura local.</p> <p>Nos NL: É exigida a participação do Estado na produção de hidrocarbonetos. Inclui a participação em instalações de produção. O Estado pode exigir que o titular da licença celebre um acordo de associação a outros titulares de licenças que disponham de concessões para zonas adjacentes.</p> <p>Na SI: A exploração e a utilização de recursos minerais, incluindo a extração mineral regulamentada, estão sujeitas ao estabelecimento ou à nacionalidade do EEE, da Confederação Suíça ou de um membro da OCDE ou ainda de um país terceiro, sob condição de reciprocidade substancial. A satisfação da condição de reciprocidade é verificada pelo ministério responsável pela exploração mineral.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| 4. INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO ¹ | |
| A. Indústrias alimentícias e de bebidas (ISIC rev 3.1: 15) | Nenhuma. |
| B. Indústria do tabaco (ISIC rev 3.1: 16) | Nenhuma. |
| C. Fabricação de têxteis (ISIC rev 3.1: 17) | Nenhuma. |
| D. Fabricação de artigos de vestuário; preparação e tingimento de peles. (ISIC rev 3.1: 18) | Nenhuma. |

¹ Não inclui os serviços de assessoria relacionados com as indústrias transformadoras que figuram em Serviços às empresas, no ponto 6.F.h).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| E. Curtimento e preparação de couro; fabricação de malas, bolsas, selaria, arreios e calçados. (ISIC rev 3.1: 19) | Nenhuma. |
| F. Fabricação de madeira e de produtos de madeira e cortiça, exceto móveis; fabricação de artigos de palha e de materiais trançados. (ISIC rev 3.1: 20) | Nenhuma. |
| G. Fabricação de papel e de artigos de papel (ISIC rev 3.1: 21) | Nenhuma. |
| H. Edição, impressão e reprodução de mídias gravadas ¹ (ISIC rev 3.1: 22, excluindo edição e impressão à comissão ou por contrato ²) | Na IT: Requisito de nacionalidade para os proprietários de empresas de impressão e edição. Na SE: Requisito de residência para os editores e proprietários de editoras e tipografias. Na HR: Requisito de residência. |

¹ O setor está limitado a atividades de fabrico. Não inclui atividades relacionadas com o audiovisual ou com conteúdo cultural. A edição e impressão à comissão ou por contrato figuram em Serviços às empresas, no ponto 6.F.p) Impressão e edição.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| I. Fabricação de produtos de forno de coque. (ISIC rev 3.1: 231) | Nenhuma. |
| J. Fabricação de produtos petrolíferos refinados (ISIC rev 3.1: 232) | UE: Não consolidado para as pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um país não membro da UE que represente mais de 5 % (cinco por cento) das importações de petróleo ou de gás natural da UE. Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade). |
| K. Fabricação de produtos químicos, exceto explosivos (ISIC rev 3.1: 24, excluindo fabricação de explosivos) | Nenhuma. |
| L. Fabrico de artigos de borracha e de plástico (ISIC rev 3.1: 25) | Nenhuma. |
| M. Fabricação de outros produtos minerais não metálicos (ISIC rev 3.1: 26) | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| N. Indústrias metalúrgicas de base (ISIC rev 3.1: 27) | Nenhuma. |
| O. Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (ISIC rev 3.1: 28) | Nenhuma. |
| P. Fabricação de máquinas | |
| a) Fabricação de máquinas de uso geral (ISIC rev 3.1: 291) | Nenhuma. |
| b) Fabricação de máquinas para uso específico, exceto armas e munições (ISIC rev 3.1: 2921, 2922, 2923, 2924, 2925, 2926, 2929) | Nenhuma. |
| c) Fabricação de aparelhos para uso doméstico, n.e. (ISIC rev 3.1: 293) | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| d) Fabricação de máquinas e equipamentos de escritório, de contabilidade e de informática (ISIC rev 3.1: 30) | Nenhuma. |
| e) Fabricação de máquinas e aparelhos elétricos, n.e. (ISIC rev 3.1: 31) | Nenhuma. |
| f) Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e de comunicação (ISIC rev 3.1: 32) | Nenhuma. |
| Q. Fabricação de aparelhos e instrumentos médicos, de precisão, de ótica e de relojoaria (ISIC rev 3.1: 33) | Nenhuma. |
| R. Fabricação de veículos automotores, reboques e semirreboques (ISIC rev 3.1: 34) | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| S. Fabricação de outro material de transporte (não militar) (ISIC rev 3.1: 35, excluindo a fabricação de navios e aviões de guerra e de outro material de transporte para uso militar) | Nenhuma. |
| T. Fabricação de mobiliário; outras indústrias de transformação, n.e. (ISIC rev 3.1: 361, 369) | Nenhuma. |
| U. Reciclagem (ISIC rev 3.1: 37) | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| 5. PRODUÇÃO; TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO POR CONTA PRÓPRIA DE ELETRICIDADE, GÁS, VAPOR E ÁGUA QUENTE (EXCLUINDO PRODUÇÃO DE ENERGIA NUCLEAR) | |
| A. Produção de eletricidade; transporte e distribuição de eletricidade por conta própria (parte de ISIC rev 3.1: 4010) ¹ | UE: Não consolidado. |
| B. Produção de gás; distribuição de combustíveis gasosos por dutos por conta própria (parte de ISIC rev 3.1: 4020) ² | UE: Não consolidado. |

¹ Não inclui a exploração das redes de transmissão e distribuição de eletricidade por agentes de comércio que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS.

² Não inclui o transporte de gás natural e de combustíveis gasosos por dutos (*pipelines*), o transporte e distribuição de gás à comissão ou por contrato e as vendas de gás natural e de combustíveis gasosos que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>C. Produção de vapor e água quente; distribuição de vapor e água quente por conta própria (parte de ISIC rev 3.1: 4030)¹</p> | <p>UE: Não consolidado para as pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um país não membro da UE que represente mais de 5 % (cinco por cento) das importações de petróleo ou de gás natural da UE. Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Em BG, DE, CZ, HU, LT, MT, SK: Não consolidado.</p> <p>Na AT: Não consolidado para o tratamento nacional.</p> <p>Na EL: No caso dos combustíveis sólidos, dos minerais radioativos e da energia geotérmica, não são concedidas licenças de exploração a pessoas físicas ou jurídicas de terceiros países. O direito de exploração está sujeito a uma concessão pela Grécia, após a aprovação do Conselho de Ministros.</p> <p>Na FI: Reserva em relação ao investimento em empresas que participem em atividades relacionadas com a energia ou materiais nucleares. Não consolidado para as redes e sistemas de transporte e distribuição de energia, vapor e água quente.</p> <p>Em FR: Não consolidado em relação à produção de eletricidade.</p> <p>Na LV: Monopólio de Estado no setor da eletricidade.</p> |

¹ Não inclui o transporte e distribuição de vapor e água quente à comissão ou por contrato e as vendas de vapor e água quente que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| 6. SERVIÇOS ÀS EMPRESAS | |
| A. Serviços Profissionais | |
| a) Serviços jurídicos (CPC 861) ¹ excluindo serviços de assessoria jurídica e de documentação e certificação jurídicas prestados por juristas profissionais a quem estão cometidas funções públicas, como notários, “huissiers de justice” ou outros “officiers publics et ministériels”. | Em AT, ES, EL, LT, MT, PL, SK: A plena admissão na Ordem dos Advogados, exigida para a prática do direito interno (da UE e dos Estados-Membros da União Europeia), está sujeita ao requisito de nacionalidade. Na Eslováquia, juntamente com o requisito de residência no país. Na AT: A participação de juristas dos Estados do MERCOSUL signatários (que devem ser plenamente qualificados no seu país de origem) no capital social de uma sociedade de prestação de serviços jurídicos não pode exceder 25 % (vinte e cinco por cento). Não podem ter influência decisiva no processo de decisão. |

¹ Inclui serviços de assessoria jurídica, serviços de representação jurídica, serviços de arbitragem e conciliação/mediação jurídica, bem como serviços de documentação e certificação jurídicas. A prestação de serviços jurídicos é autorizada somente em relação ao direito internacional público, ao direito da UE e ao direito de qualquer jurisdição se o prestador de serviços ou o seu pessoal estiverem qualificados para exercer como advogados e, tal como a prestação de outros serviços, está sujeita aos requisitos e procedimentos de licenciamento aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Para advogados que prestam serviços jurídicos em matéria de direito internacional público e direito estrangeiro, estes requisitos e procedimentos de licenciamento podem revestir, por exemplo, a forma de cumprimento dos códigos deontológicos locais, a utilização do título do país de origem (a não ser que tenha sido reconhecido equivalente a um título do país de acolhimento), requisitos de seguros, simples registo na Ordem dos Advogados do país de acolhimento ou admissão simplificada na Ordem dos Advogados do país de acolhimento, através de um teste de aptidão e de um domicílio legal ou profissional no país de acolhimento. Os serviços jurídicos em relação ao direito da UE são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado, admitido na Ordem dos Advogados de um Estado-Membro da União Europeia e que atua pessoalmente, e os serviços jurídicos em relação ao direito de um Estado-Membro da União Europeia são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado e admitido na Ordem dos Advogados desse Estado-Membro da União Europeia que atua pessoalmente. A plena admissão na Ordem dos Advogados do Estado-Membro da União Europeia em causa pode ser necessária para a representação perante os tribunais e outras autoridades competentes na União Europeia, uma vez que implica a prática do direito da UE e do direito processual nacional. Contudo, em alguns Estados-Membros da União Europeia, os advogados estrangeiros não admitidos plenamente na Ordem dos Advogados são autorizados a representar em processos civis uma parte que seja nacional ou pertença ao Estado em que o advogado tem direito a exercer.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na BE: A plena admissão na Ordem dos Advogados para serviços de representação jurídica está sujeita à condição de nacionalidade. Em certas condições, podem ser concedidas derrogações (por exemplo, quanto ao requisito de residência ou de reciprocidade). Foram estabelecidas quotas para a representação perante a “Cour de cassation” em processos não criminais.</p> <p>Em CY: São aplicáveis à prestação de serviços jurídicos os requisitos de nacionalidade e de residência, sendo também exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados. A plena admissão na Ordem dos Advogados está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com a exigência de residência no país. Só os advogados inscritos na Ordem dos Advogados podem ser sócios, acionistas ou membros do conselho de administração de sociedades de advogados em Chipre.</p> <p>Na HR: A representação das partes junto dos tribunais só pode ser efetuada por membros da Ordem de Advogados da Croácia (título em croata: “odvjetnici”). Requisito da nacionalidade para a inscrição na Ordem dos Advogados.</p> <p>Na DK: Só os advogados com carteira profissional da Ordem ou sociedades de advogados registrados na Dinamarca podem deter participações nessas sociedades. Só os advogados com uma licença dinamarquesa para exercer podem fazer parte do conselho de administração ou da gestão de sociedades de advogados dinamarquesas. É necessário passar um exame jurídico na Dinamarca para obter uma licença dinamarquesa.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Em FR: É exigida admissão plena na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos em relação ao direito nacional francês, incluindo a representação perante os tribunais. Para obter a admissão plena na Ordem dos Advogados, é exigida a residência (presença comercial). Para prestar serviços jurídicos em relação ao direito nacional (da UE e dos Estados-Membros da União Europeia), pode ser exigido que a presença comercial assuma uma das formas jurídicas autorizadas ao abrigo do direito nacional, em uma base não discriminatória. Alguns tipos de forma jurídica (“association d'avocats” e “société en participation d'avocat”) podem ser reservados exclusivamente a advogados plenamente admitidos na Ordem dos Advogados na França, em uma base não discriminatória. A representação perante a “Cour de Cassation” e o “Conseil d'Etat” está sujeita a cotas. Em uma sociedade de advogados que preste serviços no âmbito do direito francês ou do direito da UE, os direitos de participação e de voto podem ser sujeitos a restrições quantitativas, relacionadas com a atividade profissional dos sócios.</p> <p>Na HU: A presença comercial deve assumir a forma de parceria com um advogado húngaro (“ügyvéd”) ou um escritório de advogados (“ügyvédi iroda”), ou de um escritório de representação.</p> <p>Na IE: É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos em relação ao direito irlandês, incluindo a representação perante os tribunais. Para obter a admissão plena na Ordem dos Advogados, é exigida a residência (presença comercial). Na Irlanda, os advogados dividem-se em duas categorias distintas: <i>solicitors</i> e <i>barristers</i>. A Law Society of Ireland é o organismo profissional legal que rege a admissão dos <i>solicitors</i> na Irlanda. A admissão dos <i>barristers</i> na Irlanda é regida pela Honorable Society of King's Inns.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na PL: Enquanto outros tipos de forma jurídica são acessíveis aos juristas da UE, os juristas estrangeiros apenas têm acesso às formas jurídicas de sociedade de pessoas registrada e comandita simples.</p> <p>Em PT: O reconhecimento das qualificações para exercer o direito português está sujeito à condição de reciprocidade. Ao acesso às profissões de advogado e de agente de propriedade industrial aplica-se o requisito da nacionalidade. Só as sociedades de advogados em que as quotas pertencem exclusivamente a advogados admitidos na Ordem dos Advogados portuguesa podem exercer em Portugal.</p> <p>Na SI: A presença comercial na Eslovênia constitui um requisito para a representação remunerada de clientes perante os tribunais. Os advogados estrangeiros autorizados a exercer advocacia em outro país podem exercê-la igualmente e prestar outros serviços jurídicos nos termos do Artigo 34-A da Lei da Advocacia, contanto que exista reciprocidade efetiva. A satisfação desta condição é verificada pelo Ministério da Justiça. A presença comercial de advogados designados pela Ordem dos Advogados da Eslovênia está limitada à forma de sociedade em nome individual, sociedade de advogados de responsabilidade limitada (sociedade de pessoas) ou sociedade de advogados em nome coletivo de responsabilidade ilimitada. As atividades de uma sociedade de advogados são limitadas ao exercício do direito. Só os advogados podem ser associados em uma sociedade de advogados.</p> <p>Na SE: A admissão na Ordem dos Advogados, necessária para a utilização do título sueco de “advokat”, está sujeita ao requisito de residência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>b) 1. Serviços de contabilidade e escrituração (CPC 86212, exceto “serviços de auditoria”, CPC 86213, CPC 86219 e CPC 86220)</p> | <p>Na AT: A participação de contadores de Estados do MERCOSUL signatários (que devem ser autorizados a exercer a profissão pela respectiva legislação nacional) no capital social de entidades jurídicas na Áustria, bem como a sua parte nos resultados de exploração, não pode exceder 25 % (vinte e cinco por cento), caso não sejam membros da associação profissional austríaca.</p> <p>Em CY: O acesso está sujeito a um teste de necessidade econômica. Critérios principais: situação do emprego no subsetor.</p> <p>Na DK: Para formarem parcerias com contadores dinamarqueses autorizados, os contadores estrangeiros devem obter autorização da autoridade dinamarquesa para as empresas.</p> <p>Em FR: Prestação reservada exclusivamente às SEL (“société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”), AGC (“Association de gestion et comptabilité”) ou SCP (“société en commandite par actions”).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>b) 2. Serviços de auditoria (CPC 86211 e 86212, exceto serviços de contabilidade)</p> | <p>Na AT: A participação de auditores de Estados do MERCOSUL signatários (que devem ser autorizados a exercer a profissão pela respectiva legislação nacional) no capital social de entidades jurídicas na Áustria, bem como a sua parte nos resultados de exploração, não pode exceder 25 % (vinte e cinco por cento), caso não sejam membros da associação profissional austríaca.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições pode ser concedida uma autorização especial a auditores de terceiros países.</p> <p>Em CZ e SK: Pelo menos 60 % (sessenta por cento) do capital ou dos direitos de voto estão reservados aos nacionais destes países.</p> <p>Na DK: Para entrar em parcerias com contadores dinamarqueses autorizados, os contadores estrangeiros têm de obter autorização da Agência do Comércio e das Sociedades da Dinamarca.</p> <p>Na FI: Requisito de residência para, pelo menos, um dos auditores de uma sociedade de responsabilidade limitada finlandesa e das empresas que tenham a obrigação de efetuar auditorias. Os auditores devem ser auditores ou sociedades de auditoria com uma licença das autoridades locais.</p> <p>Em FR: Para a revisão oficial de contas: prestação por qualquer tipo de empresa, exceto SNC (“société en nom collectif”) e SCS (“société en commandite simple”).</p> <p>Na HR: Nenhuma, salvo o fato de a auditoria só poder ser executada por pessoas jurídicas.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na LV: Qualquer acionista ou o dirigente de uma firma deve possuir o título de revisor oficial de contas na Letônia. Em uma sociedade comercial de auditores ajuramentados, mais de 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto devem ser detidas por auditores ajuramentados ou sociedades comerciais de auditores ajuramentados da UE.</p> <p>Na LT: Pelo menos 75 % (setenta e cinco por cento) das ações devem pertencer a auditores ou a empresas de auditoria da UE.</p> <p>Na PL: As sociedades de auditoria só podem ser estabelecidas sob certas formas jurídicas polacas com sede na UE.</p> <p>Na RO: Não consolidado.</p> <p>Na SE: Só os auditores aprovados na Suécia, os auditores autorizados e as sociedades de auditoria registradas podem assegurar serviços de revisão oficial de contas em certas entidades jurídicas, designadamente em todas as sociedades de responsabilidade limitada, bem como pessoas físicas. Só os auditores aprovados na Suécia e as firmas de contabilidade pública registradas podem ser acionistas ou associados em empresas que efetuem auditoria qualificada (para fins oficiais). A autorização ou aprovação está sujeita ao requisito da residência no EEE. Os títulos de “auditor aprovado” e “auditor autorizado” só podem ser usados por auditores aprovados ou autorizados na Suécia. Os auditores de associações econômicas cooperativas e de determinadas empresas que não sejam contadores autorizados ou aprovados devem residir no EEE. A autoridade competente pode autorizar derrogações a este requisito.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na SI: A presença comercial deve assumir a forma de pessoa jurídica. As entidades de auditoria de terceiros países podem deter ações em empresas de auditoria eslovenas, ou com estas formar parcerias, desde que as leis dos países em cujos termos essas entidades foram constituídas concedam idênticos direitos a entidades de auditoria eslovenas. Um dos membros, pelo menos, dos conselhos de administração das empresas de auditoria estabelecidas na Eslovênia deve ter residência neste país.</p> <p>Em ES: Requisito de nacionalidade para os auditores legais e os administradores, diretores e sócios de sociedades, com exceção das abrangidas pela Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho, JO L 157 de 9.6.2006, p. 87.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| c) Serviços de assessoria tributária (CPC 863) ¹ | <p>Na AT: A participação de consultores fiscais de Estados do MERCOSUL signatários (que devem ser autorizados a exercer a profissão pela respectiva legislação nacional) no capital social de entidades jurídicas na Áustria, bem como a sua parte nos resultados de exploração, não pode exceder 25 % (vinte e cinco por cento), caso não sejam membros da associação profissional austríaca.</p> <p>Em CY: O acesso está sujeito a um teste de necessidade econômica. Critérios principais: situação do emprego no subsetor.</p> <p>Em FR: Prestação unicamente através de SEL (“société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”) ou de SCP (“société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”).</p> <p>Em BG, PL, SI, RO: Não consolidado.</p> |

¹ Não inclui os serviços de assessoria jurídica e de representação jurídica em matéria fiscal que figuram no ponto 6..A.a) Serviços jurídicos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>d) Serviços de arquitetura e e) Serviços de planejamento urbano e de arquitetura paisagística (CPC 8671 e CPC 8674)</p> | <p>Na BG: Para os projetos de importância nacional ou regional, os investidores de Estados do MERCOSUL signatários devem agir em parceria com investidores locais ou enquanto subcontratantes destes.</p> <p>Em CY: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Em FR: Um arquiteto que deseje estabelecer-se na França para prestar serviços de arquitetura só o pode fazer utilizando uma das seguintes formas jurídicas (em uma base não discriminatória): SA (“sociétés anonymes”) e SARL (“sociétés anonymes, à responsabilité limitée”), EURL (“entreprise unipersonnelle à responsabilité limitée”), SCP (“en commandite par actions”), SCOP (“société coopérative ouvrière de production”), SELARL (“société d'exercice libéral à responsabilité limitée”), SELAFA (“société d'exercice libéral à forme anonyme”), SELAS (“société d'exercice libéral par actions simplifiée”) ou SAS (“Société par actions simplifiée”) ou ainda como particular ou como sócio em uma sociedade de arquitetos.</p> <p>Na LV: Em relação aos serviços de arquitetura, para obter a licença para exercer atividades econômicas com plena responsabilidade jurídica e direito a assinar projetos, é exigida uma experiência de 3 (três) anos na Letônia no domínio de projetos, bem como uma licenciatura.</p> <p>Na SK: Para a prestação destes serviços por uma pessoa física presente no território da República Eslovaca, é obrigatória a inscrição na Câmara dos Arquitetos ou na Câmara dos Engenheiros da República Eslovaca. Para a admissão é exigida a residência na República Eslovaca.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| f) Serviços de engenharia e g) Serviços integrados de engenharia (CPC 8672 e CPC 8673) | <p>Na BG: Para os projetos de importância nacional ou regional, os investidores dos Estados do MERCOSUL signatários devem agir em parceria com investidores locais ou enquanto subcontratantes destes.</p> <p>Em CY: Requisito de nacionalidade.</p> |
| h) Serviços médicos (incluindo psicólogos) e dentários (CPC 9312 e parte da CPC 85201) | <p>Em CY, EE, FI, MT: Não consolidado.</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para psicólogos e psicoterapeutas.</p> <p>Na DE: É efetuado um teste de necessidade econômica para os médicos e dentistas poderem ser autorizados a tratar pacientes dos regimes públicos de saúde. Critérios principais: escassez de médicos e dentistas na região em causa.</p> <p>Em FR: Embora estejam disponíveis outros tipos de forma jurídica para os investidores da UE, os investidores estrangeiros apenas têm acesso às formas jurídicas “société d'exercice liberal” e “société civile professionnelle”. Requisito de nacionalidade. Os estrangeiros podem, contudo, ter acesso no âmbito de quotas fixadas anualmente.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na LV: Relativamente aos serviços de medicina e de medicina dentária é exigida a nacionalidade. Teste de necessidade econômica. Critérios principais: escassez de médicos e dentistas na região em causa.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em BG, LT: A prestação destes serviços está sujeita a autorização baseada no plano dos serviços de saúde estabelecido em função das necessidades, tendo em conta a população e os serviços médicos e dentários existentes.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na RO: Não consolidado.</p> <p>Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica para determinar o número de médicos particulares que podem ser subvencionados por financiamento público.</p> <p>Na SI: Todas as pessoas que prestem serviços diretamente a doentes ou que tratem doentes necessitam de uma licença e autorização para prestar serviços de saúde emitida pelo Ministério da Saúde ou pela Ordem dos Médicos. Não consolidado para serviços de medicina social, sanitários, epidemiológicos, médico/ecológicos; fornecimento de sangue, preparações de sangue, transplantes e autópsias.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>i) Serviços de veterinária (CPC 932)</p> | <p>Em AT, CY, EE, HU, MT, SI: Não consolidado.</p> <p>Na BG: Teste de necessidade econômica. Critérios principais: população e densidade das empresas existentes. Não consolidado em relação a quaisquer serviços relacionados com os controles veterinários nas fronteiras, a prevenção, localização, tratamento, etc. de epizootias infecciosas e parasitárias e a análise de diagnóstico com elas relacionada, assim como aos controles efetuados aos produtos de origem animal.</p> <p>Em FR: Requisito de nacionalidade, limitado aos cidadãos da UE e do EEE. Na medida em que o MERCOSUL autorize os cidadãos franceses a prestar serviços veterinários, França autorizará os prestadores de serviços do MERCOSUL a prestar serviços veterinários nas mesmas condições. As formas jurídicas disponíveis para as empresas que prestam serviços veterinários estão limitadas a três tipos de empresas: SEP (“Société en participation”), SCP (“société en commandite par actions”); SEL (“société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”).</p> <p>Na SK: O acesso está limitado às pessoas físicas. É necessária a autorização da administração veterinária.</p> <p>Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica para determinar o número de médicos particulares que podem ser subvencionados por financiamento público.</p> <p>Em ES: O acesso é limitado às pessoas físicas.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>j) 1. Serviços prestados por parteiros (parte de CPC 93191)</p> | <p>Em BG, CY, CZ, EE, FI, HU, MT, RO, SK: Não consolidado.</p> <p>Em FR: Embora estejam disponíveis outros tipos de forma jurídica para os investidores da UE, os investidores estrangeiros apenas têm acesso às formas jurídicas “société d'exercice liberal” e “société civile professionnelle”. Requisito de nacionalidade. Os estrangeiros podem, contudo, ter acesso no âmbito de quotas fixadas anualmente.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente a doentes/que tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na LT: Pode ser efetuado um teste de necessidade econômica. Critérios principais: situação do emprego no subsetor.</p> <p>Na SI: Todas as pessoas que prestem serviços diretamente a doentes ou que tratem doentes necessitam de uma licença e autorização para prestar serviços de saúde emitida pelo Ministério da Saúde ou pela Ordem dos Médicos.</p> <p>Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica para determinar o número de médicos particulares que podem ser subvencionados por financiamento público.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas e pessoal paramédico (parte de CPC 93191)</p> | <p>Em BG, CY, CZ, EE, HU, MT, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Na AT: Os investidores estrangeiros apenas são autorizados nas seguintes atividades: enfermagem, fisioterapia, ergoterapia, logoterapia, dietética e nutrição.</p> <p>Em FI, SI: Não consolidado para fisioterapeutas e pessoal paramédico.</p> <p>Em FR: Embora estejam disponíveis outros tipos de forma jurídica para os investidores da UE, os investidores estrangeiros apenas têm acesso às formas jurídicas “société d'exercice liberal” e “société civile professionnelle”. Requisito de nacionalidade. Os estrangeiros podem, contudo, ter acesso no âmbito de quotas fixadas anualmente.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na LT: Pode ser efetuado um teste de necessidade econômica. Critérios principais: situação do emprego no subsetor.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica para determinar o número de médicos particulares que podem ser subvencionados por financiamento público.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>k) Venda a varejo de produtos farmacêuticos ou de produtos médicos e ortopédicos (CPC 63211)</p> <p>e outros serviços prestados por farmacêuticos¹</p> | <p>Em AT, BG, CY, CZ, EE, FI, HU, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Em BE, DE, DK, ES, FR, IT, HR, IE, PT: A autorização está sujeita ao teste de necessidade econômica. Critérios principais: população e densidade geográfica das farmácias existentes.</p> <p>Na DE: Apenas pessoas físicas estão autorizadas a prestar serviços de venda a varejo de produtos farmacêuticos e de produtos médicos específicos ao público. Às pessoas que não tenham sido aprovadas no exame alemão de farmácia só podem ser concedidas licenças para aquisição de farmácias que já existiam nos três anos anteriores. Não são concedidas licenças para o estabelecimento de farmácias a nacionais de países exteriores ao EEE. O número total de farmácias por pessoa está limitado a uma farmácia e até 3 (três) sucursais de farmácias.</p> <p>Em FR: Para explorar uma farmácia, é exigida a nacionalidade de um Estado do EEE ou da Suíça. Os farmacêuticos estrangeiros podem ser autorizados a estabelecer-se na França no âmbito de quotas fixadas anualmente. A presença comercial deve revestir uma das seguintes formas jurídicas autorizadas pela legislação nacional em uma base não discriminatória: SEL (“Société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”), SNC (“société en noms collectifs”), “société de participations financières de profession libérale de pharmaciens d'officine” e SARL (“sociétés anonymes, à responsabilité limitée”).</p> <p>Em ES: Só as pessoas físicas que sejam farmacêuticos titulares de uma licença podem ser proprietárias de farmácias e prestar serviços de venda a varejo ao público de produtos farmacêuticos e de produtos médicos específicos (CPC 63211). Cada farmacêutico só pode obter uma licença.</p> |

¹ O fornecimento de produtos farmacêuticos ao público em geral, assim como a prestação de outros serviços, está sujeito aos requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento e qualificação aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Em geral, esta atividade está reservada aos farmacêuticos. Em alguns Estados-Membros da União Europeia, só o fornecimento de medicamentos prescritos está reservado aos farmacêuticos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| B. Serviços de informática e serviços conexos (CPC 84) | Nenhuma. |
| C. Serviços de pesquisa e desenvolvimento | |
| a) Serviços de P&D em ciências naturais (CPC 851) | Em AT, BG, EE, HU, LV, SE, SI: Para os serviços de P&D, que beneficiem de financiamento público ou de apoio estatal sob qualquer forma e que, por conseguinte, não sejam considerados como sendo financiados pelo setor privado, só podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia. Em BE, HR, CY, CZ, DE, DK, ES, FI, FR, EL, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK: Não consolidado. |
| b) Serviços de P&D em ciências sociais e humanas (CPC 852, excluindo serviços de psicólogos) ¹ | Nenhuma. |
| c) Serviços interdisciplinares de P&D (CPC 853) | Em AT, BG, EE, HU, LV, SE, SI: Para os serviços de P&D financiados pelo setor público, só podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE. Em BE, CY, CZ, DE, DK, ES, FI, FR, EL, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK: Não consolidado. |

¹ Parte da CPC 85201 que figura no ponto 6.A.h) Serviços médicos e dentários incluindo psicólogos).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| D. Serviços imobiliários ¹ | |
| a) Relacionados com bens imóveis próprios ou locados (CPC 821) | Em BG, CY, CZ, EE, HU, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. |
| b) À comissão ou por contrato (CPC 822) | Em BG, CY, CZ, EE, HU, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. Na DK: A autorização para agente imobiliário homologado pode limitar o âmbito das atividades |
| E. Serviços de locação a curto/longo prazo sem operadores | |
| a) Relacionados com navios (CPC 83103) | Em AT, BE, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LT, LV LU, NL, PT, SI, SE: Não consolidado para o estabelecimento de uma sociedade registrada com vista à exploração de uma frota sob bandeira nacional do Estado de estabelecimento. Na LT: Os navios devem pertencer a pessoas físicas lituanas ou a sociedades estabelecidas na Lituânia. Na SE: Se houver participação estrangeira na propriedade dos navios, para hastear a bandeira da Suécia é necessário demonstrar que a participação da Suécia é dominante. Por “influência sueca dominante” entende-se o fato de uma parte proporcionalmente grande da propriedade do navio ser sueca e de o navio ser explorado a partir da Suécia. Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SK: Não consolidado. |

¹ Os referidos serviços correspondem ao exercício da profissão de agente imobiliário e não afetam eventuais direitos nem restrições à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| b) Relacionados com aeronaves (CPC 83104) | <p>Em AT, BE, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LT, LV LU, NL, PT, SI, SE: Para a locação de aeronaves sem tripulação (<i>dry lease</i>), as aeronaves utilizadas por transportadoras aéreas da UE estão sujeitas aos requisitos aplicáveis em matéria de registro de aeronaves. Um acordo de locação sem tripulação em que seja parte uma transportadora da UE fica sujeito aos requisitos da UE ou do direito nacional em matéria de segurança da aviação, tais como a aprovação prévia e outras condições aplicáveis à utilização de aeronaves registradas como aeronaves de terceiros países. Ao registro de aeronaves pode aplicar-se o requisito de que estas sejam propriedade de pessoas físicas que satisfaçam determinados critérios de nacionalidade ou de empresas jurídicas que satisfaçam determinados critérios relativos à propriedade do capital e ao controle.</p> <p>Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> |
| c) Relacionados com outro equipamento de transporte (CPC 83101, CPC 83102 e CPC 83105) | <p>Em BG, CY, CZ, LV, LT, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> |
| d) Relacionados com outras máquinas e equipamento (CPC 83106, CPC 83107, CPC 83108 e CPC 83109) | <p>Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> |
| e) Relacionados com bens de uso pessoal e doméstico (CPC 832) | <p>Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, FI, FR, EL, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| f) Aluguel de equipamento de telecomunicações (CPC 7541) | Nenhuma. |
| F. Outros serviços às empresas | |
| a) Publicidade (CPC 871) | Na RO: Não consolidado. |
| b) Pesquisas de mercado e de opinião (CPC 864) | Em RO, PL: Não consolidado. |
| c) Serviços de consultoria de administração (CPC 865) | Nenhuma. |
| d) Serviços relacionados com consultoria de administração (CPC 866) | Na HU: Não consolidado para serviços de arbitragem e conciliação (CPC 86602). Na BG: Não consolidado. |
| e) Serviços técnicos de análise e testes técnicos (CPC 8676) | Em BG, CY, CZ, MT, PL, RO, SK: Não consolidado. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| f) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça e silvicultura (parte de CPC 881) | Em RO, SI: Não consolidado. Na CZ: Consolidado unicamente para os serviços de consultoria referentes aos métodos para aumentar a produtividade, reduzir os custos de produção e melhorar a qualidade de produção nos setores da agricultura, caça e silvicultura. |
| g) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com a pesca (parte de CPC 882) | Em CY, CZ, EE, LV, LT, MT, PL, RO, SK, SI: Não consolidado. |
| h) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com as Indústrias de transformação (parte da CPC 884 e parte da CPC 885) | Em AT, BE, CY, CZ, DE, DK, ES, FI, FR, EL, IE, IT, LV, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI: Não consolidado. |
| i) Serviços de colocação e fornecimento de pessoal | |
| i) 1. Recrutamento e seleção de quadros (CPC 87201) | Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, FI, HR, LV, LT, MT, PL, PT, RO, SK, SI: Não consolidado. Em ES: Monopólio do Estado. |
| i) 2. Serviços de colocação de pessoal (CPC 87202) | Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, FI, HR, LV, LT, MT, PL, PT, RO, SI, SK: Não consolidado. Em BE, ES, FR, IT: Monopólio do Estado. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| i) 3. Serviços de fornecimento de pessoal auxiliar de escritório (CPC 87203) | Em AT, BG, CY, CZ, DE, EE, FI, FR, HR, LV, LT, MT, PL, PT, RO, SK, SI: Não consolidado. Na IT: Monopólio do Estado. |
| i) 5. Serviços de fornecimento de pessoal auxiliar doméstico, outros trabalhadores comerciais ou industriais, enfermeiros e outro pessoal (CPC 87204, 87205, 87206, 87209) | Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto HU: Não consolidado. Na HU: Nenhuma. |
| j) 1. Serviços de investigação (CPC 87301) | Em BE, BG, CY, CZ, DE, ES, EE, FR, EL, HR, HU, IE, IT, LV, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI: Não consolidado. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>j) 2. Serviços de segurança (CPC 87302, CPC 87303, CPC 87304 e CPC 87305)</p> | <p>Na DK: Requisitos de nacionalidade e residência para os membros da direção. Não consolidado para a prestação de serviços de guarda de aeroportos.</p> <p>Em BG, CZ, EE, LV, LT, MT, PL, RO, SI, SK: A licença pode ser concedida apenas a nacionais e a organizações nacionais registradas.</p> <p>Em ES: O acesso está sujeito a autorização prévia. Ao conceder a autorização, o Conselho de Ministros tem em conta certas condições, nomeadamente, competência, integridade profissional e independência, adequação da proteção em relação à segurança da população e à ordem pública.</p> <p>Na FI: As licenças para prestar serviços de segurança podem ser concedidas apenas a pessoas físicas residentes no EEE ou a pessoas jurídicas estabelecidas no EEE.</p> <p>Em HR, CY: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| k) Serviços conexos de consultoria científica e técnica; (CPC 8675) | <p>Em FR: Para a prestação de serviços de topografia, as únicas sociedades autorizadas são as SEL (“société anonyme, à responsabilité limitée ou en commandite par actions”), SCP (“société en commandite par actions”), SA (“sociétés anonymes”) e SARL (“sociétés anonymes, à responsabilité limitée”). Os investidores estrangeiros necessitam de uma autorização específica para os serviços de exploração e prospecção.</p> <p>Em CY: Não consolidado.</p> <p>Na SI: A exploração e a utilização de recursos minerais, incluindo a extração mineral regulamentada, estão sujeitas ao estabelecimento ou à nacionalidade do EEE, da Confederação Suíça ou de um membro da OCDE ou ainda de um país terceiro, sob condição de reciprocidade substancial. A satisfação da condição de reciprocidade é verificada pelo ministério responsável pela exploração mineral.</p> |
| l) 1. Manutenção e reparo de embarcações (parte de CPC 8868) | Nenhuma. |
| l) 2. Manutenção e reparo de equipamento de transporte ferroviário (parte de CPC 8868) | <p>Na LT: Monopólio do Estado.</p> <p>Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica quando um investidor pretende construir as suas próprias instalações de infraestrutura dos terminais. Critérios principais: limites de espaço e capacidade.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| l) 3. Manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas, “snowmobiles” e equipamento de transporte rodoviário (CPC 6112, CPC 6122, parte da CPC 8867 e parte da CPC 8868) | Na SE: É efetuado um teste de necessidade econômica quando um investidor pretende construir as suas próprias instalações de infraestrutura dos terminais. Critérios principais: limites de espaço e capacidade. |
| l) 4. Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes (parte de CPC 8868) | Nenhuma. |
| l) 5. Serviços de manutenção e reparo de produtos metálicos, de máquinas (exceto de escritório), de equipamento (exceto de transporte e de escritório) e de bens de uso pessoal e doméstico ¹ (CPC 633, CPC 7545, CPC 8861, CPC 8862, CPC 8864, CPC 8865 e CPC 8866) | Nenhuma. |

¹ Os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte (CPC 6112, 6122, 8867 e CPC 8868) figuram nos pontos 6.F. l) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 6.F. l) 4. Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes.
 Os serviços de manutenção e reparo de máquinas e material de escritório incluindo computadores (CPC 845) figuram no ponto 6.B. Serviços de informática e serviços conexos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| m) Serviços de limpeza de edifícios (CPC 874) | Nenhuma. |
| n) Serviços fotográficos (CPC 875) | Nenhuma. |
| o) Serviços de embalagem (CPC 876) | Nenhuma. |
| p) Impressão e edição (CPC 88442) | <p>Na HR: Ao editor e ao conselho editorial aplica-se o requisito da residência.</p> <p>Em LT, LV: Os direitos de estabelecimento no setor da edição só são concedidos a pessoas jurídicas constituídas a nível nacional (são excluídas as sucursais).</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade para os chefes de redação de jornais e revistas.</p> <p>Na SE: Requisito de residência para os editores e proprietários de empresas de edição e impressão.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| q) Serviços de organização de congressos (parte de CPC 87909) | Nenhuma. |
| r) 1. Serviços de tradução e interpretação (CPC 87905) | <p>Na DK: A autorização para tradutores e intérpretes públicos autorizados pode limitar o âmbito da sua atividade.</p> <p>Na HR: Não consolidado para os serviços de tradução e interpretação para/perante os tribunais croatas.</p> <p>Na PL: Não consolidado para a prestação de serviços de interpretação juramentada.</p> <p>Em BG, HU, SK: Não consolidado para a tradução e a interpretação oficial.</p> <p>Em CY: Não consolidado para os serviços de tradução e interpretação.</p> |
| r) 2. Serviços de design de interiores e outros serviços de design especializado (CPC 87907) | Nenhuma. |
| r) 3. Serviços de agências de cobrança (CPC 87902) | Em IT, PT: Requisito de nacionalidade para os investidores. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| r) 4. Serviços de informação financeira sobre clientela (CPC 87901) | Na BE: Para as bases de dados no setor do crédito ao consumo, requisito de nacionalidade para os investidores. Em IT, PT: Requisito de nacionalidade para os investidores. |
| r) 5. Serviços de reprodução de documentos (CPC 87904) ¹ | Nenhuma. |
| r) 6. Serviços de consultoria de telecomunicações (CPC 7544) | Nenhuma. |
| r) 7. Serviços de atendimento de telefones (CPC 87903) | Nenhuma. |

¹ Não inclui serviços de impressão que sejam cobertos pela CPC 88442 e figurem no ponto 6.F.p) Impressão e edição.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>r) Vendas e marketing</p> <p>r) Serviços de sistemas informatizados de reserva (SIR)</p> | <p>UE: Em relação aos sistemas informatizados de reserva (SIR), se os prestadores de serviços SIR fora da UE não concederem às transportadoras aéreas da UE um tratamento equivalente (ou seja, não discriminatório) ao concedido na UE, ou se as transportadoras aéreas não UE não concederem aos prestadores de serviços SIR da UE um tratamento equivalente ao concedido na UE, podem ser tomadas medidas para conceder um tratamento equivalente, respectivamente, às transportadoras aéreas não UE pelos prestadores de serviços SIR na UE, ou aos prestadores de serviços SIR não UE pelas transportadoras aéreas da UE.</p> <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| 7. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO | |
| <p>A. Serviços postais e de courier</p> <p>Serviços relacionados com o tratamento¹ de produtos postais² de acordo com a seguinte lista de subsetores, para destinos nacionais ou estrangeiros: i) serviços de tratamento de comunicações escritas com destinatário em todos os tipos de suportes físicos³, incluindo serviço de correio híbrido e correio direto, ii) tratamento de encomendas com destinatário⁴, iii) tratamento de produtos de imprensa com destinatário⁵, iv) tratamento dos produtos referidos em i) a iii) <i>supra</i>, sob a forma de correio registrado ou segurado, v) serviços de correio expresso⁶ para os produtos referidos em i) a iii) <i>supra</i>, vi) tratamento de produtos sem destinatário específico, vii) intercâmbio de documentos⁷.</p> | Nenhuma. |

¹ Por “tratamento”, entende-se a coleta, triagem, transporte e distribuição.

² Por “produto postal” entende-se os produtos cujo tratamento é assegurado por todo o tipo de operadores comerciais dos setores público e privado.

³ Por exemplo, cartas ou postais.

⁴ Estão incluídos os livros e os catálogos.

⁵ Revistas, jornais e outros periódicos.

⁶ Os serviços de correio expresso podem incluir, além da rapidez e confiabilidade, elementos de valor agregado tais como a coleta na origem, entrega em mãos ao destinatário, serviços de localização do envio, possibilidade de alteração do destinatário na fase de trânsito ou a confirmação do recebimento no destino.

⁷ Disponibilização de meios, incluindo a oferta de instalações temporárias, bem como transporte por uma parte terceira, que permitam a auto-entrega através do intercâmbio mútuo de produtos postais entre usuários que tenham uma assinatura deste serviço. Por “produto postal” entende-se os produtos cujo tratamento é assegurado por todo o tipo de operadores comerciais dos setores público e privado.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| <p>São, porém, excluídos os subsetores i), iv) e v) se forem abrangidos pelo âmbito dos serviços que podem ser reservados para a correspondência cujo preço é cinco vezes inferior à tarifa pública de base, desde que o seu peso seja inferior a 50 gramas¹, e para o serviço de registro de correio utilizado em caso de procedimentos judiciais ou administrativos.</p> <p>(parte da CPC 751, parte da CPC 71235² e parte da CPC 73210³)</p> | |

-
- 1 Por “objetos de correspondência”, entende-se uma comunicação escrita em um suporte físico de qualquer natureza a transportar e entregar no endereço indicado pelo remetente no próprio envio ou na sua embalagem. Livros, catálogos, jornais e periódicos não são considerados objetos de correspondência.
- 2 Transporte de objetos postais e de correio rápido por conta própria por qualquer modo terrestre.
- 3 Transporte de correio por conta própria por via aérea.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>B. Serviços de telecomunicações</p> <p>Os serviços de telecomunicações excluem os serviços que prestem ou exerçam controle editorial sobre os conteúdos transmitidos.</p> | <p>Em CY: Requisito de nacionalidade para os serviços de radiodifusão.</p> |
| <p>a) Todos os serviços que consistam na transmissão e recepção de sinais eletromagnéticos por qualquer meio eletromagnético¹, excluindo a radiodifusão²</p> | <p>Nenhuma.</p> <p>Em CY: Requisito de nacionalidade para os serviços de radiodifusão.</p> |
| <p>8. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONEXOS</p> <p>(CPC 511, CPC 512, CPC 513, CPC 514, CPC 515, CPC 516, CPC 517 e CPC 518)</p> | <p>Em CY: Aos nacionais de terceiros países aplicam-se requisitos específicos, sendo necessária uma autorização.</p> |

¹ Estes serviços não incluem o processamento de dados e/ou de informações em linha (incluindo processamento de transações) (parte da CPC 843) que figuram no ponto 6.B. Serviços de informática e serviços conexos.

² Entende-se por “radiodifusão” as radiocomunicações em que as transmissões se destinam a recebimento direta pelo público em geral, podendo incluir a transmissão sonora e televisiva.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>9. SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (excluindo a distribuição de armas, munições, explosivos e outro material de guerra) Todos os subsetores a seguir mencionados</p> | <p>Na AT: Não consolidado para a distribuição de produtos de pirotecnia, de artigos inflamáveis e dispositivos explosivos e de substâncias tóxicas. Para a distribuição de produtos farmacêuticos e de produtos do tabaco, só podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE.</p> <p>Na FI: Não consolidado para a distribuição de bebidas alcoólicas e produtos farmacêuticos.</p> <p>Na HR: Não consolidado para a distribuição de produtos do tabaco.</p> |
| A. Serviços de agentes comissionados | |
| <p>a) Serviços de comissionista de veículos automotores, motocicletas e “<i>snowmobiles</i>”, seus acessórios e peças (parte da CPC 61111, parte da CPC 6113 e parte da CPC 6121)</p> | Nenhuma. |
| <p>b) Outros serviços de agentes comissionados (CPC 621)</p> | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| B. Comércio atacadista | |
| Serviços de comércio por atacado de veículos automotores, motocicletas e “snowmobiles” e suas partes e acessórios (parte da CPC 61111, parte da CPC 6113 e parte da CPC 6121) | Nenhuma. |
| Serviços de comércio por atacado de equipamentos terminais de telecomunicações (parte de CPC 7542) | Nenhuma. |
| Outros serviços de comércio por atacado (CPC 622, excluindo serviços de comércio por atacado de produtos energéticos ¹) | Em FR, IT: Monopólio estatal do tabaco. Em FR: A autorização de farmácias de venda por atacado está sujeita ao teste de necessidade econômica. Critérios principais: população e densidade geográfica das farmácias existentes. |

¹ Estes serviços, que abrangem a CPC 62271, figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS, no ponto 19.D. Serviços de comércio por atacado de combustíveis sólidos, líquidos, gasosos e produtos derivados, e serviços de comércio por atacado de eletricidade, vapor e água quente.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>C. Comércio Varejista¹</p> <p>Serviços de venda a varejo de veículos automotores, motocicletas e “<i>snowmobiles</i>” e suas partes e acessórios (CPC 61112, parte da CPC 6113 e parte da CPC 6121)</p> <p>Serviços de venda a varejo de equipamentos terminais de telecomunicações (parte de CPC 7542)</p> <p>Serviços de venda a varejo de produtos alimentícios (CPC 631)</p> <p>Serviços de venda a varejo de outros produtos (não energéticos), exceto vendas a varejo de produtos farmacêuticos, médicos e ortopédicos² (CPC 632, exceto CPC 63211 e 63297)</p> | <p>Em ES, FR, IT: Monopólio estatal do tabaco.</p> <p>Em FR: Requisito de nacionalidade para as tabacarias (“<i>buraliste</i>”).</p> <p>Em BE, BG, DK, FR, IT, MT, PT: A autorização para armazéns comerciais (no caso de França e Portugal, unicamente grandes armazéns) está sujeita a um teste de necessidade econômica. Critérios principais: o número e o impacto nas lojas existentes, a densidade demográfica, a dispersão geográfica, o impacto sobre as condições de tráfego e a criação de emprego.</p> <p>Em IE, SE: Não consolidado para a venda a varejo de bebidas alcoólicas.</p> |

¹ Não inclui os serviços de manutenção e reparo que figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS nos pontos 6.B. Serviços de informática e serviços conexos e 6.F.1.

Não inclui os serviços de venda a varejo de produtos energéticos que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS nos pontos 19.E Serviços de venda a varejo de carburantes e 19. F. Venda a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha e serviços de venda a varejo de eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente

² A venda a varejo de produtos farmacêuticos, médicos e ortopédicos figura em SERVIÇOS PROFISSIONAIS no ponto 6.A.k).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| D. Serviços de franquia (<i>franchising</i>) (CPC 8929) | Nenhuma. |
| 10. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO (apenas os financiados pelo setor privado) | |
| <p>A. Serviços de ensino primário (CPC 921)</p> <p>B. Serviços de ensino secundário (CPC 922)</p> <p>C. Serviços de ensino superior (CPC 923)</p> <p>D. Serviços de educação de adultos (CPC 924)</p> | <p>UE: Quando for permitida a prestação de serviços de educação financiados pelo setor privado por um prestador estrangeiro, a participação de operadores privados no sistema de ensino pode ser sujeita a uma concessão atribuída em uma base não discriminatória.</p> <p>Na AT: Não consolidado para serviços de ensino superior e para escolas de adultos via rádio ou televisão.</p> <p>Na BG: Não consolidado para a prestação de serviços de ensino primário ou secundário por pessoas físicas e associações estrangeiras e para a prestação de serviços de ensino superior.</p> <p>Em CZ, SK: Requisito de nacionalidade para a maioria dos membros do conselho diretivo. Não consolidado para os serviços de ensino superior, exceto serviços do ensino técnico e profissional pós-secundário (CPC 92310).</p> <p>Em CY, FI, MT, RO, SE: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na HR: Não consolidado para o serviço de ensino primário (CPC 921). Para os serviços de ensino secundário: Nenhuma para as pessoas jurídicas.</p> <p>Na EL: Requisito de nacionalidade para a maioria dos membros dos conselhos diretivos nas escolas primárias e secundárias. Não consolidado para instituições de ensino superior que concedem diplomas reconhecidos pelo Estado.</p> <p>Em ES, IT: Teste de necessidade econômica para a criação de universidades privadas autorizadas a emitir diplomas ou títulos reconhecidos. O procedimento em causa requer a emissão de um parecer pelo parlamento. Critérios principais: população e densidade dos estabelecimentos existentes.</p> <p>Em FR: Para lecionar em estabelecimentos de ensino financiados pelo setor privado aplica-se o requisito da nacionalidade francesa ou de outro país da UE. No entanto, os nacionais estrangeiros podem obter autorização das autoridades competentes para lecionar em instituições de ensino primário, secundário e superior. Os nacionais estrangeiros podem também obter autorização das autoridades competentes para abrir e explorar estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior. Essa autorização é concedida de forma discricionária.</p> <p>Na HU: O número de escolas pode ser limitado pelas autoridades locais (ou, no caso de escolas secundárias e outras instituições de ensino superior, pelas autoridades centrais) responsáveis pela concessão das licenças.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| | <p>Na SK: O número de escolas pode ser limitado pelas autoridades.</p> <p>Na LV: Não consolidado para a prestação de serviços de educação relacionados com serviços de ensino secundário de tipo técnico e profissional para estudantes com deficiência (CPC 9224).</p> <p>Na SI: Não consolidado para as escolas primárias. Requisito de nacionalidade para a maioria dos membros dos conselhos diretivos das escolas secundárias.</p> |
| E. Outros serviços de educação (CPC 929) | <p>Em AT, BE, BG, CY, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LV, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SI, SE: Não consolidado.</p> <p>Em CZ, SK: A participação de operadores privados na rede de educação está sujeita a concessão. Requisito de nacionalidade para a maioria dos membros do conselho diretivo.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|------------------------|
| <p>11. SERVIÇOS AMBIENTAIS</p> <p>A. Serviços de tratamento de esgoto (CPC 9401)¹</p> <p>B. Gestão de resíduos sólidos/perigosos, excluindo transporte transfronteiriço de resíduos perigosos</p> <p>a) Serviços de eliminação de resíduos (CPC 9402)</p> <p>b) Serviços de saneamento e similares (CPC 9403)</p> <p>C. Proteção do ar ambiente e do clima (CPC 9404)²</p> | <p>Nenhuma.</p> |

¹ Corresponde a serviços de esgotos.

² Corresponde a serviços de limpeza de gases de escape.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|------------------------|
| <p>D. Serviços de remediação e limpeza do solo e águas</p> <p>Tratamento e remediação do solo e águas contaminados/poluídos</p> <p>(parte de CPC 9406)¹</p> <p>E. Serviços de controle de barulho</p> <p>(CPC 9405)</p> <p>F. Proteção da biodiversidade e da paisagem</p> <p>a) Serviços de proteção natural e paisagística</p> <p>(parte de CPC 9406)</p> <p>G. Outros serviços ambientais e conexos</p> <p>(CPC 9409)</p> | |

¹ Corresponde a partes dos serviços de proteção natural e paisagística.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 12. SERVIÇOS FINANCEIROS | |
| A. Serviços de seguros e serviços conexos | <p data-bbox="770 272 2072 379">Na AT: A licença para o estabelecimento de sucursais de seguradoras de Estados do MERCOSUL signatários não será concedida se a seguradora do MERCOSUL não tiver uma forma jurídica correspondente ou comparável a uma sociedade anônima ou a uma associação mútua de seguros.</p> <p data-bbox="770 400 2072 655">Em BG, ES: Para poderem estabelecer sucursais ou agências na Bulgária ou em Espanha para prestar certos tipos de serviços de seguros, as seguradoras de Estados do MERCOSUL signatários devem ter sido autorizadas a operar no mesmo setor de seguros em um Estado do MERCOSUL signatário durante pelo menos 5 (cinco) anos. Em ES: O estabelecimento de sucursais diretas não é autorizado para a intermediação de seguros, que é reservada às companhias constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro da União Europeia. Em ES: Aos serviços atuariais, aplicam-se os requisitos de residência e de 3 (três) anos de experiência pertinente.</p> <p data-bbox="770 676 2072 778">Na EL: O direito de estabelecimento não abrange a criação de representações ou de outro tipo de presença permanente das companhias de seguros, exceto sob a forma de agência, sucursal ou sede principal.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na FI: Pelo menos metade dos promotores e dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal e o diretor executivo de uma companhia de seguros que ofereça seguros de pensões obrigatórios devem ter o seu local de residência no EEE, salvo derrogação concedida pelas autoridades competentes. Na Finlândia, as companhias de seguro estrangeiras não podem obter uma licença para operar enquanto sucursal no ramo dos seguros de pensões obrigatórios. Pelo menos um auditor deve ter a sua residência permanente no EEE.</p> <p>Na IT: A autorização para o estabelecimento de sucursais está sujeita, em última instância, à avaliação pelas autoridades de supervisão.</p> <p>Em BG, PL: Os intermediários de seguros devem estar constituídos em sociedades locais (não são permitidas sucursais).</p> <p>Em PT: Para estabelecer uma sucursal em Portugal, as companhias de seguros de Estados do MERCOSUL signatários devem fazer prova de uma experiência prévia na atividade de pelo menos 5 (cinco) anos. O estabelecimento de sucursais diretas não é autorizado para a intermediação de seguros, que está reservada às companhias constituídas em conformidade com a legislação de um Estado-Membro da União Europeia.</p> <p>Na SK: Os nacionais dos Estados do MERCOSUL signatários podem estabelecer uma companhia de seguros sob a forma de uma sociedade por ações ou praticar operações de seguros através das respectivas filiais com sede estatutária na República Eslovaca (são excluídas as sucursais). Em ambos os casos, a autorização é sujeita à avaliação da autoridade de supervisão.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| | <p>Na SI: Os investidores estrangeiros não podem participar em companhias de seguros em fase de privatização. A participação em uma associação mútua de seguros é limitada às companhias estabelecidas na Eslovênia (não sucursais) e às pessoas físicas eslovenas. Para poder prestar serviços de consultoria e de regularização de sinistros, é necessária a constituição como pessoa jurídica (são excluídas as sucursais).</p> <p>Na SE: As empresas de corretagem de seguros não constituídas em sociedades na Suécia apenas podem ser estabelecidas por intermédio de uma sucursal.</p> |
| <p>B. Serviços bancários e outros serviços financeiros (excluindo seguros)</p> | <p>UE: Só as empresas com sede na UE podem ser depositárias de ativos de fundos de investimentos. É necessário o estabelecimento de uma empresa de gestão especializada, que tenha a sua sede principal e sede estatutária no mesmo Estado-Membro da União Europeia, para efetuar a gestão dos fundos de investimento e das sociedades de investimento.</p> <p>Na BG: Os seguros de pensão devem ser implementados através da participação em companhias de seguros de pensão constituídas em sociedades (não sucursais). Na Bulgária, é exigida a residência permanente para o presidente do conselho de administração e o presidente do conselho de direção.</p> <p>Na HR: Nenhuma, exceto para serviços de liquidação e de compensação sempre que a Agência Depositária Central (ADC) seja o único prestador na Croácia. O acesso aos serviços da ADC será concedido a não residentes em base não discriminatória.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na HU: As sucursais de instituições de Estados do MERCOSUL signatários não são autorizadas a prestar serviços de gestão de ativos para fundos privados de pensões ou gestão de capital de risco. O conselho de administração das instituições financeiras deve incluir, pelo menos, 2 (dois) membros de nacionalidade húngara, residentes nos termos da regulamentação pertinente em matéria de câmbios, e que tenham mantido essa residência permanente durante, pelo menos, 1 (um) ano.</p> <p>Na IE: As sociedades fideicomissárias/depositárias e as sociedades de gestão de programas de investimento coletivo que adotem a forma de fundos de investimento ou de sociedades de capital variável (distintos dos organismos de investimento coletivo em valores mobiliários, doravante denominados OICVM) devem estar constituídas na Irlanda ou em outro Estado-Membro da União Europeia (excluindo sucursais). No caso das sociedades de investimentos em comandita, pelo menos um sócio comanditário deve estar constituído em sociedade na Irlanda. Para ser membro da bolsa de valores na Irlanda, uma entidade deve: a) Estar autorizada na Irlanda, o que requer que a entidade seja uma pessoa jurídica ou sociedade unipessoal, com sede principal/estatutária na Irlanda; ou b) estar autorizada em outro Estado-Membro da União Europeia em conformidade com a Diretiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de abril de 2004, relativa aos mercados de instrumentos financeiros, que altera as Diretivas 85/611/CEE e 93/6/CEE do Conselho e a Diretiva 2000/12/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 93/22/CEE do Conselho, JO L 145 de 30.4.2004, p. 1.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Na IT: Para poder ser autorizada a gerir o sistema de liquidação de valores mobiliários com um estabelecimento na Itália, uma empresa deve estar constituída em sociedade na Itália (excluindo sucursais). Para poderem ser autorizadas a gerir serviços de depositário central de valores mobiliários com um estabelecimento em Itália, as empresas devem estar constituídas em sociedade em Itália (excluindo sucursais). No caso de programas de investimento coletivo distintos dos OICVM harmonizados por força da legislação da UE, a sociedade fideicomissária/depositária deve estar constituída em Itália ou em outro Estado-Membro da União Europeia e ter sido estabelecida através de uma sucursal em Itália. As sociedades de gestão de OICVM não harmonizados por força da legislação da UE devem também estar constituídas na Itália (excluindo sucursais). Apenas bancos, companhias de seguros, sociedades de investimento e sociedades de gestão de OICVM harmonizados por força da legislação da União Europeia que tenham a sua sede principal na UE, bem como os OICVM constituídos em sociedades em Itália, podem exercer a gestão de recursos de fundos de pensões. Para as atividades de venda porta a porta, os intermediários devem recorrer a promotores de serviços financeiros autorizados residentes no território de um Estado-Membro da União Europeia. Os escritórios de representação de intermediários estrangeiros não podem assegurar a prestação de serviços de investimento.</p> <p>Na LT: Para efeitos da gestão de ativos, é necessária a constituição em sociedade de uma empresa de gestão especializada (não sucursais). Apenas empresas com sede estatutária na Lituânia podem atuar como depositárias dos ativos. Pelo menos um dirigente da administração do banco deve falar lituano.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em PT: Os fundos de pensões só podem ser administrados por sociedades constituídas em Portugal para esse fim e por companhias de seguros estabelecidas em Portugal e autorizadas a subscrever seguros de vida ou por entidades autorizadas para a gestão de fundos de pensões em outros Estados-Membros da União Europeia (não consolidado para as sucursais diretas de países não pertencentes à UE).</p> <p>Na RO: As sucursais de instituições estrangeiras não são autorizadas a prestar serviços de gestão de ativos.</p> <p>Na SK: Os serviços de investimento na República Eslovaca podem ser prestados por bancos, sociedades de investimento, fundos de investimento e corretores de valores mobiliários constituídos sob a forma jurídica de sociedade anônima, com um capital social conforme ao previsto na legislação (excluindo sucursais).</p> <p>Na SI: Não consolidado para a participação em bancos em fase de privatização e para fundos privados de pensões (fundos não obrigatórios de pensões).</p> <p>Na SE: Os fundadores de um banco de poupança devem ser pessoas físicas residentes na UE.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>13. SERVIÇOS DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS</p> <p>(apenas serviços financiados pelo setor privado)</p> | |
| <p>A. Serviços hospitalares (CPC 9311)</p> <p>B. Serviços de ambulâncias (CPC 93192)</p> <p>C. Serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares (CPC 93193)</p> <p>D. Serviços sociais (CPC 933)</p> | <p>UE: A participação de operadores privados na rede de saúde e social está sujeita a concessão. Pode ser aplicado um teste de necessidade econômica. Critérios principais: número e impacto sobre os estabelecimentos existentes, infraestrutura de transporte, densidade demográfica, dispersão geográfica e criação de emprego.</p> <p>Na AT: Não consolidado para serviços de ambulância.</p> <p>Na SI: Todas as pessoas que prestem serviços diretamente a doentes ou que tratem doentes necessitam de uma licença e autorização para prestar serviços de saúde emitida pelo Ministério da Saúde ou pela Ordem dos Médicos.</p> <p>Na BG: Não consolidado para serviços hospitalares, para serviços de ambulância e para serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares.</p> <p>Em CY, CZ, FI, MT, SE, SK, SI: Não consolidado.</p> <p>Em FR: Não consolidado para serviços sociais que não sejam serviços relacionados com instituições de convalescença e repouso e lares de idosos.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na HR: Nenhuma, salvo que a criação de algumas instalações de serviços sociais pode ser subordinada a limitações em função das necessidades em áreas geográficas específicas. Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na HU: Não consolidado para serviços sociais.</p> <p>Na PL: Não consolidado para serviços de ambulância, para serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares e para serviços sociais.</p> <p>Em BE, DE, ES: Não consolidado para serviços de ambulância, para serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares e para serviços sociais que não instituições de convalescença e repouso e para lares de idosos.</p> <p>Na DE: Os serviços de salvamento e os "serviços de ambulâncias qualificados" podem ser reservados a operadores sem fins lucrativos. O número de prestadores de serviços de TIC pode ser limitado, a fim de garantir a interoperabilidade, compatibilidade e as normas de segurança necessárias.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 14. SERVIÇOS RELACIONADOS COM TURISMO E VIAGENS | |
| <p>A. Hotéis, restaurantes e fornecimento de refeições (<i>catering</i>) (CPC 641, CPC 642 e CPC 643)</p> <p>excluindo <i>catering</i> nos serviços de transporte aéreo¹</p> | <p>Na BG: É exigida a constituição em sociedade (excluindo sucursais).</p> <p>Na IT: É aplicável um teste de necessidade econômica a bares, cafés e restaurantes. Critérios principais: população e densidade dos estabelecimentos existentes.</p> <p>Na HR: A localização em zonas protegidas de particular interesse histórico e artístico e em parques nacionais ou paisagísticos está sujeita à aprovação pelo Governo da República da Croácia, podendo ser recusada.</p> |
| <p>B. Serviços de agência de viagem e de operadores de turismo (incluindo organizadores de viagens) (CPC 7471)</p> | <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Em CY: Não consolidado.</p> |
| <p>C. Serviços de guias turísticos (CPC 7472)</p> | <p>Nenhuma.</p> <p>Em CY: Não consolidado.</p> |

¹ O fornecimento de refeições (*catering*) nos serviços de transporte aéreo figura em SERVIÇOS AUXILIARES DO TRANSPORTE no ponto 17.E.a) Serviços de assistência em solo (“ground handling”).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 15. SERVIÇOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS (exceto serviços audiovisuais) | |
| A. Serviços de entretenimento (incluindo serviços de teatro, conjuntos musicais, circos e discotecas) (CPC 9619) | <p>Em CY, CZ, FI, MT, PL, RO, SI, SK: Não consolidado.</p> <p>Na BG: Não consolidado, exceto para serviços de entretenimento prestados por produtores teatrais, grupos de cantores, conjuntos musicais e orquestras (CPC 96191); serviços prestados por autores, compositores, escultores, atores e outros artistas individuais (CPC 96192) e serviços auxiliares de teatro (CPC 96193).</p> <p>Na EE: Não consolidado para outros serviços de entretenimento (CPC 96199), exceto para serviços de cinema.</p> <p>Na LV: Não consolidado, exceto para serviços de exploração de estabelecimentos de cinema (parte da CPC 96199).</p> |
| B. Serviços de agências de notícias (CPC 962) | <p>Em FR: A participação estrangeira em empresas de edição existentes em língua francesa não pode exceder 20 % (vinte por cento) do capital ou dos direitos de voto da empresa. O estabelecimento de agências de notícias estrangeiras está sujeito às condições estabelecidas na regulamentação nacional. O estabelecimento de agências de notícias por investidores estrangeiros está sujeito a reciprocidade.</p> <p>Em BG, CY, CZ, HU, LT, RO, PL, SK: Não consolidado.</p> <p>Em PT: As empresas de notícias, constituídas em Portugal sob a forma jurídica de “Sociedade Anônima” devem ter o respectivo capital social sob a forma de capital nominal.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| C. Serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais | <p>Em BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HR, HU, IE, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado.</p> <p>Em AT, LT: A participação de operadores privados na rede de serviços de bibliotecas, arquivos e museus e outros serviços culturais está sujeita a concessão ou licença.</p> |
| D. Serviços desportivos (CPC 9641) | <p>Em AT, SI: Não consolidado para serviços de escolas de esqui e serviços de guias de montanha.</p> <p>Em BG, CY, CZ, EE, LV, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> |
| E. Serviços de parques recreativos e praias (CPC 96491) | Nenhuma. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| 16. SERVIÇOS DE TRANSPORTE | |
| A. Transporte marítimo | |
| a) Transporte internacional de passageiros (CPC 7211 menos o transporte nacional de cabotagem ¹) b) Transporte internacional de carga (CPC 7212 menos o transporte nacional de cabotagem ²) | Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LT, LU, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado para o estabelecimento de uma sociedade registrada com vista à exploração de uma frota sob bandeira nacional do Estado de estabelecimento. |

¹ Sem prejuízo do âmbito de atividades que podem ser consideradas “cabotagem” de acordo com a legislação nacional pertinente, os compromissos não incluem o transporte de cabotagem nacional, que, em princípio, cobre o transporte de passageiros ou de cargas entre um porto ou ponto situado em um Estado-Membro da União Europeia e outro porto ou ponto situado no mesmo Estado-Membro, incluindo na sua plataforma continental como previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o tráfego com origem e destino no mesmo porto ou ponto situado em um Estado-Membro da União Europeia.

² Sem prejuízo do âmbito de atividades que podem ser consideradas “cabotagem” de acordo com a legislação nacional aplicável, os compromissos não incluem o transporte de cabotagem nacional, que, em princípio, cobre o transporte de passageiros ou de cargas entre um porto ou ponto situado em um Estado-Membro da União Europeia e outro porto ou ponto situado no mesmo Estado-Membro, inclusivamente na sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e o tráfego com origem e destino no mesmo porto ou ponto situado em um Estado-Membro da União Europeia.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| D. Transporte rodoviário | |
| a) Transporte de passageiros (CPC 7121 e CPC 7122) | <p>UE: Os investidores estrangeiros não podem prestar serviços de transporte no interior dos Estados-Membros da União Europeia (cabotagem), exceto o aluguel de serviços não regulares de ônibus com condutor.</p> <p>UE: Teste de necessidade econômica para os serviços de táxi. Critérios principais: o número e o impacto nos estabelecimentos existentes, a densidade demográfica, a dispersão geográfica, o impacto sobre as condições de tráfego e a criação de emprego.</p> <p>Em AT, BG: Só podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE.</p> <p>Em BG, CZ: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Em FI, LV: É exigida autorização, que não é extensiva a veículos matriculados no estrangeiro.</p> <p>Na LV e em SE: As entidades estabelecidas são obrigadas a utilizar veículos matriculados no país.</p> <p>Em ES: Teste de necessidade econômica para CPC 7122. Critérios principais: procura local.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| | <p>Em IT, PT: Teste de necessidade econômica para serviços de limusine. Critérios principais: o número e o impacto nos estabelecimentos existentes, a densidade demográfica, a dispersão geográfica, o impacto sobre as condições de tráfego e a criação de emprego.</p> <p>Em ES, IE, IT: Teste de necessidade econômica para os transporte rodoviário interurbano. Critérios principais: o número e o impacto nos estabelecimentos existentes, a densidade demográfica, a dispersão geográfica, o impacto sobre as condições de tráfego e a criação de emprego.</p> <p>Em FR: Não consolidado para serviços de transporte rodoviário interurbano.</p> |
| <p>b) Transporte de carga (CPC 7123, excluindo transporte de objetos postais e de courier por conta própria¹).</p> | <p>Em AT, BG: Sé podem ser concedidos direitos exclusivos ou autorizações a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE.</p> <p>Em ES: A autorização para o estabelecimento de uma presença comercial em Espanha pode ser recusada a prestadores de serviços cujo país de origem não conceda um efetivo acesso ao mercado aos prestadores de serviços espanhóis (CPC 7123).</p> <p>Em BG, CZ: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Em FI, LV: É exigida autorização, que não é extensiva a veículos matriculados no estrangeiro.</p> <p>Na LV e em SE: As entidades estabelecidas são obrigadas a utilizar veículos matriculados no país.</p> <p>Em IT, SK: Teste de necessidade econômica. Critérios principais: demanda local.</p> |

¹ Parte da CPC 71235 que figura em SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO no ponto 7.A. Serviços postais e de correio rápido.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| E. Transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>) ¹ (CPC 7139) | Na AT: Só podem ser concedidos direitos exclusivos a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE. |
| 17. SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE ² | |
| A. Serviços auxiliares do transporte marítimo a) Serviços de ova/desova marítima; b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742) c) Serviços de desembarço aduaneiro d) Serviços de contêineres e de depósito e) Serviços de agência marítima | Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, HU, IE, IT, LT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado para o estabelecimento de uma sociedade registrada com vista à exploração de uma frota com pavilhão do Estado de estabelecimento. Na IT: Teste de necessidade econômica ³ para serviços de ova/desova marítima. Critérios principais: número e impacto sobre os estabelecimentos existentes, densidade demográfica, dispersão geográfica e criação de emprego. Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade). Os serviços auxiliares de transporte marítimo que requerem a utilização de navios só podem ser prestados por navios com bandeira búlgara. |

¹ O transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figura em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.B.

² Não inclui os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte que figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS nos pontos 6.F.1) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 6.F. 1) 4. Manutenção e reparo de aeronaves e suas partes.

³ Esta medida é aplicada em uma base não discriminatória.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>f) Serviços de trânsito de frete marítimo</p> <p>g) Aluguel de embarcações com tripulação (CPC 7213)</p> <p>h) Serviços de reboque e tração (CPC 7214)</p> <p>i) Serviços de apoio ao transporte marítimo (parte de CPC 745)</p> <p>j) Outros serviços de apoio e auxiliares (incluindo <i>catering</i>) (parte de CPC 749)</p> | <p>Na SI: Só as pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia (não sucursais) podem efetuar serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Na FI: Os serviços só podem ser prestados por navios sob bandeira finlandesa.</p> <p>Na HR: Não consolidado para c) Serviços de desembarço aduaneiro, d) Serviços de contêineres e de depósito, e) Serviços de agência marítima e f) Serviços de trânsito de carga marítima. Para a) Serviços de ova/desova marítima, b) Serviços de entreposto e armazenagem, j) Outros serviços de apoio e auxiliares (incluindo <i>catering</i>), h) Serviços de reboque e tração e i) Serviços de apoio ao transporte marítimo: Nenhuma, salvo que as pessoas jurídicas estrangeiras são obrigadas a estabelecer uma empresa na Croácia, à qual deve ser concedida uma concessão pela autoridade portuária, na sequência de um procedimento de concurso público. O número de prestadores de serviços pode ser limitado, em função da capacidade portuária.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>C. Serviços auxiliares do transporte ferroviário</p> <p>a) Serviços de carga e descarga (parte de CPC 741)</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748)</p> <p>d) Serviços de reboque e tração (CPC 7113)</p> <p>e) Serviços de apoio aos serviços de transporte ferroviário (CPC 743)</p> <p>f) Outros serviços de apoio e auxiliares (parte de CPC 749)</p> | <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade). A participação em sociedades búlgaras está limitada a 49 % (quarenta e nove por cento).</p> <p>Na CZ: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Na SI: Só as pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia (não sucursais) podem efetuar serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Na HR: Não consolidado para serviços de reboque e tração.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>D. Serviços auxiliares do transporte rodoviário</p> <p>a) Serviços de carga e descarga (parte de CPC 741)</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748)</p> <p>d) Aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor (CPC 7124)</p> <p>e) Serviços de apoio a equipamento de transporte rodoviário (CPC 744)</p> <p>f) Outros serviços de apoio e auxiliares (parte de CPC 749)</p> | <p>Na AT: No aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor, a autorização só pode ser concedida a nacionais dos Estados-Membros da União Europeia e a pessoas jurídicas da UE com sede na UE.</p> <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade). A participação em sociedades búlgaras está limitada a 49 % (quarenta e nove por cento).</p> <p>Na CZ: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Na FI: Para o aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor, é exigida uma autorização, não extensiva a veículos matriculados no estrangeiro.</p> <p>Na SI: Só as pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia (não sucursais) podem efetuar serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Em HR, CY: Não consolidado para aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| E. Serviços auxiliares dos serviços de transporte aéreo | |
| a) Serviços de assistência em solo (“ground handling”) (incluindo <i>catering</i>) | <p>Na UE: Não consolidado, exceto para o acesso ao mercado. As categorias de atividades dependem das dimensões do aeroporto. O número de prestadores de serviços em cada aeroporto pode ser restringido devido a constrangimentos em matéria de espaço disponível e, por outras razões, limitado a um mínimo de 2 (dois) prestadores.</p> <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> |
| b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742) | <p>Na BG: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Na PL: Para serviços de armazenagem de cargas congeladas ou refrigeradas e serviços de armazenagem a granel de líquidos ou gases, as categorias de atividades dependem do tamanho do aeroporto. O número de prestadores de serviços em cada aeroporto pode ser restringido devido a constrangimentos em matéria de espaço disponível e, por outras razões, a um mínimo de dois prestadores.</p> |
| c) Serviços de agências de transporte de carga (parte de CPC 748) | <p>Em CY, CZ, HU, MT, PL, RO, SK: Não consolidado.</p> <p>Na BG: Os nacionais estrangeiros só podem prestar serviços através da participação no capital de sociedades búlgaras com o limite de 49% (quarenta e nove por cento) e através de sucursais.</p> <p>Na SI: Só as pessoas jurídicas estabelecidas na Eslovênia (não sucursais) podem efetuar serviços de desembaraço aduaneiro.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| F. Serviços auxiliares do transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>) ¹ a) Serviços de entreposto e armazenagem de produtos transportados por dutos (<i>pipelines</i>), exceto combustíveis (parte de CPC 742) | Nenhuma. |
| 18. OUTROS SERVIÇOS DE TRANSPORTE | |
| Prestação de serviços de transporte combinado | Em todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto AT, BG, CY, CZ, EE, HR, HU, LT, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Nenhuma, sem prejuízo das limitações inscritas na presente lista que afetem qualquer modo de transporte. Em AT, BG, CY, CZ, EE, HR, HU, LT, LV, MT, PL, RO, SE, SI, SK: Não consolidado. |

¹ Os serviços auxiliares do transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.C Serviços de entreposto e armazenagem de combustíveis transportados por dutos (*pipelines*).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 19. SERVIÇOS ENERGÉTICOS | |
| A. Serviços relacionados com a mineração (CPC 883) ¹ | Em CY: Não consolidado. Na SI: A exploração e a utilização de recursos minerais, incluindo a extração mineral regulamentada, estão sujeitas ao estabelecimento ou à nacionalidade do EEE, da Confederação Suíça ou de um membro da OCDE ou ainda de um país terceiro, sob condição de reciprocidade substancial. A satisfação da condição de reciprocidade é verificada pelo ministério responsável pela exploração mineral. |
| B. Transporte de combustíveis por dutos (<i>pipelines</i>) (CPC 7131) | Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, IE, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SI, SE: Não consolidado. |

¹ Inclui os seguintes serviços prestados à comissão ou por contrato: serviços de assessoria e consultoria relacionados com a exploração mineral, nomeadamente preparo do terreno, instalação de uma plataforma de perfuração em terra, perfuração, serviços relacionados com coroas de perfuração, serviços de revestimento e tubagem de poços, fornecimento e engenharia de fluidos de perfuração, controle de sólidos, pescagem e operações especiais de perfuração descendente, geologia de poços e controle de perfuração, carotagem, ensaio do poço, serviços de *wireline*, fornecimento e operação de fluidos de completação (salmouras), fornecimento e instalação de dispositivos de completação, cimentação (bombeamento sob pressão), serviços de estimulação (fraturação, acidificação e bombeamento sob pressão), serviços de acondicionamento e reparo de poços, serviços de obturação e abandono de poços.
Não inclui o acesso direto ou a exploração de recursos naturais.
Não inclui o preparo do canteiro de obras para a mineração de recursos que não petróleo e gás (CPC 5115) que figuram no ponto 8. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONEXOS.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>C. Serviços de entreposto e armazenagem de combustíveis transportados por dutos (<i>pipelines</i>) (parte de CPC 742)</p> | <p>Em CY, CZ, MT, PL, SK: Os investidores de países fornecedores de energia podem ser proibidos de obter o controle da atividade. Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade).</p> <p>Na FI: Não consolidado para o controle ou a propriedade de terminais de gás natural liquefeito (GNL) (incluindo as partes dos terminais GNL utilizadas para a armazenagem ou regaseificação de GNL) por pessoas ou empresas estrangeiras, por razões de segurança energética.</p> |
| <p>D. Venda por atacado de combustíveis sólidos, líquidos, gasosos e produtos derivados (CPC 62271)</p> <p>e serviços de venda por atacado de eletricidade, vapor e água quente</p> | <p>UE: Não consolidado para serviços de venda por atacado de eletricidade, vapor e água quente.</p> <p>Na FI: Não consolidado para a importação, a venda por atacado e a varejo de eletricidade. São aplicáveis restrições quantitativas sob a forma de monopólios ou de direitos exclusivos à importação de gás natural e à produção e distribuição de vapor e água quente.</p> <p>Na SK: Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade) para combustíveis líquidos e gasosos.</p> |
| <p>E. Serviços de venda a varejo de combustíveis para motores (CPC 613)</p> <p>F. Venda a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha (CPC 63297)</p> <p>e serviços de venda a varejo de eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente</p> | <p>UE: Não consolidado para os serviços de venda a varejo de combustíveis para motores, eletricidade, gás (não engarrafado), vapor e água quente.</p> <p>Em BE, BG, DK, FR, IT, MT, PT: Para vendas a varejo de óleo combustível, gás engarrafado, carvão e lenha, a autorização para armazéns comerciais (no caso de FR e PT, apenas grandes armazéns) está sujeita a um teste de necessidade econômica. Critérios principais: o número e o impacto nas lojas existentes, a densidade demográfica, a dispersão geográfica, o impacto sobre as condições de tráfego e a criação de emprego.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| G. Serviços relacionados com a distribuição de energia (CPC 887) | Em AT, BE, BG, CY, CZ, DE, DK, ES, EE, FI, FR, EL, IE, HU, IT, LU, LT, MT, NL, PL, PT, RO, SK, SE: Não consolidado, exceto para serviços de consultoria; nenhuma para os serviços de consultoria. Na SI: Não consolidado, exceto para serviços relacionados com a distribuição de gás; nenhuma para a distribuição de gás. |
| 20. OUTROS SERVIÇOS NÃO INCLUÍDOS EM OUTRA PARTE | |
| a) Serviços de lavanderia, limpeza e tinturaria (CPC 9701) | Nenhuma. |
| b) Serviços de cabeleireiro (CPC 97021) | Em CY: Não consolidado. Na IT: É aplicável um teste de necessidade econômica com base no tratamento nacional. Critérios principais: população e densidade das empresas existentes. |
| c) Serviços de cosmética, manicure e pedicure (CPC 97022) | Na IT: É aplicável um teste de necessidade econômica com base no tratamento nacional. Critérios principais: população e densidade das empresas existentes. Em CY: Requisito de nacionalidade. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| d) Outros serviços de institutos de beleza, n.e. (CPC 97029) | Na IT: É aplicável um teste de necessidade econômica com base no tratamento nacional. Critérios principais: população e densidade das empresas existentes. Em CY: Aplica-se o requisito da nacionalidade. |
| Serviços de spa e de massagens não terapêuticas, na medida em que sejam prestados como serviços de bem-estar físico e de relaxamento e não para fins médicos ou de reabilitação ¹ (CPC ver. 1.0 97230) | Em CY: Aplica-se o requisito da nacionalidade. |
| f) Serviços de conexão de telecomunicações (CPC 7543) | Nenhuma. |

¹ Os serviços de massagens terapêuticas e de curas termais figuram nos pontos 6.A.h) Serviços médicos e dentários, 6.A.j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas, pessoal paramédico e serviços de saúde (pontos 13.A Serviços hospitalares e 13.C Serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares).

UNIÃO EUROPEIA

LISTA DE LIMITAÇÕES EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 10.3, 10.4, 10.8 E 10.9
PESSOAL ESSENCIAL, ESTAGIÁRIOS GRADUADOS E REPRESENTANTES
COMERCIAIS)

1. A lista de limitações que consta do presente Anexo indica as atividades econômicas liberalizadas nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4 e especifica, mediante o estabelecimento de reservas, as limitações aplicáveis ao pessoal-chave, aos estagiários graduados e aos representantes comerciais, em conformidade com os Artigos 10.8 e 10.9. A lista é composta por duas colunas que indicam os seguintes elementos, respectivamente:
 - a) o setor ou subsetor a que se aplicam as limitações; e
 - b) uma descrição das limitações aplicáveis.

A União Europeia não assume qualquer compromisso quanto a pessoal-chave e a estagiários graduados em atividades econômicas em relação às quais não assuma compromissos em matéria de estabelecimento em conformidade com o Anexo 10-B, nem assume qualquer compromisso quanto a representantes comerciais em atividades econômicas em relação às quais não assuma compromissos em matéria de prestação de serviços transfronteiriços em conformidade com os Anexos 10-A e 10-B.

2. Para efeitos do presente Anexo, para identificar os setores e subsetores em causa, entende-se por:
 - a) “CPC”, a Classificação Central dos Produtos, tal como definida no Artigo 1.3, alínea c);

- b) “CPC versão 1.0”, a Classificação Central de Produtos, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 77, CPC versão 1.0, 1998; e
 - c) “ISIC rev 3.1”, a Classificação Internacional Tipo, por Atividades, de todos os Ramos de Atividade Econômica, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 4, ISIC REV 3.1, 2002.
3. Os compromissos referentes a pessoal-chave e a estagiários graduados não são aplicáveis se a intenção ou o efeito da sua presença temporária for o de interferir em qualquer litígio ou negociação em matéria de trabalho/gestão, ou de afetar de outra forma o respectivo resultado.
 4. A lista que consta do presente Anexo não inclui medidas referentes a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, normas técnicas e requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento, que não constituam qualquer limitação nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4. Tais medidas (por exemplo, necessidade de obter uma licença, necessidade de obter o reconhecimento de qualificações em setores regulados, necessidade de passar exames específicos, incluindo exames de idioma e necessidade de ter um endereço postal no território onde a atividade econômica é efetuada), mesmo que não listadas abaixo, são aplicáveis em qualquer caso ao pessoal-chave e aos estagiários graduados dos Estados do MERCOSUL signatários.
 5. Na medida em que não sejam assumidos compromissos no Capítulo 10, continuam a ser aplicáveis todas as exigências formuladas nas disposições legislativas e regulamentares das Partes quanto à entrada e à estada temporária, incluindo no que respeita ao período de estada.
 6. Sem prejuízo do disposto no referido Capítulo, continuam a ser aplicáveis todas as exigências formuladas nas disposições legislativas e regulamentares das Partes quanto às medidas em matéria laboral e de segurança social, incluindo a regulamentação relativa ao salário mínimo e às convenções jurídicas de trabalho.

7. A lista que consta do presente Anexo não prejudica a existência de monopólios públicos e de direitos exclusivos, tal como descritos pela União Europeia no Anexo 10-B.
8. Nos setores em que se aplica o teste de necessidade econômica, o principal critério deste exame deve ser a avaliação da situação do mercado relevante no Estado-Membro da União Europeia ou na região onde o serviço vai ser prestado, incluindo em relação ao número de prestadores de serviços existentes e ao impacto nos mesmos.
9. A União Europeia assume compromissos em matéria de acesso ao mercado, como estabelecido no Artigo 10.3, parágrafo 1, eventualmente diferenciados em função dos Estados-Membros em causa.
10. Para maior clareza, a obrigação de conceder o tratamento nacional não comporta, para a União Europeia, a obrigação de tornar extensivo às pessoas físicas ou jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários o tratamento concedido em um Estado-Membro da União Europeia em virtude do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ou de qualquer medida adotada no âmbito do mesmo, incluindo a aplicação do Tratado ou de medidas nos Estados-Membros da União Europeia:
 - a) às pessoas físicas ou residentes de um Estado-Membro da União Europeia; ou
 - b) às pessoas jurídicas constituídas ou organizadas nos termos da legislação de outro Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede estatutária, a sua administração central ou local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia.

Esse tratamento nacional é concedido a pessoas jurídicas que estejam constituídas ou organizadas nos termos da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede social, a sua administração central ou o seu local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia, incluindo as que sejam detidas ou controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um Estado do MERCOSUL signatário.

11. Na lista que consta do presente Anexo são utilizadas as seguintes abreviaturas:

- UE União Europeia, incluindo todos os Estados-Membros
- EEE Espaço Econômico Europeu
- AT Áustria
- BE Bélgica
- BG Bulgária
- CY Chipre
- CZ República Tcheca
- DE Alemanha
- DK Dinamarca
- EE Estônia
- EL Grécia
- ES Espanha
- FI Finlândia
- FR França
- HR Croácia
- HU Hungria
- IE Irlanda
- IT Itália
- LV Letônia

- LT Lituânia
- LU Luxemburgo
- MT Malta
- NL Países Baixos
- PL Polónia
- PT Portugal
- RO Romênia
- SK República Eslovaca
- SI Eslovênia
- SE Suécia

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| Todos os setores | <p>Âmbito de aplicação do pessoal transferido dentro da empresa</p> <p>Na BG: O número de elementos do pessoal transferido dentro da empresa não pode ser superior a 10 % (dez por cento) do número médio anual de cidadãos da UE empregados pela pessoa jurídica búlgara em causa. Se o número de trabalhadores for inferior a 100 (cem), o número de elementos do pessoal transferido dentro da empresa poderá, mediante autorização, exceder 10 % (dez por cento) do total dos trabalhadores.</p> <p>Na HU: A categoria de pessoal transferido dentro da empresa não está consolidada para as pessoas físicas que tenham sido sócias de pessoas jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários.</p> |
| Todos os setores | <p>Especialistas¹</p> <p>UE: Para avaliar os conhecimentos especializados da pessoa em causa, devem ser tidos em conta não só os conhecimentos específicos à empresa, mas também se ela é altamente qualificada e tem experiência profissional adequada para um tipo de trabalho ou atividade que exija conhecimentos técnicos específicos, incluindo a eventual inscrição em uma profissão certificada.</p> |

¹ Para maior clareza, pode exigir-se que os gestores, os executivos e os especialistas demonstrem que possuem as qualificações profissionais e a experiência necessárias na pessoa jurídica para a qual são transferidos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| Todos os setores | <p>Estagiários graduados</p> <p>Em BG, HU: É exigido um teste de necessidade econômica para os estagiários graduados¹.</p> <p>Em AT, DE, ES, FR, HU, LT, SK: a formação tem de estar ligada ao diploma universitário obtido.</p> |
| Todos os setores | <p>Diretores executivos e auditores</p> <p>Na AT: Os diretores executivos de sucursais de pessoas jurídicas devem ser residentes na Áustria. As pessoas físicas no âmbito de uma pessoa jurídica ou de uma sucursal responsáveis pela observância da lei austríaca sobre o comércio devem ser residentes na Áustria.</p> <p>Na FI: Os estrangeiros que pretendam exercer atividades comerciais como empresários privados estão sujeitos a licença de comércio e devem dispor de título de residência permanente na UE. Para todos os setores, exceto os serviços de telecomunicações, são aplicáveis os requisitos de nacionalidade e de residência aos diretores executivos das sociedades de responsabilidade limitada. Para os serviços de telecomunicações, é exigida a residência permanente para o diretor executivo.</p> <p>Em FR: Se não for titular de uma autorização de residência, o diretor executivo de qualquer atividade industrial, comercial ou artesanal está sujeita a uma autorização específica.</p> <p>Na RO: A maioria dos auditores das sociedades comerciais e seus adjuntos devem ser nacionais da Romênia.</p> <p>Na SE: Os diretores executivos de pessoas jurídicas ou sucursais devem residir na Suécia.</p> |

¹ Em relação aos setores de serviços, estas limitações não vão além das limitações refletidas nos compromissos do GATS em vigor.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| Todos os setores | <p>Tipo de empresa</p> <p>Em AT, CZ, SK: Os trabalhadores transferidos dentro da empresa, os estagiários graduados e os representantes comerciais devem ser contratados por empresas que não sejam organizações sem fins lucrativos; caso contrário, não consolidado.</p> <p>Na FI: Os quadros superiores devem ser contratados por empresas que não sejam organizações sem fins lucrativos.</p> |
| Todos os setores | <p>Reconhecimento</p> <p>UE: As diretivas da UE relativas ao reconhecimento mútuo de diplomas aplicam-se apenas aos cidadãos da UE. O direito de exercer uma atividade profissional regulamentada em um Estado-Membro da União Europeia não confere o direito de a exercer em outro Estado-Membro da União Europeia¹.</p> |

¹ O reconhecimento ao nível de toda a UE das qualificações de nacionais de terceiros países requer um acordo de reconhecimento mútuo negociado no quadro definido pelo Artigo 10.11.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 1. AGRICULTURA, CAÇA, SILVICULTURA | |
| A. Agricultura e caça (ISIC rev 3.1: 011, 012, 013, 014, 015), exceto serviços de assessoria e consultoria ¹ | <p>Em AT, DE, DK, HU, LT, MT, RO: Não consolidado para as atividades agrícolas.</p> <p>Em CY: A participação de investidores do MERCOSUL só é permitida até 49 % (quarenta e nove por cento).</p> <p>Em FR: É necessária uma autorização prévia para se tornar membro ou administrador de uma cooperativa agrícola.</p> <p>Na FI: Só os nacionais do EEE que residam na zona de criação de renas podem possuir estes animais e dedicar-se à sua criação. Podem ser concedidos direitos exclusivos.</p> <p>Na IE: O estabelecimento por residentes nos Estados do MERCOSUL signatários para exercer atividades de moagem de farinha está sujeito a autorização.</p> |

¹ Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS no ponto 6.F.f).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| B. Silvicultura e exploração florestal (ISIC rev 3.1: 020), exceto serviços de assessoria e consultoria ¹ | Em BG, DE, LT: Não consolidado para as atividades de exploração florestal. |
| 2. PESCA E AQUICULTURA (ISIC rev. 3.1: 0501, 0502), exceto serviços de assessoria e consultoria ² | Não consolidado. |

¹ Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS no ponto 6.F.f).

² Os serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça, silvicultura e pesca figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS no ponto 6.F.f).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| <p>3. Indústrias extrativas¹</p> <p>A. Extração de carvão e lenhite; extração de turfa (ISIC rev 3.1: 10)</p> <p>B. Extração de petróleo bruto e de gás natural² (ISIC rev 3.1: 1110)</p> <p>C. Extração e preparo de minérios metálicos (ISIC rev 3.1: 13)</p> <p>D. Outras indústrias extrativas (ISIC rev 3.1: 14)</p> | <p>UE: Não consolidado para as pessoas jurídicas controladas por pessoas físicas ou jurídicas de um país não membro da UE que represente mais de 5 % (cinco por cento) das importações de petróleo ou de gás natural da UE. Não consolidado para o estabelecimento de sucursais diretas (é exigida a constituição em sociedade). Não consolidado para a extração de petróleo bruto e de gás natural.</p> <p>Em CY: Não consolidado.</p> |

¹ Aplica-se a limitação horizontal em relação aos serviços de utilidade pública.

² Não inclui serviços relacionados com a exploração mineral prestados à comissão ou por contrato em jazidas de petróleo e de gás que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.A.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| 4. INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO ¹ | |
| H. Edição, impressão e reprodução de mídias gravadas (ISIC rev 3.1: 22), excluindo edição e impressão à comissão ou por contrato ² | <p>Na IT: Requisito de nacionalidade para os editores.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade para os chefes de redação de jornais e revistas.</p> <p>Na SE: Requisito de residência para os editores e proprietários de empresas de edição e impressão.</p> |

¹ Não inclui os serviços de assessoria relacionados com as indústrias transformadoras que figuram em Serviços às empresas, no ponto 6.F.h).

² A edição e impressão à comissão ou por contrato figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS, no ponto 6.F.p) Impressão e edição.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| 6. SERVIÇOS ÀS EMPRESAS | |
| A. Serviços Profissionais | |
| a) Serviços jurídicos (CPC 861) ¹ excluindo serviços de assessoria jurídica e de documentação e certificação jurídicas prestados por juristas profissionais a quem estão cometidas funções públicas, como notários, “huissiers de justice” ou outros “officiers publics et ministériels”. | Em AT, ES, EL, LT, MT, RO, SK: A plena admissão na Ordem dos Advogados, exigida para a prática do direito interno (da UE e dos Estados-Membros da União Europeia), está sujeita ao requisito de nacionalidade. Em ES, as autoridades competentes podem conceder derrogações. Na SK, está associada ao requisito de residência. Em CY, FI: Requisitos de nacionalidade e de residência. Para prestar serviços jurídicos é exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados. A admissão na Ordem dos Advogados está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com a exigência de residência no país. Só os advogados inscritos na Ordem dos Advogados podem ser sócios, acionistas ou membros do conselho de administração de sociedades de advogados em Chipre. |

¹ Inclui serviços de assessoria jurídica, serviços de representação jurídica, serviços de arbitragem e conciliação/mediação jurídica, bem como serviços de documentação e certificação jurídicas. A prestação de serviços jurídicos é autorizada somente em relação ao direito internacional público, ao direito da UE e ao direito de qualquer jurisdição se o prestador de serviços ou o seu pessoal estiverem qualificados para exercer como advogados e, tal como a prestação de outros serviços, está sujeita aos requisitos e procedimentos de licenciamento aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Para advogados que prestam serviços jurídicos em matéria de direito internacional público e direito estrangeiro, estes requisitos e procedimentos de licenciamento podem revestir, por exemplo, a forma de cumprimento dos códigos deontológicos locais, a utilização do título do país de origem (a não ser que tenha sido reconhecido equivalente a um título do país de acolhimento), requisitos de seguros, simples registo na Ordem dos Advogados do país de acolhimento ou admissão simplificada na Ordem dos Advogados do país de acolhimento, através de um teste de aptidão e de um domicílio legal ou profissional no país de acolhimento. Os serviços jurídicos em relação ao direito da UE são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado, admitido na Ordem dos Advogados de um Estado-Membro da União Europeia e que atua pessoalmente, e os serviços jurídicos em relação ao direito de um Estado-Membro da União Europeia são, em princípio, prestados por, ou através de, um jurista plenamente qualificado e admitido na Ordem dos Advogados desse Estado-Membro da União Europeia que atua pessoalmente. A plena admissão na Ordem dos Advogados do Estado-Membro da União Europeia em causa pode ser necessária para a representação perante os tribunais e outras autoridades competentes na União Europeia, uma vez que implica a prática do direito da UE e do direito processual nacional. Contudo, em alguns Estados-Membros da União Europeia, os advogados estrangeiros não admitidos plenamente na Ordem dos Advogados são autorizados a representar em processos civis uma parte que seja nacional ou pertença ao Estado em que o advogado tem direito a exercer.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na BE: A plena admissão na Ordem dos Advogados para serviços de representação jurídica está sujeita ao requisito de nacionalidade. Em certas condições, podem ser concedidas derrogações (por exemplo, quanto ao requisito de residência ou de reciprocidade). Foram estabelecidas quotas para a representação perante a “Cour de cassation” em processos não criminais.</p> <p>Na BG: Os juristas do MERCOSUL só podem prestar serviços de representação jurídica a nacionais dos Estados do MERCOSUL signatários e sob reserva de reciprocidade e de cooperação com um jurista da Bulgária. Para serviços de mediação jurídica é exigida a residência permanente.</p> <p>Na CZ: É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos, incluindo a representação perante os tribunais. Aplicam-se requisitos de forma jurídica, não discriminatórios. A prestação de serviços jurídicos em relação ao direito interno (da UE e do Estado-Membro), incluindo a representação perante os tribunais, exige a nacionalidade do EEE ou suíça e a residência na República Tcheca.</p> <p>Na DK: A prestação de serviços jurídicos com o título de “Advokat” (advogado) só é permitida aos advogados titulares de uma licença dinamarquesa para exercer. A representação perante os tribunais está sobretudo reservada aos advogados titulares de uma licença dinamarquesa para exercer. Pode prestar serviços jurídicos nos termos da Lei dos Serviços Jurídicos dinamarquesa qualquer pessoa que possua licença dinamarquesa para exercer, ainda que não seja advogado, não podendo, porém, utilizar o título de “Advokat”.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|--|
| | <p>Em ES: Para prestar serviços de agente de propriedade industrial é exigida a nacionalidade do EEE.</p> <p>Na HR: A plena admissão na Ordem dos Advogados, exigida para prestar serviços de representação jurídica, está sujeita ao requisito de nacionalidade de um dos Estados-Membros da União Europeia.</p> <p>Na FI: Um agente de patentes tem de ser residente no EEE para se poder registar no registro dos agentes de patentes, condição necessária para exercer a profissão.</p> <p>Em FR: Para prestar serviços jurídicos em relação ao direito francês, incluindo a representação perante os tribunais, é exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados. Para obter a admissão plena na Ordem dos Advogados, é exigida a residência (presença comercial). Para prestar serviços jurídicos em relação ao direito nacional (da UE e dos Estados-Membros da União Europeia), pode ser requerido que a presença comercial assuma uma das formas jurídicas autorizadas ao abrigo do direito nacional em uma base não discriminatória. Alguns tipos de formas jurídicas podem ser reservados exclusivamente aos advogados admitidos na Ordem dos Advogados, também em uma base não discriminatória. A representação perante a “Cour de Cassation” e o “Conseil d'Etat” está sujeita a cotas. Em uma sociedade de advogados que preste serviços no âmbito do direito francês ou do direito da UE, os direitos de participação e de voto podem ser sujeitos a restrições quantitativas, relacionadas com a atividade profissional dos sócios.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|-------------------|---|
| | <p>Na HU: A plena admissão na Ordem dos Advogados está sujeita ao requisito de nacionalidade, juntamente com o requisito de residência. Para advogados estrangeiros, o âmbito das atividades jurídicas está limitado à prestação de assessoria jurídica, que deve ser realizada com base em um contrato de colaboração concluído com um advogado ou uma sociedade de advogados húngara.</p> <p>Na LV: Requisito de nacionalidade para os advogados juramentados, para os quais está reservada a representação jurídica em processos criminais.</p> <p>Em PT: Ao acesso às profissões de advogado e de agente de propriedade industrial aplica-se o requisito da nacionalidade.</p> <p>Na SI: A representação remunerada de clientes perante o tribunal depende da presença comercial na Eslovênia. Os advogados estrangeiros autorizados a exercer advocacia em outro país podem exercê-la igualmente e prestar outros serviços jurídicos nos termos do Artigo 34-A da Lei da Advocacia, contanto que exista reciprocidade efetiva. A satisfação desta condição é verificada pelo Ministério da Justiça. A presença comercial de advogados designados pela Ordem dos Advogados da Eslovênia está limitada à forma de sociedade em nome individual, sociedade de advogados de responsabilidade limitada (sociedade de pessoas) ou sociedade de advogados em nome coletivo de responsabilidade ilimitada. As atividades de uma sociedade de advogados são limitadas ao exercício do direito. Só os advogados podem ser associados em uma sociedade de advogados.</p> <p>Na SE: A admissão na Ordem dos Advogados, necessária para a utilização do título sueco de “advokat”, está sujeita ao requisito de residência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>b) 1. Serviços de contabilidade e escrituração (CPC 86212, exceto “serviços de auditoria”, CPC 86213, CPC 86219 e CPC 86220)</p> | <p>Na AT: É requerida a nacionalidade para a representação perante as autoridades competentes.</p> <p>Em FR: A prestação de serviços de contabilidade e de guarda-livros por um prestador de serviços estrangeiro depende de uma decisão do ministro da Economia, das Finanças e da Indústria, em acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições pode ser concedida uma autorização especial a profissionais de terceiros países.</p> |
| <p>b) 2. Serviços de auditoria (CPC 86211 e 86212, exceto serviços de contabilidade)</p> | <p>Na AT: É requerida a nacionalidade para a representação perante as autoridades competentes e para efetuar auditorias previstas na legislação austríaca específica (lei das sociedades anônimas, lei da bolsa, lei bancária, etc.).</p> <p>Na DK: Requisito de residência.</p> <p>Em ES: Requisito de nacionalidade para os auditores legais e os administradores, diretores e sócios de sociedades, com exceção das abrangidas pela Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho, JO L 157 de 9.6.2006, p. 87.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| | <p>Na FI: Requisito de residência para, pelo menos, um dos auditores de uma sociedade anônima finlandesa.</p> <p>Na HR: Apenas os auditores certificados detentores de uma licença formalmente reconhecida pela Ordem dos Auditores da Croácia podem prestar serviços de auditoria.</p> <p>Na IT: Requisito de nacionalidade para os auditores legais e os administradores, diretores e sócios de sociedades, com exceção das abrangidas pela Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho e revoga a Diretiva 84/253/CEE do Conselho, JO L 157 de 9.6.2006, p. 87. Requisito de residência para os auditores que sejam pessoas físicas.</p> <p>Na SE: Apenas os auditores aprovados na Suécia podem assegurar serviços de auditoria jurídica em certas pessoas jurídicas, designadamente em todas as sociedades de responsabilidade limitada. Requisito de residência para a autorização.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições pode ser concedida uma autorização especial a auditores de terceiros países.</p> |
| <p>c) Serviços de consultoria tributária (CPC 863)¹</p> | <p>Na AT: É requerida a nacionalidade para a representação perante as autoridades competentes.</p> <p>Na BG: Requisito de nacionalidade para os especialistas.</p> <p>Na HU: Requisito de residência.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições pode ser concedida uma autorização especial a profissionais de terceiros países.</p> |

¹ Não inclui os serviços de assessoria jurídica e de representação jurídica em matéria fiscal que figuram em SERVIÇOS JURÍDICOS no ponto 6.A.a).

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>d) Serviços de arquitetura e</p> <p>e) Serviços de planejamento urbano e de arquitetura paisagística (CPC 8671 e CPC 8674)</p> | <p>Na EE: Pelo menos, uma pessoa responsável (gestor de projetos ou consultor) deve ter residência na Estônia.</p> <p>Na BG: Aos especialistas estrangeiros aplica-se o requisito da experiência de, pelo menos 2 (dois) anos no domínio da construção. Requisito de nacionalidade para os serviços de planejamento urbano e de arquitetura paisagística.</p> <p>Em CZ, EL, HR, HU: Requisito de residência.</p> <p>Em CY: Aplica-se o requisito da nacionalidade.</p> <p>Na SK: Requisitos de residência e de nacionalidade.</p> |
| <p>f) Serviços de engenharia e</p> <p>g) Serviços integrados de engenharia (CPC 8672 e CPC 8673)</p> | <p>Na EE: Pelo menos, uma pessoa responsável (gestor de projetos ou consultor) deve ter residência na Estônia.</p> <p>Na BG: Aos especialistas estrangeiros aplica-se o requisito da experiência de, pelo menos 2 (dois) anos no domínio da construção.</p> <p>Na HR: Requisito de residência.</p> <p>Em EL, HU: Requisito de residência (para CPC 8673, o requisito de residência apenas se aplica aos estagiários graduados).</p> <p>Em CY: Aplica-se o requisito da nacionalidade.</p> <p>Na SK: Requisitos de residência e de nacionalidade.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>h) Serviços médicos (incluindo psicólogos) e dentários (CPC 9312 e parte da CPC 85201)</p> | <p>Em CZ, IT, LT, SK: Requisito de residência.</p> <p>Em CZ, SK: Os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Em BE, LU, SI: Para os estagiários graduados, os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Em BG, CY, MT: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na DK: Pode ser concedida uma autorização limitada, com requisito de residência, para assegurar funções específicas por um máximo de 18 (dezoito) meses.</p> <p>Em FR: Requisito de nacionalidade. Pode, contudo, ser autorizado o acesso no âmbito de quotas estabelecidas anualmente.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na LV: Exames das necessidades econômicas para médicos e dentistas em determinadas regiões.</p> <p>Na PL: O exercício de profissões médicas por nacionais estrangeiros requer autorização. Os médicos estrangeiros têm direitos eleitorais limitados no âmbito das ordens profissionais.</p> <p>Em PT: Requisito de residência para os psicólogos.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>i) Serviços de veterinária (CPC 932)</p> | <p>Em BG, CY, DE, EL, FR, HR, HU: Requisito de nacionalidade (em FR: limitado aos cidadãos da UE e do EEE).</p> <p>Em CZ, SK: Requisitos de nacionalidade e de residência.</p> <p>Na DK: Requisito de residência.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade. Os nacionais estrangeiros podem requerer autorização para exercer a profissão.</p> |
| <p>j) 1. Serviços prestados por parteiros (parte de CPC 93191)</p> | <p>Em BE, LU: Para os estagiários graduados, os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Na DK: Pode ser concedida uma autorização limitada, com requisito de residência, para assegurar funções específicas por um máximo de 18 (dezoito) meses.</p> <p>Em FR: Requisito de nacionalidade. Pode, contudo, ser autorizado o acesso no âmbito de quotas estabelecidas anualmente.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Em CY, HU: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na CZ: Não consolidado.</p> <p>Na DK: Pode ser concedida uma autorização limitada, com requisito de residência, para assegurar funções específicas por um máximo de 18 (dezoito) meses.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| | <p>Em IT, SK: Requisito de residência.</p> <p>Na LV: Sujeito a teste de necessidade econômica, determinadas em função do número total de parteiros nas diferentes regiões autorizados pelas autoridades de saúde locais.</p> <p>Na LT: Os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade. Os nacionais estrangeiros podem requerer autorização para exercer a profissão.</p> |
| <p>j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas e pessoal paramédico (parte de CPC 93191)</p> | <p>Em BE, FR, LU: Para os estagiários graduados, os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Em RO, SK: Os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Na DK: Pode ser concedida uma autorização limitada, com requisito de residência, para assegurar funções específicas por um máximo de 18 (dezoito) meses.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Em HU, CY: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na LV: Sujeito a teste de necessidade econômica, determinadas em função do número total de enfermeiros nas diferentes regiões autorizados pelas autoridades de saúde locais.</p> <p>Na LT: Os nacionais estrangeiros devem obter autorização das autoridades competentes.</p> <p>Na SK: Requisito de residência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| k) Venda a varejo de produtos farmacêuticos ou de produtos médicos e ortopédicos (CPC 63211) e outros serviços prestados por farmacêuticos ¹ | Em FR: Para explorar uma farmácia, é exigida a nacionalidade de um Estado do EEE ou da Suíça. Os farmacêuticos estrangeiros podem ser autorizados a estabelecer-se na França no âmbito das quotas fixadas. Em DE, EL, SK, CY: Requisito de nacionalidade. Na HU: Requisito de nacionalidade, exceto para a venda a varejo de produtos farmacêuticos e a venda a varejo de produtos médicos e ortopédicos (CPC 93191). EM IT, PT, SK: Requisito de residência. |
| D. Serviços imobiliários ² | |
| a) Relacionados com bens imóveis próprios ou locados (CPC 821) | Em FR, HU, IT, PT: Requisito de residência. Na SI: Requisito de nacionalidade. |
| b) À comissão ou por contrato (CPC 822) | Na DK: Requisito de residência, salvo derrogação concedida pela Autoridade Empresarial dinamarquesa. Em FR, HU, IT, PT: Requisito de residência. Na SI: Requisito de nacionalidade. |

¹ O fornecimento de produtos farmacêuticos ao público em geral, assim como a prestação de outros serviços, está sujeito aos requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento e qualificação aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Em geral, esta atividade está reservada aos farmacêuticos. Em alguns Estados-Membros, só o fornecimento de medicamentos prescritos está reservado aos farmacêuticos.

² Os serviços em causa correspondem ao exercício da profissão de agente imobiliário e não afetam eventuais direitos nem restrições à aquisição de bens imóveis por pessoas físicas ou jurídicas.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| E. Serviços de locação a curto/longo prazo sem operadores | |
| e) Relacionados com bens de uso pessoal e doméstico (CPC 832) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |
| f) Aluguel de equipamento de telecomunicações (CPC 7541) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |
| F. Outros serviços às empresas | |
| e) Serviços técnicos de análise e testes técnicos (CPC 8676) | Em IT, PT: Requisito de residência para os biólogos e os analistas químicos. |
| f) Serviços de assessoria e consultoria relacionados com a agricultura, caça e silvicultura (parte de CPC 881) | Na IT: Requisito de residência para os agrônomos (“periti agrari”). |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>j) 2. Serviços de segurança (CPC 87302, CPC 87303, CPC 87304 e CPC 87305)</p> | <p>Na BE: Requisitos de nacionalidade e de residência para os quadros de gestão. Em BG, CY, CZ, EE, LV, LT, MT, PL, RO, SI, SK: Requisitos de nacionalidade e de residência. Na DK: Requisitos de nacionalidade e de residência para gestores e serviços de vigilância aeroportuária. Em PT: Requisito de nacionalidade para o pessoal especializado. Em FR: Requisito de nacionalidade para os diretores executivos e administradores. Na IT: Requisitos de nacionalidade e de residência para obter a autorização necessária para prestar serviços de vigilância aeroportuária e de transporte de valores. Em ES: Requisito de nacionalidade para o pessoal de segurança.</p> |
| <p>k) Serviços conexos de consultoria científica e técnica (CPC 8675)</p> | <p>Na BG: Requisito de nacionalidade para os especialistas. Na DE: Requisito de nacionalidade para os topógrafos recrutados para fins públicos. Em FR: Requisito de nacionalidade para as operações de “topografia” relacionadas com o estabelecimento dos direitos de propriedade e com a legislação fundiária. Em IT, PT: Requisito de residência.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| l) 1. Manutenção e reparo de embarcações (parte de CPC 8868) | Em MT: Requisito de nacionalidade. |
| l) 2. Manutenção e reparo de equipamento de transporte ferroviário (parte de CPC 8868) | Na LV: Requisito de nacionalidade. |
| l) 3. Manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas, “ <i>snowmobiles</i> ” e equipamento de transporte rodoviário (CPC 6112, CPC 6122, parte da CPC 8867 e parte da CPC 8868) | UE: Para a manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas e “ <i>snowmobiles</i> ”, requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>l) 5. Serviços de manutenção e reparo de produtos metálicos, de máquinas (exceto de escritório), de equipamento (exceto de transporte e de escritório) e de bens de uso pessoal e doméstico¹</p> <p>(CPC 633, CPC 7545, CPC 8861, CPC 8862, CPC 8864, CPC 8865 e CPC 8866)</p> | <p>UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados, exceto em relação a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – BE, DE, DK, ES, FR, EL, HU, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, RO, SE para as CPC 633, 8861, 8866; – BG, para os serviços de reparo de bens de uso pessoal e doméstico (exceto joalheria): CPC 63301, 63302, parte da 63303, 63304, 63309; – AT, para as CPC 633, 8861-8866; – EE, FI, LV, LT para as CPC 633, 8861-8866; – CZ, SK para as CPC 633, 8861-8865; e – SI para as CPC 633, 8861, 8866. |
| <p>m) Serviços de limpeza de edifícios</p> <p>(CPC 874)</p> | <p>Em CY, EE, HR, MT, PL, RO, SI: Requisito de nacionalidade para os especialistas.</p> |
| <p>n) Serviços fotográficos</p> <p>(CPC 875)</p> | <p>Em HR, LV: Requisito de nacionalidade para os serviços fotográficos especializados.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade para a prestação de serviços de fotografia aérea.</p> |

¹ Os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte (CPC 6112, 6122, 8867 e CPC 8868) figuram nos pontos 6.F. l) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 6.F. l) 3. Manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas, *snowmobiles* e equipamento de transporte rodoviário.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| p) Impressão e edição (CPC 88442) | Na SE: Requisito de residência para os editores e proprietários de empresas de edição e impressão. Na HR: Requisito de residência para os editores. |
| q) Serviços de organização de congressos (parte de CPC 87909) | Na SI: Requisito de nacionalidade. |
| r) 1. Serviços de tradução e interpretação (CPC 87905) | Na FI: Requisito de residência para os tradutores certificados. Em CY: Requisitos de nacionalidade e de residência. |
| r) 3. Serviços de agências de cobrança (CPC 87902) | Em BE, EL, IT: Requisito de nacionalidade. |
| r) 4. Serviços de informação financeira sobre clientela (CPC 87901) | Em BE, EL, IT: Requisito de nacionalidade. |
| r) 5. Serviços de reprodução de documentos (CPC 87904) ¹ | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |

¹ Não inclui os serviços de impressão que sejam cobertos pela CPC 88442 e que figurem no ponto 6.F.p) Impressão e edição.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>8. SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONEXOS</p> <p>(CPC 511, CPC 512, CPC 513, CPC 514, CPC 515, CPC 516, CPC 517 e CPC 518)</p> | <p>Na BG: Aos especialistas estrangeiros aplica-se o requisito da experiência de, pelo menos 2 (dois) anos no domínio da construção.</p> <p>Em CY: Aplicam-se condições específicas, sendo exigida autorização.</p> |
| <p>9. SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO</p> <p>(excluindo distribuição de armas, munições e material de guerra)</p> | <p>Em CY: Requisitos de nacionalidade e de residência para a distribuição de energia.</p> |
| <p>C. Serviços de venda a varejo¹</p> | <p>Em CY: Requisito de nacionalidade para produtos farmacêuticos, médicos e ortopédicos e outros serviços prestados por farmacêuticos.</p> |
| <p>c) Serviços de venda a varejo de produtos alimentícios</p> <p>(CPC 631)</p> | <p>Em FR: Requisito de nacionalidade para as tabacarias (“buraliste”).</p> |

¹ Não inclui os serviços de manutenção e reparo que figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS nos pontos 6.F.1) 1, 2, 3 e 5.
 Não inclui os serviços de venda a varejo de produtos energéticos que figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.A.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 10. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO (apenas os financiados pelo setor privado) | |
| A. Serviços de ensino primário (CPC 921) | <p>Em FR: Para lecionar em estabelecimentos de ensino financiados pelo setor privado aplica-se o requisito de nacionalidade da UE. Os nacionais estrangeiros podem contudo obter autorização das autoridades competentes para lecionar em estabelecimentos do ensino primário. Podem também obter autorização das autoridades competentes para abrir e explorar estabelecimentos de ensino primário. Essa autorização é concedida de forma discricionária.</p> <p>Na IT: Requisito de nacionalidade para os prestadores de serviços autorizados a emitir diplomas reconhecidos pelo Estado.</p> <p>Na EL: Requisito de nacionalidade para os professores.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| B. Serviços de ensino secundário (CPC 922) | <p data-bbox="770 220 2060 399">Em FR: Para lecionar em estabelecimentos de ensino financiados pelo setor privado aplica-se o requisito de nacionalidade da UE. Os nacionais estrangeiros podem contudo obter autorização das autoridades competentes para lecionar em estabelecimentos do ensino secundário. Podem também obter autorização das autoridades competentes para abrir e explorar estabelecimentos de ensino secundário. Essa autorização é concedida de forma discricionária.</p> <p data-bbox="770 422 2060 486">Na IT: Requisito de nacionalidade para os prestadores de serviços autorizados a emitir diplomas reconhecidos pelo Estado.</p> <p data-bbox="770 510 1478 542">Na EL: Requisito de nacionalidade para os professores.</p> <p data-bbox="770 566 2060 630">Na LV: Requisito de nacionalidade para os serviços de ensino secundário de tipo técnico e profissional para estudantes com deficiência (CPC 9224).</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| C. Serviços de ensino superior (CPC 923) | <p data-bbox="770 220 2060 399">Em FR: Para lecionar em estabelecimentos de ensino financiados pelo setor privado aplica-se o requisito de nacionalidade da UE. Os nacionais estrangeiros podem, contudo, obter autorização das autoridades competentes para lecionar em um estabelecimento do ensino superior. Podem também obter autorização das autoridades competentes para abrir e explorar estabelecimentos de ensino superior. Essa autorização é concedida de forma discricionária.</p> <p data-bbox="770 422 2060 486">Em CZ, SK: Requisito de nacionalidade para os serviços de ensino superior, exceto para serviços do ensino técnico e profissional pós-secundário (CPC 92310).</p> <p data-bbox="770 510 2060 574">Na IT: Requisito de nacionalidade para os prestadores de serviços autorizados a emitir diplomas reconhecidos pelo Estado.</p> <p data-bbox="770 598 1478 630">Na DK: Requisito de nacionalidade para os professores.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| 12. SERVIÇOS FINANCEIROS | |
| A. Serviços de seguros e serviços conexos | <p>Na AT: A direção de sucursais deve ser assegurada por 2 (duas) pessoas físicas residentes na Áustria.</p> <p>Na EE: Para seguros diretos, o conselho de administração de uma companhia de seguros sob a forma de sociedade por ações, com a participação de capitais do MERCOSUL, só pode incluir nacionais dos Estados do MERCOSUL signatários na proporção da participação do MERCOSUL, não podendo, em caso algum, representar mais de metade dos membros do referido órgão de administração. O diretor da administração de uma filial ou de uma sociedade independente deve dispor de um título de residência permanente na Estônia.</p> <p>Em ES: Ao exercício da profissão atuarial aplica-se o requisito da residência [ou, em alternativa, 2 (dois anos) de experiência].</p> <p>Na IT: Requisito de residência para a profissão atuarial.</p> <p>Na HR: Requisito de residência.</p> <p>Na FI: Pelo menos metade dos membros do conselho de administração e do conselho de fiscalização deve ter residência no EEE, salvo derrogação concedida pelas autoridades competentes. Pelo menos um auditor deve ter a sua residência permanente no EEE. O agente geral de uma companhia de seguros do MERCOSUL deve ter o seu local de residência na Finlândia, a não ser que a companhia tenha a sua sede principal na UE.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>B. Serviços bancários e outros serviços financeiros (excluindo seguros)</p> | <p>Na BG: É exigida a residência permanente na Bulgária para os diretores executivos e o agente com funções de gestão.</p> <p>Na FI: Os diretores executivos e, pelo menos, um auditor de instituições de crédito devem ter residência na UE, salvo derrogação concedida pela Autoridade de Supervisão Financeira. Os corretores (pessoas físicas) dos mercados de derivados devem ter residência na UE.</p> <p>Na IT: Requisito de residência no território de um Estado-Membro da União Europeia para os promotores de serviços financeiros (“promotori di servizi finanziari”).</p> <p>Na LT: Pelo menos um dirigente da administração do banco deve falar lituano.</p> <p>Na PL: Requisito de nacionalidade para, pelo menos, um dos quadros executivos do banco.</p> <p>Na HR: Requisito de residência. O conselho de administração deve dirigir as atividades de uma instituição de crédito a partir do território da Croácia. Pelo menos um membro do conselho de administração deve ser fluente na língua croata.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| <p>13. SERVIÇOS DE SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS</p> <p>(apenas serviços financiados pelo setor privado)</p> <p>A. Serviços hospitalares (CPC 9311)</p> <p>B. Serviços de ambulâncias (CPC 93192)</p> <p>C. Serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares (CPC 93193)</p> <p>E. Serviços sociais (CPC 933)</p> | <p>Em FR: Para prestar serviços hospitalares e de ambulâncias, de serviços de casas de saúde (exceto instalações hospitalares) e serviços sociais, é necessária uma autorização para exercer funções de gestão. No processo de autorização é tida em conta a disponibilidade de gestores a nível local.</p> <p>Na LV: Teste de necessidade econômica para médicos, dentistas, parteiros, enfermeiros, fisioterapeutas e pessoal paramédico.</p> <p>Na PL: O exercício de profissões médicas por estrangeiros requer autorização. Os médicos estrangeiros têm direitos eleitorais limitados no âmbito das ordens profissionais.</p> <p>Na HR: Todas as pessoas que prestam serviços diretamente ou tratam doentes necessitam de uma licença da câmara profissional.</p> <p>Na SI: Todas as pessoas que prestem serviços diretamente a doentes ou que tratem doentes necessitam de uma licença e autorização para prestar serviços de saúde emitida pelo Ministério da Saúde.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| 14. SERVIÇOS RELACIONADOS COM TURISMO E VIAGENS | |
| <p>A. Hotéis, restaurantes e fornecimento de refeições (<i>catering</i>) (CPC 641, CPC 642 e CPC 643)</p> <p>excluindo fornecimento de refeições (<i>catering</i>) nos serviços de transporte aéreo</p> | <p>Na BG: Quando a participação pública (estatal ou municipal) no capital social de uma sociedade búlgara seja superior a 50 % (cinquenta por cento), o número de dirigentes estrangeiros não pode superar o número de dirigentes de nacionalidade búlgara.</p> <p>Na HR: Requisito de nacionalidade para os serviços de alojamento e restauração junto das famílias e explorações rurais.</p> |
| <p>B. Serviços de agência de viagem e de operadores de turismo (incluindo organizadores de viagens) (CPC 7471)</p> | <p>Na BG: Quando a participação pública (estatal ou municipal) no capital social de uma sociedade búlgara seja superior a 50 % (cinquenta por cento), o número de dirigentes estrangeiros não pode superar o número de dirigentes de nacionalidade búlgara.</p> <p>Na HR: Aprovação do Ministério do Turismo para o posto de diretor de agência.</p> |
| <p>C. Serviços de guias turísticos (CPC 7472)</p> | <p>Em BG, CY, ES, HR, HU, IT, LT, MT, PL, SK: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na EL: É exigido um diploma das escolas de guias turísticos do Ministério do Turismo da Grécia. Esse diploma pode ser dispensado caso seja confirmada a falta de um guia turístico para uma língua específica.</p> <p>Em FR: A França reserva-se o direito de exigir a nacionalidade da UE para a prestação de serviços de guia turístico no seu território.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>15. SERVIÇOS RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS (exceto serviços audiovisuais)</p> | |
| <p>Serviços de entretenimento (incluindo serviços de teatro, conjuntos musicais, circos e discotecas) (CPC 9619)</p> | <p>Em FR: É necessário obter autorização para exercer funções de gestão. Essa autorização está sujeita ao requisito de nacionalidade se for exigida por um período superior a 2 (dois) anos.</p> |
| <p>16. SERVIÇOS DE TRANSPORTE</p> | |
| <p>A. Transporte marítimo</p> | |
| <p>a) Transporte internacional de passageiros (CPC 7211 menos transporte nacional de cabotagem) b) Transporte internacional de carga (CPC 7212 menos transporte nacional de cabotagem)</p> | <p>UE: Requisito de nacionalidade para as tripulações de navios. Na AT: Requisito de nacionalidade para a maioria dos diretores executivos.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| D. Transporte rodoviário | |
| a) Transporte de passageiros (CPC 7121 e CPC 7122) | <p>Na AT: Requisito de nacionalidade para pessoas e acionistas habilitados a representar uma pessoa jurídica ou uma sociedade de pessoas.</p> <p>Em DK, HR: Requisitos de nacionalidade e de residência para os quadros dirigentes.</p> <p>Em BG, MT, CY: Requisito de nacionalidade.</p> |
| b) Transporte de carga (CPC 7123, exceto o transporte de objetos postais e de courier por conta própria). | <p>Na AT: Requisito de nacionalidade para pessoas e acionistas habilitados a representar uma pessoa jurídica ou uma sociedade de pessoas.</p> <p>Em BG, MT: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na HR: Requisitos de nacionalidade e de residência para os quadros dirigentes.</p> |
| E. Transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>) ¹ (CPC 7139) | <p>Na AT: Requisito de nacionalidade para os diretores executivos.</p> |

¹ O transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figura em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.B.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| 17. SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE ¹ | |
| <p>A. Serviços auxiliares do transporte marítimo</p> <p>a) Serviços de ova/desova marítima</p> <p>b) Serviços de entreposto e armazenagem (parte de CPC 742)</p> <p>c) Serviços de desembarço aduaneiro</p> <p>d) Serviços de contêineres e de depósito</p> <p>e) Serviços de agência marítima</p> | <p>Na AT: Requisito de nacionalidade para a maioria dos diretores executivos.</p> <p>Em BG, MT: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Na DK: Requisito de residência para serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Na EL: Requisito de nacionalidade para a prestação de serviços de desembarço aduaneiro.</p> <p>Na IT: Requisito de residência para os agentes marítimos (“raccomandatarario marittimo”).</p> |

¹ Não inclui os serviços de manutenção e reparo de equipamento de transporte, que figuram em SERVIÇOS ÀS EMPRESAS no ponto 6.F.1) 1. Serviços de manutenção e de reparo de navios a 6.F. 1) 3. Manutenção e reparo de veículos automotores, motocicletas, motoneves e equipamento de transporte rodoviário.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| f) Serviços de trânsito de frete marítimo g) Aluguel de embarcações com tripulação (CPC 7213) h) Serviços de reboque e tração (CPC 7214) i) Serviços de apoio ao transporte marítimo (parte de CPC 745) j) Outros serviços de apoio e auxiliares (excluindo <i>catering</i>) (parte de CPC 749) | |
| D. Serviços auxiliares do transporte rodoviário d) Aluguel de veículos rodoviários comerciais com condutor (CPC 7124) | Na AT: Requisito de nacionalidade para pessoas e acionistas habilitados a representar uma pessoa jurídica ou uma sociedade de pessoas. Em BG, MT: Requisito de nacionalidade. Em CY: Requisito de nacionalidade para os motoristas de táxi. |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| F. Serviços auxiliares do transporte de produtos (exceto combustíveis) por dutos (<i>pipelines</i>) ¹ a) Serviços de entreposto e armazenagem de produtos transportados por dutos (<i>pipelines</i>), exceto combustíveis (parte de CPC 742) | Na AT: Requisito de nacionalidade para os diretores executivos. |

¹ Os serviços auxiliares de transporte de combustíveis por dutos (*pipelines*) figuram em SERVIÇOS ENERGÉTICOS no ponto 19.A.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| 19. SERVIÇOS ENERGÉTICOS | |
| A. Serviços relacionados com a mineração (CPC 883) ¹ | Na SK: Requisito de residência. Em CY: Não consolidado. |
| 20. OUTROS SERVIÇOS NÃO INCLUÍDOS EM OUTRA PARTE | |
| a) Serviços de lavanderia, limpeza e tinturaria (CPC 9701) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |
| b) Serviços de cabeleireiro (CPC 97021) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |

¹ Inclui os seguintes serviços prestados à comissão ou por contrato: serviços de assessoria e consultoria relacionados com a exploração mineral, nomeadamente preparo do terreno, instalação de uma plataforma de perfuração em terra, perfuração, serviços relacionados com coroas de perfuração, serviços de revestimento e tubagem de poços, fornecimento e engenharia de fluidos de perfuração, controle de sólidos, pescagem e operações especiais de perfuração descendente, geologia de poços e controle de perfuração, carotagem, ensaio do poço, serviços de *wireline*, fornecimento e operação de fluidos de completação (salmouras), fornecimento e instalação de dispositivos de completação, cimentação (bombeamento sob pressão), serviços de estimulação (fraturação, acidificação e bombeamento sob pressão), serviços de acondicionamento e reparo de poços, serviços de obturação e abandono de poços.
Não inclui o acesso direto ou a exploração de recursos naturais.
Não inclui o preparo do canteiro de obras para a mineração de recursos que não petróleo e gás (CPC 5115) que figuram no ponto 8. Serviços de construção e serviços de engenharia conexos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| c) Serviços de cosmética, manicure e pedicure (CPC 97022) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |
| d) Outros serviços de institutos de beleza, n.e. (CPC 97029) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |
| Serviços de spa e de massagens não terapêuticas, na medida em que sejam prestados como serviços de bem-estar físico e de relaxamento e não para fins médicos ou de reabilitação ¹ (CPC ver. 1.0 97230) | UE: Requisito de nacionalidade para os especialistas e os estagiários graduados. |

¹ Os serviços de massagens terapêuticas e de curas termais figuram nos pontos 6.A.h) Serviços médicos (incluindo psicólogos) e dentários, 6.A.j) 2. Serviços prestados por enfermeiros, fisioterapeutas, pessoal paramédico e serviços de saúde (pontos 13.A Serviços hospitalares e 13.C Serviços de saúde com alojamento que não serviços hospitalares).

UNIÃO EUROPEIA

LISTA DE COMPROMISSOS RELATIVOS AOS PRESTADORES DE SERVIÇOS POR
CONTRATO
E PROFISSIONAIS INDEPENDENTES
EM CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 10.3 E 10.4

1. A lista de compromissos que consta do presente Anexo indica as atividades econômicas liberalizadas nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4 para as categorias de prestadores de serviços por contrato e profissionais independentes, especificando as limitações que são aplicáveis mediante o estabelecimento de reservas. A lista é composta por duas colunas:
 - a) a primeira indica o setor ou subsetor em que a categoria de prestadores de serviços por contrato e de profissionais independentes estão liberalizados; e
 - b) a segunda descreve as reservas aplicáveis.

A União Europeia não assume quaisquer compromissos em relação a prestadores de serviços por contrato em atividades econômicas que não estejam listadas na primeira coluna.

2. Para efeitos do presente Anexo, para identificar os setores e subsetores em causa, entende-se por:
 - a) “CPC”, a Classificação Central dos Produtos, tal como definida no Artigo 1.3, alínea c);
e

- b) “CPC versão 1.0”, a Classificação Central de Produtos, tal como estabelecida em: Divisão de Estatística das Nações Unidas, Estudos Estatísticos, Série M, Nº 77, CPC ver 1.0, 1998.
3. Os compromissos referentes a prestadores de serviços por contrato e profissionais independentes não se aplicam se a intenção ou o efeito da sua presença temporária interferir em qualquer litígio ou negociação em matéria de trabalho/gestão ou, de qualquer outra forma, afetar o respectivo resultado.
 4. A lista de compromissos que consta do presente Anexo não inclui medidas referentes a requisitos e procedimentos em matéria de qualificação, normas técnicas e requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento, que não constituam qualquer limitação nos termos dos Artigos 10.3 e 10.4. Tais medidas (por exemplo, necessidade de obter uma licença, necessidade de obter o reconhecimento de qualificações em setores regulados, necessidade de passar exames específicos, incluindo exames de idioma e a necessidade de ter um endereço postal no território onde a atividade econômica é efetuada), mesmo que não listadas no presente Anexo, são aplicáveis em qualquer caso aos prestadores de serviços por contrato e profissionais independentes dos Estados do MERCOSUL signatários.
 5. Na medida em que não sejam assumidos compromissos pela União Europeia, continuam a ser aplicáveis todas as exigências formuladas nas disposições legislativas das Partes quanto à entrada e à estada temporária, incluindo em relação ao período de estada.
 6. Não obstante o disposto no presente Anexo, continuam a ser aplicáveis todas as exigências formuladas nas disposições legislativas e regulamentares das Partes quanto às medidas em matéria laboral e de segurança social, incluindo a regulamentação relativa ao salário mínimo e às convenções jurídicas de trabalho.
 7. A lista de compromissos que consta do presente Anexo não prejudica a existência de monopólios públicos ou de direitos exclusivos nos setores pertinentes, tal como descritos no Anexo 10-B.

8. Nos setores em que se aplica o teste de necessidade econômica, o principal critério deste exame deve ser a avaliação da situação do mercado relevante no Estado-Membro da União Europeia ou na região onde o serviço vai ser prestado, incluindo em relação ao número de prestadores de serviços existentes e ao impacto nos mesmos.
9. Os direitos e as obrigações resultantes da lista de compromissos que consta do presente Anexo não têm um efeito autoexecutório, pelo que não conferem diretamente quaisquer direitos a pessoas físicas ou a pessoas jurídicas.
10. A entrada e a estada temporária de prestadores de serviços por contrato estão sujeitas às seguintes condições:
 - a) A pessoa jurídica que emprega a pessoa física em causa não pode ser uma agência de emprego ou de disponibilização de trabalhadores nem operar através de agências desse tipo;
 - b) As pessoas físicas que entram no território da União Europeia devem ter prestado esses serviços na qualidade de empregados da pessoa jurídica que presta os serviços durante, pelo menos, o ano imediatamente anterior à data de apresentação do pedido de entrada e, além disso, devem dispor, quando da apresentação do pedido, de pelo menos 3 (três) anos de experiência profissional¹ no setor de atividade objeto do contrato;

¹ Essa experiência profissional deve ter sido obtida após a maioridade, tal como definida nas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

- c) As pessoas físicas que entram no território da União Europeia devem possuir:
- i) um diploma universitário ou habilitações de nível equivalente¹, e
 - ii) as qualificações profissionais exigidas para exercer uma atividade em conformidade com as disposições legislativas ou regulamentares do Estado-Membro da União Europeia onde o serviço é prestado;
- d) O número de pessoas abrangidas pelo contrato de serviços não pode ser superior ao necessário para a execução do contrato, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares ou outras medidas do Estado-Membro da União Europeia onde o serviço é prestado;
- e) Nos termos do Artigo 10.10, parágrafo 1, alínea d), a entrada e a estada temporária de pessoas físicas na União Europeia não podem ultrapassar um período cumulativo de 6 (seis) meses por cada período de 12 (doze) meses ou a duração do contrato, se este período for mais curto; e
- f) O contrato de prestação de serviços deve dizer respeito a uma das seguintes atividades:
- Serviços de assessoria jurídica em matéria de direito internacional público e do direito nacional de países que não sejam membros da União Europeia;
 - Serviços de contabilidade e de escrituração;
 - Serviços de consultoria tributária;
 - Serviços de arquitetura, planeamento urbano e arquitetura paisagística;

¹ Se o diploma ou a qualificação não tiver sido obtido no Estado-Membro da União Europeia onde o serviço é prestado, esse Estado-Membro pode avaliar se é equivalente a um diploma universitário exigido no seu território.

- Serviços de engenharia e serviços integrados de engenharia;
- Serviços de computadores e serviços conexos;
- Serviços de pesquisa e desenvolvimento;
- Publicidade;
- Serviços de consultoria de gestão;
- Serviços relacionados com a consultoria de gestão;
- Serviços técnicos de análise e testes técnicos;
- Serviços conexos de consultoria científica e técnica;
- Manutenção e reparo de equipamento;
- Serviços de tradução;
- Serviços de construção;
- Trabalhos de prospecção do terreno;
- Serviços do ensino superior;
- Serviços ambientais;
- Serviços de agências de viagem e de operadores turísticos; e
- Serviços de entretenimento.

11. A entrada e a estada temporária de profissionais independentes estão sujeitas às seguintes condições:

- a) os contratos das pessoas físicas que prestam serviços a consumidores finais no território da União Europeia não podem ser celebrados através de agências, como definido na CPC 872;
- b) à data da apresentação do pedido de entrada, as pessoas físicas que pretendem entrar na União Europeia devem ter, pelo menos, 6 (seis) anos de experiência profissional no setor de atividade objeto do contrato;

- c) As pessoas físicas que entram no território da União Europeia devem possuir:
- i) um diploma universitário ou habilitações de nível equivalente¹, e
 - ii) as qualificações profissionais exigidas para exercer uma atividade em conformidade com as disposições legislativas ou regulamentares do Estado-Membro da União Europeia onde o serviço é prestado;
- d) Nos termos do Artigo 10.10, parágrafo 1, alínea d), a entrada e a estada temporária de pessoas físicas na União Europeia não podem ultrapassar um período cumulativo de 6 (seis) meses por cada período de 12 (doze) meses ou a duração do contrato, se este período for mais curto; e
- e) O contrato de prestação de serviços deve dizer respeito a uma das seguintes atividades:
- Serviços de arquitetura, planeamento urbano e arquitetura paisagística;
 - Serviços de engenharia e serviços integrados de engenharia;
 - Serviços de computadores e serviços conexos;
 - Serviços de consultoria de gestão;
 - Serviços relacionados com a consultoria de gestão; e
 - Serviços de tradução.

¹ Se o diploma ou a qualificação não tiver sido obtido no Estado-Membro da União Europeia onde o serviço é prestado, esse Estado-Membro pode avaliar se é equivalente a um diploma universitário exigido no seu território.

12. Para maior clareza, a obrigação de conceder o tratamento nacional não comporta, para a União Europeia, a obrigação de tornar extensivo às pessoas físicas ou jurídicas dos Estados do MERCOSUL signatários o tratamento concedido em um Estado-Membro da União Europeia em virtude do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia ou de qualquer medida adotada no âmbito do mesmo, incluindo a aplicação do Tratado ou de medidas nos Estados-Membros da União Europeia:

- a) às pessoas físicas ou residentes de um Estado-Membro da União Europeia; ou
- b) às pessoas jurídicas constituídas ou organizadas nos termos da legislação de outro Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede estatutária, a sua administração central ou local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia.

Esse tratamento nacional é concedido a pessoas jurídicas que estejam constituídas ou organizadas nos termos da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou da União Europeia e que tenham a sua sede social, a sua administração central ou o seu local de atividade principal em um Estado-Membro da União Europeia, incluindo as que sejam detidas ou controladas por pessoas físicas de um Estado do MERCOSUL signatário.

13. A União Europeia assume os compromissos estabelecidos nos Artigos 10.3, 10.4 e 10.10, eventualmente diferenciados em função dos Estados-Membros da União Europeia em causa.

14. Na lista abaixo são utilizadas as seguintes abreviaturas:

- UE União Europeia, incluindo todos os Estados-Membros
- EEE Espaço Económico Europeu
- AT Áustria

- BE Bélgica
- BG Bulgária
- CY Chipre
- CZ República Tcheca
- DE Alemanha
- DK Dinamarca
- EE Estônia
- EL Grécia
- ES Espanha
- FI Finlândia
- FR França
- HR Croácia
- HU Hungria
- IE Irlanda
- IT Itália
- LV Letônia
- LT Lituânia
- LU Luxemburgo
- MT Malta
- NL Países Baixos
- PL Polônia
- PT Portugal
- RO Romênia
- SK República Eslovaca
- SI Eslovênia
- SE Suécia

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>TODOS OS SETORES</p> | <p>Reconhecimento</p> <p>UE: As diretivas da UE em matéria de reconhecimento mútuo de diplomas só se aplicam às pessoas físicas nacionais dos Estados-Membros da União Europeia. O direito de exercer uma atividade profissional regulamentada em um Estado-Membro da União Europeia não confere o direito de a exercer em outro Estado-Membro da União Europeia¹.</p> |
| <p>Serviços de assessoria jurídica em matéria de direito internacional público e de ordenamentos jurídicos estrangeiros (direito nacional de países que não sejam membros da União Europeia) (parte de CPC 861)²</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em AT, BE, DE, EE, EL, ES, IE, IT, LU, NL, PL, PT, SE: Nenhuma.</p> <p>Em BG, CZ, DK, FI, HU, LT, LV, MT, RO, SI, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na DK: O <i>marketing</i> de consultoria jurídica está restrito aos advogados titulares de uma licença dinamarquesa. É necessário passar um exame jurídico na Dinamarca para obter uma licença dinamarquesa.</p> <p>Em FR: À admissão plena (simplificada) na Ordem dos Advogados aplica-se o requisito do teste de aptidão. O acesso dos juristas à profissão de “avocat auprès de la Cour de Cassation” e de “avocat auprès du Conseil d’Etat” está sujeito a quotas e à condição de nacionalidade.</p> |

¹ Para que as pessoas físicas dos Estados do MERCOSUL signatários obtenham o reconhecimento a nível da UE das suas qualificações, é necessário que seja negociado um acordo de reconhecimento mútuo no âmbito definido nos termos do Artigo 10.11.

² Tal como a prestação de outros serviços, a prestação de serviços jurídicos está sujeita aos requisitos e procedimentos em matéria de licenciamento aplicáveis nos Estados-Membros da União Europeia. Para os juristas que prestam serviços jurídicos em matéria de direito internacional público e de direito estrangeiro, estas exigências podem revestir, nomeadamente, a forma de cumprimento dos códigos deontológicos locais, utilização do título do país de origem (a não ser que tenha sido reconhecido equivalente a um título do país de acolhimento), requisitos de seguros, simples registo na Ordem dos Advogados do país de acolhimento ou admissão simplificada na Ordem dos Advogados do país de acolhimento através de um teste de aptidão e exigência de possuir domicílio legal ou profissional no país de acolhimento. Aplica-se ao presente anexo uma reserva para os serviços jurídicos listados nos Anexos 10-A e 10-B, por parte de Estados-Membros da União Europeia para “direito interno” como abrangendo o “direito da União Europeia e dos seus Estados-Membros”.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| | <p>Na HR: A plena admissão na Ordem dos Advogados para serviços de representação jurídica está sujeita à condição de nacionalidade.</p> <p>Em CY: Requisitos de nacionalidade e de residência. É exigida a plena admissão na Ordem dos Advogados para prestar serviços jurídicos, juntamente com o requisito de residência. Só os “<i>advogates</i>” inscritos na Ordem dos Advogados podem ser acionistas ou membros do conselho de administração de sociedades de advogados em Chipre.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>UE: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços de contabilidade e escrituração (CPC 86212 exceto “serviços de auditoria”, CPC 86213, CPC 86219 e CPC 86220)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em BE, DE, EE, ES, IE, IT, LU, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em BG, CZ, CY, DK, EL, FI, FR, HU, LT, LV, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na AT: O empregador deve ser membro do correspondente organismo profissional do país de origem, caso exista. Aplica-se o requisito da nacionalidade à representação perante as autoridades competentes.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições pode ser concedida uma autorização especial a nacionais de terceiros países.</p> <p>Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar. Não consolidado para os serviços de contabilidade.</p> <p>Em FR: Requisito de autorização. A prestação de serviços de contabilidade depende de uma decisão do ministro da Economia, Finanças e Indústria, em acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros.</p> <p>Na HR: Requisito de residência.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>UE: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>Serviços de consultoria tributária (CPC 863)¹</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em BE, DE, EE, ES, FR, IE, IT, LU, NL, PL, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em CZ, CY, DK, EL, FI, HU, LT, LV, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na AT: O empregador deve ser membro do correspondente organismo profissional do país de origem, caso exista. Aplica-se o requisito da nacionalidade à representação perante as autoridades competentes.</p> <p>Na BG: Requisito de nacionalidade.</p> <p>Em HU, HR: Requisito de residência.</p> <p>Em CY: Em determinadas condições, pode ser concedida uma autorização especial a auditores de terceiros países.</p> <p>Em PT: Não consolidado.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>UE: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços de arquitetura e Serviços de planejamento urbano e de arquitetura paisagística (CPC 8671 e CPC 8674)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em EE, ES, EL, FR, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em BG, CZ, DE, HU, LT, LV, RO: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadias de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses.</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito, que são sujeitos a um teste de necessidade econômica.</p> <p>Em BG, CY, SK: Não consolidado.</p> <p>Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> <p>Em HU, HR: Requisito de residência.</p> |

¹ Não inclui os serviços de assessoria jurídica e de representação jurídica em matéria fiscal, que figuram em serviços de assessoria jurídica, em relação a direito internacional público e direito estrangeiro.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|---|
| | <p>Profissionais independentes:</p> <p>Em DE, EE, EL, FR, IE, LU, LV, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Na FI: Nenhuma, salvo que as pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> <p>Em BE, CZ, DK, ES, HU, IT, LT, RO: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito, que são sujeitos a um teste de necessidade econômica.</p> <p>Em BG, CY, SK: Não consolidado.</p> <p>Em HU, HR, SK: Requisito de residência.</p> |
| <p>Serviços de engenharia e Serviços integrados de engenharia (CPC 8672 e CPC 8673)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em BE, EE, ES, EL, FR, IE, LU, NL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em CZ, DE, HU, MT, RO: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadias de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses.</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito, que estão sujeitos a um teste de necessidade econômica.</p> <p>Em BG, CY, LT, LV, SK: Não consolidado.</p> <p>Em CZ, HR, HU, IT, PL: Requisito de residência.</p> <p>Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>Em DE, EE, EL, FR, IE, LU, LV, NL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em BE, CZ, DK, ES, HU, IT, MT, RO: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na AT: Não consolidado, exceto para serviços de planejamento no sentido estrito, que estão sujeitos a um teste de necessidade econômica.</p> <p>Em BG, CY, LT, SK: Não consolidado.</p> <p>Em CZ, HR, HU, IT, PL: Requisito de residência.</p> <p>Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>Serviços de informática e serviços conexos (CPC 84)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em BE, DE, EE, EL, ES, FR, IE, IT, LU, LV, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em AT, BG, CZ, HU, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses.</p> <p>Em CY, LT: Não consolidado.</p> <p>Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> <p>Na HR: Requisito de residência.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>Em DE, EE, EL, FR, IE, LU, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Na FI: Nenhuma, exceto: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar.</p> <p>Em AT, BE, BG, CZ, DK, ES, HU, IT, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Em CY, HR, LT, LV: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços de pesquisa e desenvolvimento (CPC 851, 852, exceto serviços de psicólogos¹, 853)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>UE, exceto BE: É exigida uma convenção de acolhimento com uma organização de pesquisa aprovada².</p> <p>Na UE, exceto em BE, CZ, DK, HR, SK: Nenhuma.</p> <p>Em CZ, DK, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Na HR: Requisito de residência.</p> <p>Na BE: Não consolidado.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>UE: Não consolidado.</p> |

¹ Parte de CPC 85201, classificada em Serviços médicos e dentários.

² Para todos os Estados-Membros, exceto a Dinamarca, a aprovação da organização de pesquisa e a convenção de acolhimento deve cumprir as condições fixadas na Diretiva (UE) 2016/801 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de terceiros países para efeitos de pesquisa, de estudos, de formação, de voluntariado, de programas de intercâmbio de estudantes, de projetos educativos e de colocação *au pair*, JO L 132 de 21.5.2016, p. 21.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>Publicidade (CPC 871)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, DE, EE, ES, FR, HR, IE, IT, LU, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, CZ, DK, EL, FI, HU, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Em CY, LT, LV: Não consolidado. Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços de consultoria de gestão (CPC 865)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, DE, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, CZ, HU, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Em LT, CY: Não consolidado. Profissionais independentes: EM DE, EE, EL, FI, FR, IE, LV, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BE, BG, CZ, DK, ES, HR, HU, IT, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Em LT, CY: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>Serviços relacionados com consultoria de gestão (CPC 866)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, DE, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, CZ, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Na HU: Teste de necessidade econômica, exceto para serviços de arbitragem e conciliação (CPC 86602), que não está consolidado. Em CY, LT: Não consolidado.</p> <p>Profissionais independentes: Em BE, DE, EE, EL, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, CZ, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Na HU: Teste de necessidade econômica, exceto para serviços de arbitragem e conciliação (CPC 86602), que não está consolidado. Em CY, LT: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços técnicos de análise e testes técnicos (CPC 8676)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, DE, EE, EL, ES, FR, HR, IE, IT, LU, NL, PL, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, FI, HU, MT, PT, RO: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Em CY, CZ, LT, LV, SK: Não consolidado.</p> <p>Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>Serviços conexos de consultoria científica e técnica (CPC 8675)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, EE, EL, ES, HR, IE, IT, LU, NL, PL, SI, SE: Nenhuma. Em AT, CZ, CY, DE, DK, FI, HU, LT, LV, MT, PT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DE: Nenhuma, exceto para topógrafos recrutados para fins públicos, o qual não está consolidado. Na FI: As pessoas físicas devem comprovar que possuem conhecimentos específicos relevantes para o serviço a prestar. Em FR: Nenhuma, exceto para as operações de “topografia” relacionadas com o estabelecimento dos direitos de propriedade e com a legislação fundiária, em que não está consolidado. Na BG: Não consolidado. Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |
| <p>Manutenção e reparo de produtos metálicos, de máquinas (exceto de escritório), de equipamento (exceto de transporte e de escritório) e de bens de uso pessoal e doméstico¹ (CPC 633, CPC 7545, CPC 8861, CPC 8862, CPC 8864, CPC 8865 e CPC 8866)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em BE, EE, EL, ES, FR, HR, IT, LV, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em BG, CZ, CY, DE, DK, HU, IE, LT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Em AT, FI: Não consolidado, exceto no quadro de contratos de serviço pós-venda ou pós-locação, caso em que se procede a um teste de necessidade econômica. Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |

¹ Os serviços de manutenção e reparo de máquinas e material de escritório incluindo computadores (CPC 845) figuram nos serviços de informática e serviços conexos.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|--|
| <p>Serviços de tradução (CPC 87905, excluindo atividades oficiais ou certificadas)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Em BE, DE, EE, EL, ES, FR, HR, IT, LU, NL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>EM AT, BG, CZ, DK, FI, HU, IE, LV, MT, PL, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Em CY, LT: Não consolidado.</p> <p>Na DK: Tradutores e intérpretes públicos autorizados: Requisito de residência, salvo disposição em contrário do Organismo do Comércio e das Sociedades Comerciais da Dinamarca.</p> <p>Na FI: Requisito de residência para os tradutores certificados.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>Em DE, EE, FR, LU, NL, PT, SI, SE: Nenhuma.</p> <p>Em AT, BE, BG, CZ, DK, EL, ES, FI, HU, IE, IT, MT, PL, RO, SK: Teste de necessidade econômica.</p> <p>Em CY, HR, LT, LV: Não consolidado.</p> <p>Na DK: Tradutores e intérpretes públicos autorizados: Requisito de residência, salvo disposição em contrário do Organismo do Comércio e das Sociedades Comerciais da Dinamarca.</p> <p>Na FI: Requisito de residência para os tradutores certificados.</p> |
| <p>Trabalhos de construção (CPC 51)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato:</p> <p>Na UE, exceto FR, NL: Não consolidado.</p> <p>Em FR: Teste de necessidade econômica. A autorização de trabalho é concedida por um período não superior a 6 (seis) meses.</p> <p>Nos NL: Nenhuma.</p> <p>Profissionais independentes:</p> <p>UE: Não consolidado.</p> |

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|--|---|
| Trabalhos de prospecção do terreno (CPC 5111) | Prestadores de serviços por contrato: Em BE, DE, EE, EL, ES, FR, HR, IE, IT, LU, MT, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em CZ, CY, HU, LT, LV, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Em AT, BG, FI: Não consolidado. Profissionais independentes: UE: Não consolidado. |
| Serviços do ensino superior (CPC 923) | Prestadores de serviços por contrato: UE, exceto LU: Não consolidado. No LU: Não consolidado, exceto no que se refere à entrada temporária de professores, em relação aos quais: Nenhuma. Profissionais independentes: UE: Não consolidado. |
| Serviços ambientais (CPC 9401 ¹ , CPC 9402, CPC 9403, CPC 9404 ² , parte de CPC 94060 ³ , CPC 9405, parte de CPC 9406, CPC 9409) | Prestadores de serviços por contrato: Em BE, EE, ES, FI, FR, HR, IE, IT, LU, NL, PL, PT, SI, SE: Nenhuma. Em AT, BG, CZ, DE, DK, EL, HU, LV, MT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Em CY, LT: Não consolidado. Na SK: Requisito de residência para o tratamento e a reciclagem de pilhas e acumuladores usados, óleos usados, automóveis usados e equipamentos elétricos e eletrônicos. Profissionais independentes: UE: Não consolidado. |

¹ Corresponde a serviços de esgotos.

² Corresponde a serviços de limpeza de gases de escape.

³ Corresponde a partes dos serviços de proteção natural e paisagística.

| Setor ou subsetor | Descrição das reservas |
|---|--|
| <p>Serviços de agência de viagem e de operadores turísticos (incluindo organizadores de viagens¹) (CPC 7471)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Em AT, CZ, DE, EE, ES, FR, IT, LU, NL, PL, SI, SE: Nenhuma. Em BG, EL, FI, HU, LT, LV, MT, PT, RO, SK: Teste de necessidade econômica. Na DK: Teste de necessidade econômica, exceto para estadas de prestadores de serviços por contrato com a duração máxima de 3 (três) meses. Em BE, IE: Não consolidado, exceto para organizadores de viagens (pessoas que acompanham em viagem a localidades específicas grupos com um mínimo de 10 (dez) pessoas, não desempenhando funções de guia), em relação aos quais: Nenhuma. Na HR: Requisito de residência. Em CY: Não consolidado. Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |
| <p>Serviços de entretenimento, exceto serviços audiovisuais (incluindo serviços de teatro, conjuntos musicais, circo e discotecas) (CPC 9619)</p> | <p>Prestadores de serviços por contrato: Na UE, exceto em BE, DE, FR: Teste de necessidade econômica. Em BE, DE, FR: Não consolidado. Na SI: Duração da estada limitada a 7 (sete) dias por evento. Para serviços de circo e de parques de diversões, a duração da estada é limitada a um máximo de 30 (trinta) dias por ano civil. Profissionais independentes: UE: Não consolidado.</p> |

¹ Prestadores de serviços cuja função é acompanhar grupos de, pelo menos, 10 (dez) pessoas em viagem, que não desempenhem funções de guia em locais específicos.